



INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 178/2025
Data: 14/11/2025**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
MEGATERMINAL EM SANTOS TERÁ MODELO DE LEILÃO DEFINIDO PELO TCU NA TERÇA-FEIRA	4
LIGAÇÃO MARÍTIMA ENTRE NOVO AEROPORTO DE GUARUJÁ E TERMINAL DE CRUZEIROS EM SANTOS TEM VERBA DE R\$ 20 MILHÕES.....	5
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS DF	6
COMPANHIA AÉREA CANADENSE VAI OPERAR VOOS INTERNACIONAIS NO BRASIL	6
EM BRASÍLIA E SÃO PAULO, REPRESENTANTES DO MPOR E ANAC REALIZAM ROAD SHOW DO PROGRAMA AMPLIAR	7
NORDESTE GANHA FORÇA EM CARGAS ESTRATÉGICAS E MOVIMENTA MAIS 65 MI DE TONELADAS NOS PORTOS PÚBLICOS EM NOVE MESES DO ANO	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DF	9
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APRESENTA ESTRATÉGIAS BRASILEIRAS EM EVENTO-CHAVE DA COP30	9
GOVERNO FEDERAL LANÇA INVENTÁRIO NACIONAL DE EMISSÕES DO SETOR DE TRANSPORTES NA COP30	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – O INVENTÁRIO DE GEE E O CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE	12
OPINIÃO – ARTIGOS ESTUDO DA ANTAQ REVELA ENTRAVES E BILHÕES PARADOS EM TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS	13
COP30 PAÍSES AMAZÔNICOS TERÃO MONITORAMENTO INTEGRADO CONTRA O DESMATAMENTO	15
COP30 "ESSA É A COP DA IMPLEMENTAÇÃO, MAS ISSO NÃO É POSSÍVEL SEM FINANCIAMENTO", DIZ ANA TONI.....	16
COP30 GOVERNO LANÇA PLANO NACIONAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA NA COP30.....	16
COP30 POR QUE BRINDES VIRARAM MOEDA DE TROCA NA COP30	18
COP30 TCU APRESENTA EXPERIÊNCIAS DE AUDITORIA CLIMÁTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.....	18
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA VÊ NA TRANSIÇÃO LIMPA O MOTOR DE CRESCIMENTO PARA A EU	20
COP30 RAINHA DA DINAMARCA VISITA O PARÁ E SE ENCANTA COM A VIDA RIBEIRINHA	20
COP30 MINISTRA CELEBRA INCLUSÃO DA PAUTA INDÍGENA NA COP30, MAS COBRA "DECISÕES CONCRETAS"	22
COP30 PROTEÇÃO AMBIENTAL E LUTA INDÍGENA SÃO INDISSOCIÁVEIS, DIZ MINISTRO DO STF, EDSON FACHIN	23
PESQUISA REVELA QUE 60% DOS QUILOMBOS SOFREM INVASÕES E GARIMPO.....	24
COP30 BRASIL RECEBE DOAÇÃO DE US\$ 300 MILHÕES PARA PLANO DE SAÚDE CLIMÁTICA	24
COP30 MÍNISTÉRIO LANÇA GUIA COM ORIENTAÇÕES SOBRE CUIDADOS RELACIONADOS A EVENTOS EXTREMOS	25
COP30 BE8 E MERCEDES-BENZ MOSTRAM RESULTADOS DA ROTA SUSTENTÁVEL COP30 COM BIOCOMBUSTÍVEL	26
COP30 MÍNISTRO É DEMITIDO PELO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL DURANTE A COP30; MOTIVO É UM MISTÉRIO	27
TRANSPORTES PORTOS SETOR AQUAVIÁRIO DA REGIÃO NORTE CRESCE NO TERCEIRO TRIMESTRE	28
PF PRENDE EX-PRESIDENTE DO INSS. OPERAÇÃO TAMBÉM INVESTIGA PRESIDENTE DO PORTO DE SANTOS.....	29
TRANSPORTES NAVEGAÇÃO ACQUA VIAS SP VENCE LEILÃO DAS TRAVESSIAS HÍDRICAS DE SÃO PAULO	30
ANTAQ FECHA PARCERIA COM A UFF PARA ATUALIZAR ÍNDICE AMBIENTAL DOS PORTOS	31
TRANSPORTES RODOVIAS SENADO AVANÇA COM PROJETO QUE AMPLIA FINANCIAMENTO DO SEST/SENAT.....	32
PETRÓLEO E GÁS NAVIO-PLATAFORMA P-79 DEIXA ESTALEIRO DA COREIA DO SUL RUMO AO CAMPO DE BÚZIOS	33
PETROBRAS INFORMA QUE PLANO DE NEGÓCIOS 2026-2030 AINDA ESTÁ EM AVALIAÇÃO	34
REDUÇÃO DO PREÇO DA GASOLINA EM OUTUBRO CHEGA AOS POSTOS EM NOVEMBRO, MOSTRA IPTL	35
MINERAÇÃO VÍTIMAS DE AFUNDAMENTO DE SOLO CRITICAM ACORDO ENTRE BRASKEM E ALAGOAS	35
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA BIG TECHS RECORREM CONTRA DECISÃO QUE AS RESPONSABILIZA POR PUBLICAÇÕES DE USUÁRIOS	37
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - BRASIL FARÁ PRIMEIRO LANÇAMENTO COMERCIAL DE FOGUETE NO PRÓXIMO DIA 22	39
DAHUA TECHNOLOGY APRESENTA SOLUÇÕES DE CIDADE INTELIGENTE DE NOVA GERAÇÃO	40
INOVAÇÃO & TECNOLOGIA - OPINIÃO – INOVAÇÃO - ENTRE DADOS E DECISÕES: A ERA DA IA E O NOVO PAPEL DA LIDERANÇA NA LOGÍSTICA	41
POLÍTICA - TARCÍSIO CRITICA LULA E ATRIBUI QUEDA EM PESQUISA A "ESGOTAMENTO DE MODELO"	43
MINISTROS EX-GOVERNADORES SÃO CONVOCADOS POR LULA PARA DISCUTIR AGENDA DE SEGURANÇA	44
NACIONAL HUB – CURTAS - ANTT PLANEJA 15 LEILÕES DE INFRAESTRUTURA EM 2026	45
<i>Agenda de leilões</i>	45
<i>Balanço do ano</i>	45
<i>Para o TCU</i>	45
<i>FICO-FIOL</i>	45
<i>Lucro na Codeba</i>	46
<i>Resultados</i>	46
FINANÇAS - DÓLAR TEM LEVE ALTA COM FLUXO E PERDAS DE DIVISAS LATINO-AMERICANAS.....	46
IBOVESPA MANTÉM LEVE CORREÇÃO PELO 2º DIA, EM BAIXA DE 0,3%, A 157,1 MIL PONTOS	47



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 178/2025
Página 3 de 77
Data: 14/11/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

JUSTIÇA - POR UNANIMIDADE, PRIMEIRA TURMA DO STF TORNA EX-ASSESSOR DE MORAES RÉU POR VAZAR MENSAGENS	48
MINISTRO AUTORIZA VISITA DE TARCÍSIO, CAIADO, CASTRO E DERRITE A JAIR BOLSONARO	49
INTERNACIONAL - BRASIL AGUARDA RESPOSTA DOS EUA PARA AVANÇAR EM NEGOCIAÇÃO SOBRE TARIFAS	49
BBC PEDE DESCULPAS A TRUMP POR EDIÇÃO DE DISCURSO, MAS DIZ QUE NÃO HOUVE DIFAMAÇÃO	51
JORNAL O GLOBO - RJ.....	51
GOVERNO LULA VÊ COMO POSITIVA, MAS INSUFICIENTE, REDUÇÃO DE 10% SOBRE COMMODITIES ANUNCIADA POR TRUMP.	51
EXPORTADORES BRASILEIROS AVALIAM COM CAUTELA REDUÇÃO DE TARIFAS DOS EUA	53
ASSOCIAÇÃO DAS EXPORTADORAS DE CARNES: REDUÇÃO DAS TARIFAS DEVOLVE PREVISIBILIDADE AO SETOR	53
OSX: JUIZ DESABAFA, DÁ SERMÃO E AFASTA ADMINISTRADOR JUDICIAL POR 'TOTAL ESVAZIAMENTO DA CONFIANÇA'	54
CORREIOS: EMPRÉSTIMO DE R\$ 10 BI PLEITEADO É MAIS QUE O DOBRO DO MAIOR VALOR JÁ CONTRATADO POR ESTATAL COM AVAL DO TESOURO.....	55
BNDES DESEMBOLSA R\$ 101,9 BI DE JANEIRO A SETEMBRO, 17% ACIMA DE 2024.....	57
ECONOMIA DA CHINA CAMBALEIA APÓS QUEDA SEM PRECEDENTES NOS INVESTIMENTOS	58
O ESTADO DE SÃO PAULO SP	61
CASA BRANCA RETIRA TARIFA-BASE DE 10% SOBRE CAFÉ, CARNE E FRUTAS; BRASIL AINDA NEGOCIA A TAXA DE 40%	61
OPINIÃO - HADDAD DÁ SINAIS DE QUE DEIXARÁ O CARGO, E REEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS FICARÁ PARA SUCESSOR	62
BANCOS E NOVONOR JÁ TÊM CONSENSO PARA FECHAR ACORDO POR CONTROLE DA BRASKEM.....	63
COM R\$ 15 MILHÕES DE INVESTIMENTOS PARA 2025 E 2026, OCYAN AVANÇA SOB NOVA GESTÃO	64
PORTO DO AÇU: PRUMO LOGÍSTICA VENDE PARTICIPAÇÃO EM TERMINAL	66
MEGATERMINAL DE CONTÊINERES: LICITAÇÃO DO TECON SANTOS 10 VAI AO CRIVO DO COLEGIADO DO TCU NO DIA 18	66
VALOR ECONÔMICO (SP).....	69
COSAN REVERTE LUCRO E SOMA PREJUÍZO DE R\$ 1,18 BI NO TERCEIRO TRIMESTRE	69
TECON SANTOS 10: ESPECIALISTAS DEFENDEM LEILÃO EM DUAS FASES PARA AUMENTAR COMPETITIVIDADE DO MAIOR PORTO DA AMÉRICA LATINA	69
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	71
P-79 DEIXA ESTALEIRO SUL-COREANO RUMO AO BRASIL.....	71
DELEGAÇÃO CHINESA VISITA INSTALAÇÕES E CENTRO DE CONTROLE DO PORTO DO RIO	71
IDA VAI AVALIAR PRÁTICAS AMBIENTAIS DE EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO.....	72
PORTOS PÚBLICOS DO NORDESTE MOVIMENTARAM 65 MILHÕES DE TONELADAS EM 9 MESES	72
TECON SANTOS MOVIMENTA MAIS DE 243 MIL TEUs EM OUTUBRO.....	73
NORCOAST TRANSFERE OPERAÇÕES EM SANTOS PARA TERMINAL DA DP WORLD	73
LOG-IN ESPERA CRESCIMENTO DE 5% A 6% NA CABOTAGEM EM 2026	74
NA COP 30, 36 EMPRESAS RECEBEM 'SELO DE SUSTENTABILIDADE' DO MPOR	76
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	77
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	77

a tribuna **DIGITAL**

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MEGATERMINAL EM SANTOS TERÁ MODELO DE LEILÃO DEFINIDO PELO TCU NA TERÇA-FEIRA

Corte deve decidir se mantém ou derruba a restrição proposta pela Antaq para participação de atuais operadores do Porto de Santos

Por Maurício Martins 14 de novembro de 2025



Megaterminal ocupará área de 621,9 mil metros quadrados, com capacidade para 3,25 milhões de TEU (Alexander Ferraz/AT)

Após seis meses de análises, o Tribunal de Contas da União (TCU) marcou para a próxima terça-feira a decisão sobre o modelo de leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos. A deliberação sobre o processo, sob relatoria do ministro Antonio Anastasia, será feita em sessão extraordinária

convocada para as 14h30, com transmissão neste link.

Caso a votação em plenário ocorra normalmente, sem pedido de vista, os ministros do TCU vão decidir se o leilão do megaterminal terá ou não a restrição definida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O modelo previsto pela agência proíbe a participação de empresas que já possuem terminais de Contêineres em Santos na primeira fase da licitação. Essas companhias só poderiam disputar o certame em segunda etapa, se não houver interessados na primeira e sob a condição de encerrar os contratos atuais para assumir o novo.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) considera o modelo restrito ilegal. Além disso, a Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia), área técnica do TCU, concluiu que a restrição contraria os princípios constitucionais da isonomia (ampla concorrência), eficiência e proporcionalidade.

Disputa

O leilão vem causando uma disputa de poder entre grandes empresas do setor e pressão no Governo Federal e nos órgãos públicos, com opiniões contra e a favor da restrição da Antaq. A lentidão do TCU para analisar o certame também levou a diversas especulações nos bastidores.



Em julho, o tribunal realizou um painel, como se fosse uma super audiência pública, com mais de três horas, em Brasília, ouvindo argumentos contra e a favor das restrições. Ainda assim, seguiu adiando a decisão.

Ministro Antonio Augusto Anastasia é o relator do processo no TCU (Alexander Ferraz/AT)

O megaterminal

O leilão do Tecon Santos 10 será o maior do Brasil, com investimentos estimados em mais de R\$ 6 bilhões e outorga (valor destinado pelo vencedor à Autoridade Portuária de Santos) que pode passar de R\$ 1 bilhão.

O megaterminal ocupará uma área de 621,9 mil metros quadrados (m²), com capacidade para 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano, além de 91 mil toneladas de carga geral. O prazo do contrato será de 25 anos, podendo ser prorrogado.

O contrato do Tecon Santos 10 também viabilizará a transferência do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, de Outeirinhos para o Valongo. O futuro arrendatário construirá a infraestrutura base para o Concais.

Fonte: A Tribuna Digital SP

Data: 14/11/2025

LIGAÇÃO MARÍTIMA ENTRE NOVO AEROPORTO DE GUARUJÁ E TERMINAL DE CRUZEIROS EM SANTOS TEM VERBA DE R\$ 20 MILHÕES

Recurso obtido por emenda de comissão garantirá que o Ministério de Portos e Aeroportos elabore o projeto executivo da conexão

Por Bárbara Farias 14 de novembro de 2025



Atracadouro para receber turistas do aeroporto e levá-los de volta de ser construído no Valongo, para onde será transferido o Concais (Alexander Ferraz/AT)

A deputada federal Rosana Valle (PL) obteve, por meio de emenda de comissão, R\$ 20 milhões para a implementação de uma ligação marítima entre o futuro Aeroporto Civil Metropolitano de Guarujá e o Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais no Porto de Santos. O objetivo é criar atracadouros dos dois lados e um serviço de lanchas.

O aporte foi aprovado pela Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados e estará disponível no Orçamento da União de 2026.

Em nota, a parlamentar, que é vice-presidente da CVT, informou que solicitou a reserva de recursos por causa da necessidade da ligação. O pedido foi apresentado em reunião realizada há cerca de duas semanas. A comissão dispõe de verbas para obras de mobilidade que podem ser solicitadas por meio de emenda.

“O projeto e a gestão dos recursos serão feitos pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Caberá ao ministério realizar o projeto executivo e definir a melhor forma de implementação com os valores repassados pela emenda da comissão”, explicou a deputada.

A parlamentar pretende iniciar as tratativas do projeto com o ministro Silvio Costa Filho provavelmente no início do ano, quando o dinheiro estiver separado no orçamento do ministério.

Facilidades

“A integração entre o terminal de passageiros e o aeroporto facilitará check-out e ou check-in e beneficiará o turismo, agilizando o translado entre quem faz uso dos aviões e dos navios na temporada de cruzeiros. O local dos píeres e a melhor forma de utilização dos recursos para a implementação do projeto serão definidos pelo ministério”, reiterou Rosana Valle.

Quanto a reuniões com demais órgãos públicos envolvidos como, por exemplo, as prefeituras de Santos e Guarujá, Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Aeronáutica e com o Concais, a deputada informou que “serão definidas ao longo do desenvolvimento do projeto pelo ministério, que consultará as partes envolvidas antes de finalizar o projeto executivo”.

Rosana informou ainda que tem articulado a viabilização de licenças e obras do Aeródromo de Guarujá desde 2019, quando “visualizou a importância de interligar os modais do aeroporto e do terminal de passageiros”.



Rosana Valle conseguiu a verba (Alexander Ferraz/AT)

Atualmente, o acesso ao aeroporto, situado na Base Aérea de Santos, em Guarujá, é feito somente pela travessia de balsas ou pela Rodovia Cônego Domênico Rangoni, o que demanda um tempo maior para o usuário que irá utilizar o aeroporto.

“O aeroporto é um sonho antigo da Baixada, e essa ligação é essencial para que ele funcione plenamente. Estamos garantindo que o projeto saia do papel com estrutura adequada para atender o público e impulsionar o turismo e os negócios locais”, destacou Rosana.

O MPor informou, em nota, que aguardará o contato da deputada para discutir o projeto.

Prefeituras

A Prefeitura de Santos informou, em nota, que não foi procurada para detalhamento do projeto. No entanto, disse que “a conexão entre os futuros terminal de passageiros no Valongo e o Aeroporto Metropolitano, em Guarujá, já está prevista no conceito da elaboração do projeto Parque Valongo, em execução conjunta entre a Administração Municipal e a Autoridade Portuária de Santos (APS)”.

A Prefeitura de Guarujá também foi procurada por A Tribuna para comentar sobre o projeto, mas não retornou o contato até a publicação desta matéria.

Novo local

A proposta de transferência do Concais, de Outeirinhos para o Valongo, prevê que o novo prédio do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini seja construído na água, em frente do antigo Armazém 1, no Parque Valongo. O terminal teria píer de atracação para três navios a cerca de 200 metros da margem, ocupando, no mar, toda a frente daquela área de armazéns. Prefeitura de Santos, Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e Autoridade Portuária de Santos (APS) são favoráveis ao projeto. A construção da estrutura na água, porém, depende do leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, que ficará ao lado, no cais do Sabóo (STS10). Isso porque a empresa que assumir o megaterminal será responsável por esse investimento, conforme previsto no edital.

Fonte: A Tribuna Digital SP

Data: 14/11/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS DF

COMPANHIA AÉREA CANADENSE VAI OPERAR VOOS INTERNACIONAIS NO BRASIL

Autorização da Anac permite estreia da empresa canadense no país, com voos regulares ligando o Galeão a Montreal e Toronto

O Brasil dá mais um passo para ampliar sua presença no cenário internacional de aviação com a entrada da Air Transat no mercado nacional. A companhia canadense recebeu autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para operar voos internacionais regulares de passageiros e cargas com origem e destino no país, marcando o início de uma nova fase de conectividade entre Brasil e Canadá.



Companhia aérea canadense vai operar voos internacionais no Brasil - Foto: Divulgação

A Portaria nº 18.249, publicada nesta sexta-feira (14), formaliza a aprovação e permite que a Air Transat defina rotas, frequências e detalhes operacionais de seus voos. A companhia já anunciou a intenção de iniciar, nos próximos dois meses, duas rotas diretas a partir do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão): uma para Montreal, inédita para o terminal, e outra para Toronto, a maior cidade do Canadá.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que a chegada da Air Transat reforça o movimento de internacionalização e retomada da aviação brasileira. "A ampliação das rotas internacionais a partir do Galeão é estratégica para fortalecer o turismo, gerar oportunidades econômicas e posicionar o Brasil como hub de conexões globais, especialmente na rota América do Sul–América do Norte", afirmou.

O presidente da Anac, Tiago Faierstein, ressalta a qualidade técnica do trabalho desempenhado pela agência, cujo propósito é atrair mais companhias aéreas para operar no Brasil, aumentar a oferta de assentos, rotas e voos para os passageiros, melhorar o ambiente concorrencial e estimular melhorias importantes para a experiência do usuário. "Que venham mais companhias. A concorrência entre elas é saudável e quem ganha é o passageiro", afirmou.

A nova operação representa ganho de competitividade, amplia a oferta para os passageiros e fortalece as ligações aéreas com mercados-chave, assim como a malha aérea nacional. As rotas diretas para Montreal e Toronto tendem a impulsionar o fluxo turístico, o intercâmbio acadêmico e as relações comerciais entre os dois países, além de contribuir para a retomada do protagonismo do Rio de Janeiro no mapa da aviação internacional.

A autorização da Anac foi concedida após a Air Transat cumprir todos os requisitos regulatórios estabelecidos pela Agência, incluindo demonstração de capacidade operacional e atendimento às exigências de segurança previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério Portos e Aeroportos DF

Data: 14/11/2025

EM BRASÍLIA E SÃO PAULO, REPRESENTANTES DO MPOR E ANAC REALIZAM ROAD SHOW DO PROGRAMA AMPLIAR

Todas as concessionárias habilitadas ao leilão receberam informações detalhadas dos 19 aeroportos ofertados na primeira etapa do programa de concessão



O AmpliAR prevê investimentos privados de mais de R\$ 5 bilhões, com a meta de modernizar até 100 aeroportos em todo o país- Foto: Vosmar Rosa/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) concluíram, nesta sexta-feira (14), a rodada de apresentação do programa AmpliAR (Road Show) às concessionárias que poderão participar da oferta pública de 19 aeroportos regionais prevista para o dia 27 de novembro. Em Brasília e em São Paulo, representantes da pasta apresentaram

detalhes dos investimentos e as potencialidades dos terminais aéreos disponibilizados nesta primeira fase do programa.

O secretário executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, acompanhado pelo secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, e pelo diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Faierstein, recebeu na capital federal executivos da concessionária Fraport Brasil. Já em São Paulo, foram realizadas reuniões com representantes da Zurich Airports, PAX Aeroportos, Aeroportos Brasil Viracopos (ABV), AENA Brasil, Vinci Airports, GRU Airports e Motiva.

“Com esses encontros, concluímos a apresentação do Ampliar apontando as potencialidades dos aeroportos regionais colocados em oferta pública. O Ministério de Portos e Aeroportos tem como objetivo dotar de melhor infraestrutura estes terminais aéreos que são estratégicos para o desenvolvimento regional e conectividade nacional”, explicou o secretário Tomé Franca.

De acordo com Daniel Longo, a iniciativa de ouvir as concessionárias e levar à mesa detalhes do programa demonstra a transparência na condução do Ampliar. “Foi um momento importante de escuta do setor para que possamos aferir o apetite do mercado e calibrar a oferta dos próximos aeroportos na segunda etapa do programa”, avalia o secretário.

“Essa parceria do setor público com a iniciativa privada é fundamental para o desenvolvimento da aviação brasileira. O Ampliar é uma política pública inovadora que nasce da nossa necessidade de avançar na infraestrutura aeroportuária brasileira”, comentou o diretor-presidente da Anac, Tiago Faierstein.

Mais conectividade

Criado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, o programa Ampliar tem como objetivo modernizar e ampliar a infraestrutura de aeroportos regionais no Brasil, especialmente nas regiões com maior déficit, como a Amazônia Legal e o Nordeste. A iniciativa visa melhorar a conectividade aérea em áreas remotas, integrando esses locais à malha aérea nacional e fomentando o desenvolvimento socioeconômico.

Por meio de parcerias com concessionárias privadas, o programa é uma política pública que permite que essas empresas assumam a gestão de aeroportos regionais deficitários, em troca de reequilíbrios contratuais, como redução de outorgas ou extensão dos prazos de concessão. O Ampliar prevê investimentos privados de mais de R\$ 5 bilhões, com a meta de modernizar até 100 aeroportos em todo o país.

A lista inicial de aeroportos inclui terminais como Aracati (CE), Araguaína (TO), Itacoatiara (AM), Serra Talhada (PE) e Lençóis (BA), entre outros. Com essa iniciativa, o Governo Federal dá um passo importante para tornar a aviação regional mais eficiente, acessível e integrada ao desenvolvimento do país.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério Portos e Aeroportos DF

Data: 14/11/2025

NORDESTE GANHA FORÇA EM CARGAS ESTRATÉGICAS E MOVIMENTA MAIS 65 MI DE TONELADAS NOS PORTOS PÚBLICOS EM NOVE MESES DO ANO

Porto de Itaqui (MA) avançou quase 9% e Suape (PE) manteve hegemonia nos contêineres

No setor aquaviário, o Nordeste acumulou, nos nove primeiros meses do ano, 65,1 milhões de toneladas movimentadas nos portos públicos da região, de acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O volume de cargas revela um movimento de crescimento expressivo nos granéis sólidos, com alta de 3,6%, e avanço consistente nos contêineres, de 2,3%, que vêm ganhando peso na matriz portuária nordestina.



Porto de Itaqui (MA) avançou quase 9% - Vosmar Rosa/Mpor

De janeiro a setembro, a soja, em particular, assumiu o protagonismo, alcançando 13,9 milhões de toneladas e se tornando a principal mercadoria da região, avanço de mais de 11% frente ao ano passado. O desempenho impulsionou o Porto do Itaqui (MA), que registrou 28,3 milhões de cargas transportadas e cresceu 8,73%, consolidando-se como o porto com maior movimentação do Nordeste e um dos principais corredores de exportação do país.

Em paralelo, Suape (PE), mesmo com retração no volume total, puxada pela queda do granel líquido, manteve uma posição de destaque. O porto liderou novamente a movimentação de contêineres no Nordeste, atingindo 5,5 milhões de toneladas, o que reforça seu papel como hub logístico para navegação de longo curso e distribuição para todo o país.



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que os resultados confirmam a força estrutural do Nordeste e o impacto dos investimentos em infraestrutura promovidos pelo Governo Federal. "O Nordeste tem papel estratégico para o Brasil e segue avançando na diversificação de cargas e na modernização dos portos. Estamos trabalhando para ampliar eficiência, competitividade e qualidade dos serviços portuários, garantindo mais segurança para o setor e fortalecendo os corredores logísticos que impulsionam o desenvolvimento da região", afirmou.

Além de Itaqui e Suape, os portos de Salvador (BA), com 4,6 milhões de toneladas, Aratu (BA), 4,5 milhões, e Fortaleza (CE), 3,6 milhões, tiveram variações moderadas, acompanhando o comportamento das cargas líquidas e petroquímicas. Nos destaques, nos nove meses do ano, os granéis sólidos cresceram 3,63%, os contêineres avançaram 2,32%, e a carga geral manteve alta de 1,30%.

O Ministério de Portos e Aeroportos segue executando ações para modernizar a infraestrutura portuária regional, ampliar a capacidade dos terminais e garantir previsibilidade regulatória, com foco em eficiência logística, redução de custos e estímulo ao desenvolvimento econômico do Nordeste.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério Portos e Aeroportos DF

Data: 14/11/2025

gov.br Presidência da República
Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APRESENTA ESTRATÉGIAS BRASILEIRAS EM EVENTO-CHAVE DA COP30

Subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides, lidera debate sobre transição energética, resiliência da infraestrutura e ampliação da logística de baixo carbono



Ministério dos Transportes divulga avanços em intermodalidade, concessões sustentáveis e transição energética na COP30. - Foto: Luiz Siqueira/MT

Comprometido com o diálogo global para o desenvolvimento de uma infraestrutura ambientalmente equilibrada, o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, debateu o papel da América Latina no avanço das metas de baixo impacto ambiental na logística com líderes governamentais, representantes da sociedade civil e da iniciativa privada, nesta sexta-feira (14), durante a COP30 em Belém (PA).

“Ontem e hoje, as discussões abordaram logística, cidades, infraestrutura e energia, destacando a correlação entre esses temas. Se pensarmos o mundo como um corpo humano, as artérias que transportam sangue seriam as grandes rodovias e os modais ferroviários, porque são eles que movimentam o desenvolvimento, estruturam a trajetória dos territórios e transportam a carga”, afirmou.

O encontro representou um marco diante da urgência de uma colaboração intersetorial para acelerar a agenda de operacionalização logística internacional, com o objetivo de transformar o transporte em um catalisador de resiliência climática e equidade social. A iniciativa reforça o papel do setor como alavancas para o crescimento inclusivo e sustentável, superando o estigma de ser apenas um dos principais contribuintes para as emissões globais.

Durante a apresentação do Brasil às delegações estrangeiras, Cloves Benevides destacou que os esforços do Governo Federal estão sendo traduzidos em ações concretas voltadas para custos, intermodalidade e conectividade regional. Segundo ele, esses avanços são possíveis graças a parcerias inovadoras, modelos de governança mais inclusivos e medidas céleres para transformar a mobilidade rumo ao baixo carbono.

“O Ministério dos Transportes está plenamente integrado ao Plano Clima e à taxonomia sustentável. Estamos impulsionando a agenda de mitigação brasileira por meio de planos econômicos verdes e da transição energética. Nossos contratos de concessão agora incluem recursos específicos destinados à resiliência e à adaptação da infraestrutura”, detalhou o subsecretário.

Caminhos do progresso

Durante o evento, o Ministério dos Transportes integrou dois pavilhões dedicados aos caminhos verdes dos modais ferroviário e rodoviário, localizados na Zona Verde e na Zona Azul, promovendo a transição energética, a ampliação dos modais e o maior ciclo de investimentos em infraestrutura nacional.

O subsecretário de Sustentabilidade da pasta ressaltou que o transporte sustentável será um motor de novas oportunidades econômicas e sociais, capaz de tornar as cidades mais saudáveis, eficientes e habitáveis a médio e longo prazo, conforme previsto no Plano Nacional de Logística 2050, a ser lançado em dezembro.

“Na Zona Verde, o espaço foi dedicado a debates e conteúdos nacionais. Já na Zona Azul, ocorreu a primeira participação internacional do setor de Transportes junto às organizações globais. O Brasil conduz o debate local e aponta para o futuro: apresenta componentes estratégicos, reforça a importância do diálogo com outros países e demonstra estar em sua melhor fase de infraestrutura sustentável da história”, concluiu.

Agenda

No encerramento da primeira semana do maior evento climático do mundo, neste sábado (15), o Ministério dos Transportes participará da Declaração Conjunta sobre Sistemas de Transporte Sustentáveis.

A iniciativa reforça a participação de diferentes entes nas estratégias globais de descarbonização e resiliência, além de contribuir para a construção de um Objetivo Global de Transporte até 2050.

Também estarão presentes no painel o ministro das Cidades, Jader Filho; o ministro dos Transportes do Chile, Juan Carlos Muñoz Abogabir; o secretário-geral do International Transport Forum (ITF/OCDE), Young Tae Kim; entre outras autoridades.

Na parte da tarde, ocorre o debate “Concessões Sustentáveis de Transporte: Caminhos para a Integração Climática na Regulação”. A mesa abordará a incorporação de critérios socioambientais e ambientais nos contratos de concessão federais, com foco no setor rodoviário.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério dos Transportes DF

Data: 14/11/2025

GOVERNO FEDERAL LANÇA INVENTÁRIO NACIONAL DE EMISSÕES DO SETOR DE TRANSPORTES NA COP30

Levantamento divulgado nesta quinta-feira (13) orienta metas da NDC brasileira e estrutura ações de mitigação e adaptação na logística



Na COP30, Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Setor de Transportes é tema de diálogo com autoridades e especialistas. – Foto: Luiz Siqueira/MT

O Brasil segue na linha de frente dos esforços globais pela descarbonização da cadeia logística entre os 197 países-membros da Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém (PA). Nesta quinta-feira (13), o Governo Federal apresentou o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Setor de Transportes.

“É um levantamento absolutamente detalhado, com dados primários e participação efetiva de empresas, associações e operadores de transporte. O estudo aborda as emissões por modal, por tipo de veículo e também pela infraestrutura”, destacou o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides.

A iniciativa foi desenvolvida em parceria com a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e será essencial para orientar o país no cumprimento de metas como a nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), apresentada em novembro de 2024, durante a COP29. O compromisso prevê a redução voluntária das emissões de GEE em pelo menos 59% até 2035, com uma meta ideal de 67%.

“Ambição sem trilha de implementação é apenas um compromisso etéreo. O inventário contribui para o reposicionamento do setor, tanto na atuação direta de empresas e operadores dos modais, quanto na formulação de políticas públicas dentro de uma nova realidade”, completou Benevides.

Segundo o subsecretário de Sustentabilidade da pasta, o agrupamento dos indicadores ambientais do setor permitirá a construção das melhores diretrizes para o Plano Clima e para o Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, instrumentos fundamentais para definir medidas de mitigação e fortalecer a infraestrutura resiliente a médio e longo prazo. O levantamento também servirá de base para projetos

como os Corredores Azuis, que incentivam o uso de gás natural e biometano como combustíveis em veículos rodoviários.

"Agora o setor tem mais segurança para comunicar o que já realiza e quais compromissos pode assumir. O inventário oferece as condições para organizar políticas públicas nos corredores azuis, em projetos de descarbonização e na operação da infraestrutura, aproveitando toda a vantagem competitiva que o Brasil possui", detalhou.

Nos últimos três anos, o Ministério dos Transportes vem ampliando ações voltadas à sustentabilidade. Durante a COP30, foram apresentados a delegações estrangeiras mais de US\$ 2 bilhões em novos investimentos destinados a aprimorar a adaptação da infraestrutura e a descarbonização das rodovias brasileiras.

As discussões também abordaram medidas para estimular o uso de múltiplos combustíveis, a eletrificação, a racionalização e a modernização das frotas, ações que fortalecem outras cadeias produtivas, como a de milho e etanol, utilizados na fabricação de biocombustíveis.

De Belém, o mundo escuta

Na agenda da COP30, o Ministério dos Transportes esteve presente em rodadas de negociação com representantes de governos, instituições multilaterais e organismos internacionais para avançar no consenso entre entendimentos voltados à adaptação da infraestrutura.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério dos Transportes DF

Data: 14/11/2025



EDITORIAL – O INVENTÁRIO DE GEE E O CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A apresentação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Setor de Transportes pelo Governo Federal na COP30, nessa quinta-feira, dia 13, coloca o Brasil na linha de frente dos esforços globais pela descarbonização. O levantamento, detalhado e baseado em dados primários, é um instrumento de governança essencial que traduz a ambição climática em uma trilha de implementação palpável. Sem um diagnóstico preciso das emissões por modal, tipo de veículo e infraestrutura, qualquer compromisso seria, como bem definiu o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, "apenas um compromisso etéreo".

O inventário, desenvolvido em parceria com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), é a base técnica para o cumprimento da nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), que prevê uma redução voluntária das emissões de GEE em pelo menos 59% até 2035. O estudo oferece segurança para que o setor privado comunique o que já realiza e, mais importante, para que o Governo formule políticas públicas eficazes.

A importância do inventário para orientar as ações do Governo Federal e do setor privado nos processos de descarbonização do setor de transportes é inequívoca. A mensuração detalhada dos indicadores ambientais permitirá a construção de diretrizes mais robustas para o Plano Clima e o Plano Nacional de Logística (PNL) 2050. Esses documentos são vitais para definir medidas de mitigação e para fortalecer a infraestrutura resiliente a médio e longo prazo.

O conhecimento exato das emissões possibilita a otimização de investimentos e a alocação de recursos em projetos de maior impacto. O anúncio de mais de US\$ 2 bilhões em novos investimentos destinados à adaptação da infraestrutura e à descarbonização das rodovias brasileiras reforça o compromisso do Ministério dos Transportes com a agenda verde.

Mas não basta apenas ter o diagnóstico; é preciso defender que essa evolução efetivamente ocorra. O inventário é a ferramenta de partida, mas o progresso exige a implementação ágil e coordenada de políticas que incentivem o uso de múltiplos combustíveis, a eletrificação, a racionalização e a modernização das frotas. Iniciativas como os Corredores Azuis, que promovem o uso de gás natural e biometano, precisam de um marco regulatório claro e de financiamento direcionado.

O Brasil tem uma vantagem competitiva na produção de biocombustíveis que deve ser capitalizada. A descarbonização do setor de transportes é a chave para o País cumprir suas metas e consolidar sua liderança global em sustentabilidade. A ambição está traçada; a trilha está pavimentada pelo inventário. Agora, a urgência é agir.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

OPINIÃO – ARTIGOS ESTUDO DA ANTAQ REVELA ENTRAVES E BILHÕES PARADOS EM TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS



BENJAMIN GALLOTTI

Sócio fundador do Gallotti e Advogados Associados

opinião@redebenews.com.br



RODRIGO TOLENTINO F. VIEIRA

Sócio do Gallotti e Advogados Associados

Entre 2013 e 2019, foram concedidas 70 autorizações para TUPs, o dobro do ritmo anterior à lei. Contudo, apenas 53 terminais estão em operação ou com obras concluídas. Os 17 ainda inativos somam R\$ 36,8 bilhões em investimentos, equivalentes a 78% do total previsto.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou, em sua 598^a Reunião Ordinária, o Relatório Final do Estudo “P-40 – Diagnóstico sobre a Implantação de Terminais de Uso Privado (TUPs)”, que analisa a evolução desses empreendimentos e identifica os principais gargalos que impedem a efetivação dos investimentos. Mais de uma década após a nova Lei dos Portos ampliar a participação privada, ainda há um descompasso entre o número de autorizações e a entrada em operação dos terminais.

Entre 2013 e 2019, foram concedidas 70 autorizações para TUPs, o dobro do ritmo anterior à lei. Contudo, apenas 53 terminais estão em operação ou com obras concluídas. Os 17 ainda inativos somam R\$ 36,8 bilhões em investimentos, equivalentes a 78% do total previsto. Os principais entraves envolvem licenciamento ambiental, dificuldades de investimento, disputas judiciais e problemas fundiários.

O estudo destaca que parte das dificuldades decorre do próprio processo de autorização, baseado em mera verificação documental, sem análise aprofundada de viabilidade técnica e econômica. Como medida, foi determinada a revisão da Resolução Antaq nº 71/2022, tornando as análises mais rigorosas e avaliando a exequibilidade e os impactos concorrentiais dos projetos. A deliberação recomenda ainda que a prorrogação do prazo de 5 anos para início das operações seja exceção e sugere a criação de contrapartida financeira para pedidos e manutenções de outorga.

Com mais de 48 milhões de metros quadrados de áreas privadas ainda ociosas e dezenas de bilhões de reais em investimentos parados, a Antaq avalia que o País precisa avançar da etapa de autorizações para a concretização efetiva dos empreendimentos.

Contudo, embora os dados apresentados evidenciem desafios relevantes, é fundamental que as medidas propostas sejam conduzidas com cautela e equilíbrio. Mudanças na regulamentação do setor devem considerar as particularidades do mercado privado, que, hoje, é responsável por aproximadamente 64% de toda a carga movimentada no Brasil.

Conforme se observa, parte dos entraves enfrentados pelo privado decorre de fatores alheios à sua vontade, como morosidade da administração pública, situações climáticas, excesso de judicialização e as complexidades burocráticas que cercam os processos de licenciamento e liberação de obras. Nessas circunstâncias, não se mostra adequado punir ou desestimular o empreendedor por motivos que fogem ao seu controle.

Em verdade, o remédio sugerido para resolver a questão parece apresentar potencial de frustrar os investimentos, de vez que manifestou pretensão de promover a avaliação da viabilidade e da exequibilidade dos empreendimentos e também dos impactos concorrenenciais no mercado, gerando ambiente de maior complexidade, mora, subjetivismo e insegurança.

A excepcionalidade de prorrogação de prazos para início das operações também pode gerar graves prejuízos para aqueles que investiram vultosas quantias para a identificação e aquisição de áreas, desenvolvimento de projetos e licenciamentos. Na mesma linha labora a cobrança por emissão de outorga, quando a contrapartida da iniciativa privada é dotar o país de infraestrutura que a Administração Pública não tem capacidade e vocação para promover.

Nessa linha, parece que melhor seria buscar soluções e fomentar estratégias para que os principais problemas e entraves identificados no estudo fossem superados com o apoio da Administração Pública, do que aumentar as dificuldades para a obtenção de outorgas.

Os principais problemas concentram-se nos próprios órgãos da administração, especialmente no licenciamento ambiental e na regularização de áreas junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Como as instalações portuárias dependem necessariamente do acesso a rios ou ao mar, suas áreas de implantação costumam situar-se em locais ambientalmente sensíveis e, em geral, pertencentes ao patrimônio da União.

Sendo uma situação recorrente, como apontado no próprio estudo, caberia ao Poder Concedente e à Antaq adotar medidas para superar esses entraves. No entanto, verifica-se uma tendência de impor regras mais rígidas. Os processos de licenciamento ambiental podem durar mais de uma década, o que evidencia que o prazo de 5 anos é, muitas vezes, insuficiente para obter a Licença de Instalação ou concluir as obras. A regularização de áreas junto à SPU enfrenta dificuldades semelhantes, já que a obtenção de contrato de cessão de uso oneroso pode demorar anos.

Ainda que o Poder Judiciário tenha garantido aos terminais portuários associados da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) o direito ao não pagamento pelo uso do espelho d'água, o Poder Concedente adotou posicionamento de que isso não dispensa a obtenção de instrumento que garanta o uso e fruição da área junto à SPU, fazendo com que novas medidas judiciais tivessem que ser adotadas, gerando morosidade e problemas de insegurança jurídica, que restringem os fundos de investimentos que têm coragem de aportar recursos no setor.

Busca-se demonstrar a importância de identificar com clareza o cerne da questão, antes de adotar medidas que possam restringir ainda mais o investimento privado, contrariando o objetivo pretendido.

As empresas que operam TUPs vêm ampliando, modernizando e automatizando suas estruturas, elevando a produtividade e reduzindo custos logísticos. Mesmo diante dos desafios apontados, é inegável que o modelo privado traz resultados e merece o reconhecimento e a confiança da Administração Pública.

Por essa razão, embora o aprimoramento da regulação vise fortalecer a atuação e a credibilidade da Antaq, é essencial que essas mudanças sejam feitas com critério e equilíbrio, evitando obstáculos aos investidores. O propósito deve ser aprimorar o ambiente regulatório sem impor ônus desnecessários a um segmento que impulsiona a logística e contribui de forma decisiva para o crescimento econômico do País.

ENTRE 2013 E 2019, FORAM CONCEDIDAS 70 AUTORIZAÇÕES PARA TUPS, O DOBRO DO RITMO ANTERIOR À LEI. CONTUDO, APENAS 53 TERMINAIS ESTÃO

E M OPERAÇÃO OU COM OBRAS CONCLUÍDAS. OS 17 AINDA INATIVOS SOMAM R\$ 36,8 BILHÕES EM INVESTIMENTOS, EQUIVALENTES A 78% DO TOTAL PREVISTO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 PAÍSES AMAZÔNICOS TERÃO MONITORAMENTO INTEGRADO CONTRA O DESMATAMENTO

Com apoio de R\$ 55 milhões do Fundo Amazônia, OTCA e INPE vão unificar metodologias de observação da floresta e reforçar a atuação conjunta na prevenção de crimes ambientais

Da Agência Brasil



O secretário-geral da OTCA, Martin von Hildebrand (com o microfone), defendeu a abrangência total da proteção da Amazônia: "cada árvore é importante"

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) vai receber R\$ 55 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia, para aprimorar os sistemas nacionais de monitoramento da floresta tropical e fortalecer capacidades técnicas para a prevenção e o controle do desmatamento e da degradação florestal.

O anúncio foi feito nesta quinta-feira (13), durante uma atividade na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém. Os membros da OTCA são Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

"A Amazônia é um vasto sistema, um bioma e, como qualquer quebra-cabeça, danificar uma peça danifica outra. Tudo é importante, cada árvore é importante. Precisamos de monitoramento para podermos agir de forma preventiva ou curativa, dependendo de sua situação", apontou o etnólogo colombiano Martin von Hildebrand, secretário-geral da entidade.

O projeto contará com parceria do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que atuará na transferência de tecnologia para demais países membros.

"Uma questão importante que já vinha sendo encaminhada é o painel técnico-científico, voltado ao monitoramento da Amazônia, para servir de base na formulação de políticas públicas, tanto em relação à mudança do clima, quanto relação à biodiversidade, recursos hídricos, recursos pesqueiros", destacou a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Segundo Marina, os países amazônicos vão montar uma comissão de ministros de meio ambiente para alinhar estratégias comuns de proteção da floresta e combate ao crime organizado transfronteiriço.

"Nós queremos sobretudo apostar também numa agenda de desenvolvimento sustentável, na parte de infraestrutura verde e resiliente, na parte de combate à criminalidade e de proteção da biodiversidade, principalmente de ter mecanismos de acesso a recurso genético que não leve à biopirataria e que promova a justa partilha de benefícios".

Ao todo, a Amazônia tem extensão territorial de 6,7 milhões de quilômetros quadrados (km²), com mais de um milhão de km² de ecossistemas ribeirinhos e uma população de quase 50 milhões de habitantes. Para cuidar desse bioma fundamental para a regulação do clima global, incluindo preservar as correntes de umidade que transportam chuvas para outras partes da América do Sul, a

OTCA funciona como organismo intergovernamental de promoção do desenvolvimento sustentável da região.

Cada país tem metodologias e instrumentos próprios de controle e monitoramento do território, mas a ideia da OTCA é uniformizar e padronizar esses procedimentos.

"Se não colocamos a informação de toda a região, de nada nos serve tratar de consertar de um lado e destruir outro", observou o secretário-geral da entidade, Hildebrand. Um dos instrumentos que podem ser fortalecidos com esta iniciativa é justamente o Observatório Regional da Amazônia (ORA), que já integra diversas bases de informações e disponibiliza dados sobre o bioma em temas como biodiversidade, recursos hídricos, florestas, incêndios, povos indígenas e áreas protegidas, entre outros.

"O projeto vai desenvolver a interoperabilidade. Esse é um processo de construção coletiva. O Brasil não vai impor nada aos países e os países não vão impor nada ao Brasil. Agora, se a gente não unificar a metodologia, o crime organizado sai vencendo", alertou a diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello, ao explicar os objetivos do projeto que será financiado pelo banco de desenvolvimento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 "ESSA É A COP DA IMPLEMENTAÇÃO, MAS ISSO NÃO É POSSÍVEL SEM FINANCIAMENTO", DIZ ANA TONI

CEO da COP 30 defende mecanismos inovadores para apoiar países em desenvolvimento em projetos de adaptação às mudanças climáticas

A CEO da Cúpula das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, Ana Toni, defendeu o desenvolvimento de meios inovadores de financiamentos climáticos, principalmente para iniciativas de adaptação. "Essa é a COP da implementação, mas isso não é possível sem financiamento", afirmou. "Precisamos pensar em instrumentos criativos para ajudar os países em desenvolvimento" disse, ressaltando que o foco deve ser na adaptação, pois já existem mais opções disponíveis para projetos de mitigação.

Ana Toni falou sobre o tema durante o lançamento da Iniciativa de Dívida com Múltiplas Garantias para a Resiliência. O projeto foi concebido como forma de expandir o uso de swaps de dívida como ferramenta para desbloquear novos financiamentos para a resiliência e adaptação às mudanças climáticas.

A iniciativa tem o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco do Desenvolvimento do Caribe e do Banco de Desenvolvimento da América Latina. "Está claro que os bancos multilaterais de desenvolvimento são um componente central das soluções para o financiamento climático", afirmou Ana Toni.

O instrumento é voltado para países em desenvolvimento com pouco espaço fiscal, mas com endividamento controlado, segundo o conselheiro especial do BID, Avinash Persaud. "Acreditamos que a iniciativa pode ter um impacto muito relevante, porque os países poderão investir sem precisar elevar a dívida", disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 GOVERNO LANÇA PLANO NACIONAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA NA COP30 Da Agência Brasil

Iniciativa do Ministério do Meio Ambiente quer ampliar áreas verdes nas cidades e garantir que 65% da população viva em ruas com ao menos três árvores



Dados do Mapbiomas de 2024 apontam que a média nacional de arborização nas cidades brasileiras é 28,2% dos territórios com cobertura verde

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) lançou nesta quinta-feira (13), em Belém, o Plano Nacional de Arborização Urbana (Planau), durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). O objetivo é aumentar a cobertura vegetal das cidades, considerada abaixo dos padrões adequados.

**"A ÁRVORE NÃO É APENAS UM ELEMENTO ACESSÓRIO DA INFRAESTRUTURA DA CIDADE.
É UM ELEMENTO ESSENCIAL QUE CARREGA O PRINCÍPIO DA RESILIÊNCIA CLIMÁTICA"**

MAURÍCIO GUERRA
diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano

Segundo o secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do MMA, Adalberto Maluf, as populações que vivem nas cidades brasileiras têm poucas árvores próximas às suas moradias.

Dados do Mapbiomas de 2024 apontam que a média nacional de arborização nas cidades brasileiras é 28,2% dos territórios com cobertura verde.

"A principal meta do plano é de aumentar para 65% da população brasileira que vive em ruas que tenham no mínimo três árvores, aumentar em 360 mil hectares a área de arborização e áreas verdes das cidades", afirma o secretário.

De acordo com Maluf, o plano foi estruturado com base na estratégia 3+30+300, desenvolvida pelo pesquisador Cecil Konijnendijk, em 2021.

"Nós seguimos muito esse princípio internacional para que todos tenham no mínimo três árvores na sua rua, que todos os bairros tenham no mínimo 30% de áreas verdes, isso é importante para a questão climática, é importante para a biodiversidade, e ter toda a população brasileira vivendo no máximo até 300 metros de uma área verde", diz.

Na apresentação do Plano, o diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano, Maurício Guerra, destacou que todo o processo de construção da política pública ocorreu de forma participativa. A proposta foi lançada em fevereiro de 2025 e o texto foi submetido à consulta pública, tendo recebido 350 contribuições de encontros regionais e outras 45º por meio da consulta on-line.

Guerra explica que o plano atuará não apenas para criar áreas verdes, mas conectá-las por meio de corredores verdes que também estarão ligados entre as cidades.

"A árvore não é apenas um elemento acessório da infraestrutura da cidade. É um elemento essencial que carrega o princípio da resiliência climática", diz.

Educação

De acordo com Adalberto Maluf, o plano faz parte de uma política nacional que inclui a criação de uma Estratégia Nacional de Soluções Baseadas na Natureza, focada principalmente nas escolas e na educação baseada na natureza.



"A arborização, junto com essas soluções, é imprescindível para a gente melhorar e reconectar as pessoas com a natureza.", diz.

Para financiar e apoiar as iniciativas, o governo federal tem trabalhado em uma estratégia financeira que inclui investimentos públicos a fundo perdido e o direcionamento de recursos de emendas parlamentares, explica Adalberto Maluf.

"Fizemos um banco de projetos do Programa Estados Verde Resilientes. São mais de 300 projetos com um custo de 10 bilhões em iniciativas com soluções baseadas na natureza e a arborização, que são as duas áreas com maior número de projetos inscritos", conclui.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 POR QUE BRINDES VIRARAM MOEDA DE TROCA NA COP30

Do Estadão Conteúdo

Leque de Portugal, tiara de panda da China, um papel com seu nome escrito com a caligrafia da Turquia... Esses são alguns dos brindes distribuídos pelos países na COP-30 a cúpula da ONU sobre Mudanças Climáticas que acontece em Belém e que, em alguns casos, são usados como moeda de troca para que o participante assista a uma palestra.

Essa distribuição de brindes ocorre na Blue Zone, a área de negociações. No local, antes de se chegar às salas de reuniões, o participante atravessa um pavilhão onde os países têm estandes com programações de debates e painéis relacionados ao clima e onde também distribuem brindes relacionados às suas culturas.

Na segunda-feira, 10, primeiro dia da COP, por exemplo, participantes avançaram sobre uma mesa do estande da China onde as tiaras com pandinhas de pelúcia eram distribuídas. Inicialmente, eles pegaram livremente. Mais tarde, porém, os funcionários do estande informaram que, para ganhar uma tiara, era preciso assistir a pelo menos dez minutos da palestra que estava acontecendo.

No estande de Portugal, estão sendo distribuídos leques um dos itens mais disputados na COP-30, dado o calor de Belém. Na manhã de quarta-feira, 12, também era solicitado que se assistisse a um painel para ganhar o brinde.

Nos primeiros dias da cúpula, participantes formaram longas filas para ganhar a bolsa de tecido oficial da COP30, a que todos têm direito. Na tarde de segunda-feira, a fila crescia por volta das 14h, meia hora antes do início da distribuição. No fim do dia, um papel preso a uma cadeira avisava que as bolsas haviam acabado e que novas seriam entregues a partir das 9h30 do dia seguinte.

Além dos brindes, os estandes dos países também oferecem, em determinados horários, comida típica e café. Um grupo no Whatsapp circula informações sobre onde o participante encontra os alimentos gratuitos. As filas, no entanto, são longas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 TCU APRESENTA EXPERIÊNCIAS DE AUDITORIA CLIMÁTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Auditores participaram de painéis sobre uso de dados para governança climática, resiliência a desastres e transição justa para o desenvolvimento sustentável

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br

Ao longo da semana, auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) participam de debates técnicos na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém (PA).

O Tribunal representa a presidência da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (Intosai) durante o evento na capital paraense.



Durante o painel "Ecossistemas de inovação para ação climática: dados, IA e sistemas inteligentes" foi abordado o fortalecimento da governança climática

O supervisor do ClimateScanner no TCU, Carlos Lustosa, da Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável (SecexDesenvolvimento), foi um dos painelistas no debate "Ecossistemas de inovação para ação climática: dados, IA e sistemas inteligentes", promovido pela Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), no Pavilhão Ibero-América Viva, na Green Zone, na terça-feira (11/11).

O painel discutiu como a inteligência artificial, os sistemas inteligentes e o uso estratégico de dados podem fortalecer a governança climática, aprimorar a tomada de decisões e ampliar a transparéncia em políticas públicas.

Lustosa apresentou a experiência do TCU com o ClimateScanner e o Painel ClimaBrasil. A metodologia, desenvolvida sob coordenação do Tribunal, avaliou a maturidade da governança climática em mais de 100 países e em todos os estados brasileiros. "Ferramentas como o ClimateScanner e o Painel ClimaBrasil permitem que governos, sociedade e instituições de controle atuem de forma integrada e baseada em evidências, o que é essencial para alcançar resultados sustentáveis", afirmou.

Na quarta-feira (12), a auditora Cíntia Zaira, também da SecexDesenvolvimento, participou do painel "Auditoria para resiliência climática: a proteção aos orçamentos públicos diante do risco de desastres", no Pavilhão Finlândia, na Blue Zone. No debate, os participantes abordaram resultados de auditorias sobre adaptação climática conduzidas por instituições de controle em diversos países. A secretária-geral do WGEA, Vivi Niemenmaa, mediou o painel.

Avaliação

Cíntia detalhou a auditoria conduzida pelo TCU que avaliou a efetividade das ações de adaptação às mudanças climáticas e de redução de riscos de desastres no Brasil. A fiscalização, desenvolvida pela Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana) no contexto da Iniciativa de Desenvolvimento da Intosai (IDI), abrangeu o período de 2015 a 2024 e analisou cerca de R\$ 4,48 bilhões em recursos federais destinados à gestão de riscos climáticos.

"O trabalho concluiu que, embora existam marcos legais e institucionais estabelecidos, a implementação prática das políticas de adaptação e redução de riscos de desastres ainda apresenta fragilidades significativas. Predomina no país uma cultura reativa, centrada na resposta a desastres, em vez de na prevenção. A integração entre as agendas de defesa civil e mudanças climáticas ainda é limitada e precisa avançar", explicou a servidora.

Ainda na quarta-feira, o auditor Guilherme Souto, da Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações (SecexEnergia), participou do painel "Territórios em transição: a transição justa como caminho para o desenvolvimento sustentável em regiões dependentes do carvão". O encontro ocorreu no Pavilhão das Fundações Climáticas Regionais, também na Blue Zone, e abordou desafios e oportunidades da transição energética justa no Rio Grande do Sul e em economias emergentes.

Metodologia



O auditor apresentou a metodologia do Tribunal para avaliações de políticas de transição energéticas, o Guia Prático de Transição Energética. Ele destacou que justiça social e transição justa são centrais e auditáveis, indo além da análise financeira e contemplando governança, financiamento, tecnologia e inclusão de grupos vulneráveis.

O servidor também ressaltou a complexidade da governança multissetorial e a necessidade de coordenação entre diferentes esferas federativas e órgãos de controle para garantir equidade, continuidade e impacto regional positivo na transição.

"A efetividade e a justiça social nas políticas públicas de transição energética dependem da integração entre desenvolvimento econômico, governança robusta e escuta ativa dos grupos impactados", concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA VÊ NA TRANSIÇÃO LIMPA O MOTOR DE CRESCIMENTO PARA A EU

Ursula Von der Leyen afirma que descarbonização e prosperidade são objetivos complementares e defende políticas mais flexíveis e pragmáticas

Do **estadão** Conteúdo

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, afirmou que a COP30 em Belém reforçou a mensagem de que é preciso acelerar a transição limpa, mas também usá-la para impulsionar crescimento e prosperidade. Em discurso no Parlamento Europeu, ela destacou que a descarbonização "anda de mãos dadas com a competitividade".

A líder do braço executivo da União Europeia (UE) lembrou que, 10 anos após o Acordo de Paris, o mundo saiu de uma trajetória de aquecimento de 4°C para mais perto de 2,3°C, o que mostra que "a curva está se inclinando".

Sobre o mercado de carbono, afirmou que o sistema europeu já reduziu as emissões em 50%, enquanto o PIB cresceu 27%, seguindo o princípio de que "se você polui, você paga. Se não quer pagar, inove".

Von der Leyen reiterou que preços elevados de energia seguem como entrave à competitividade, mas disse que a transição limpa abre espaço para inovação e expansão industrial. Segundo ela, as conclusões do Conselho Europeu e os debates na COP30 apontam para a mesma direção: a necessidade de agir "rápida e flexivelmente, pragmática e adaptativamente" para garantir que a transição climática seja motor de crescimento não um freio para a economia europeia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 RAINHA DA DINAMARCA VISITA O PARÁ E SE ENCANTA COM A VIDA RIBEIRINHA

Soberana Mary fez o roteiro clássico da Ilha do Combu, provou açaí, conheceu a produção de cacau e destacou o papel da Amazônia na agenda climática

Do **Estadão** Conteúdo

Quinze policiais federais e militares, fardados e armados com fuzis, escoltaram a rainha Mary, da Dinamarca, na travessia fluvial de Belém (PA) à Ilha do Combu. Na sua segunda viagem à Amazônia, a rainha dinamarquesa foi ciceroneada pela primeira-dama do Pará, Daniela Barbalho, numa breve escapada na floresta.



Nascida na Tasmânia, parte da Austrália, Mary Elizabeth Donaldson, se tornou rainha consorte da Dinamarca em janeiro de 2024, quando o rei Frederik X assumiu o trono

A RAINHA É PATRONESSE DO PNUMA, O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. EM 2024, VISITOU O BRASIL PELA PRIMEIRA VEZ COMO RAINHA E VISITOU O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NO PALÁCIO DO PLANALTO

Eram 10h20 da manhã de terça-feira, dia 11, quando elas embarcaram na lancha Aruanã 29, no Terminal Hidroviário Internacional de Belém, cercadas em comboio por dois barcos da PF e da PM paraense. O Estadão foi o único veículo de imprensa brasileiro a acompanhar a visita. Mary vestia uma roupa estilo safári, de cores neutras (calça preta e camisa verde), e tênis específico para um terreno de trilha, sem formalidades. Na ida, a rainha permaneceu sentada na lancha, observando a imensidão da Baía do Guajará, projetando o corpo para fora.

Na volta, com menos ondulações e maré mais favorável nos igarapés do Combu, chamados de "furos" pelos ribeirinhos, ela se soltou. Saindo do "Furo da Paciência", atravessou a lancha em pé andando de forma mais arriscada pelo casco, enquanto a embarcação despontava no rio Guamá. Posou para fotos na proa.

Tudo por um registro amazônico, como fizeram outros chefes de Estado e de governo, ministros e diplomatas. Eles adotaram o Combu como ponto de romaria por uma experiência mais imersiva na selva, entre eles o presidente do Conselho Europeu, António Costa.

A ilha é um ponto de turismo local, frequentado por moradores de Belém, e também de gastronomia. A comunidade de ribeirinhos criou um circuito de bares e restaurantes em palafitas, que se tornaram o destino preferencial das autoridades da COP30.

Parte das lanchas que levam e trazem os visitantes é pilotada por mulheres de uma cooperativa de ribeirinhos, como Adrienny Mota, de 18 anos, que trabalha com a mãe, Ana Alice Mota, como guia de grupos. Elas moram na ilha.

A rainha fez o roteiro clássico do Combu e visitou a fábrica de chocolates "Filha do Combu", também conhecida pelo nome da proprietária, Dona Nena. Lá, recebeu a explicação sobre o processo de produção, moagem e cultivo do cacau.

A monarca quis sentir de perto o odor do chocolate moído, que dominou uma tapera aberta, e provar a fruta fresca, ainda azeda. Experimentou o chocolate 100% cacau na linha de produção e tomou chocolate quente, apesar do calor. Posou com uma bandeira do Pará e ganhou chocolates de presente. Também quis saber quantas pessoas trabalhavam com a empreendedora são 20 atualmente.

Na segunda parada, a rainha foi posar perto de uma sumaúma centenária e "batucou" nas raízes para ouvir o ruído do oco. Estava acompanhada do ministro dinamarquês Jacob Jensen (da Alimentação, Agricultura e Pesca). Eles assistiram a uma demonstração da colheita de açaí. A rainha se surpreendeu com a técnica de ribeirinho que, em menos de 2 minutos, trepou nos açaizeiros, e pulou de um tronco para outro, para colher dois cachos da fruta símbolo da Amazônia.

"Não é o mesmo jeito que a gente sobe nas árvores quando é criança", disse Mary, antes de pôr as "mãos na massa" no caso, nos grãos da fruta e sujá-las de roxo para experimentar a técnica antiga de como extrair o suco do açaí, misturando água e espremendo, numa bacia de barro, para depois peneirar. Esse era o método antes das máquinas batedeiras.

No restaurante Saldosa Maloca, a rainha foi recebida com um típico banquete paraense: moqueca de pirarucu, filhote na chapa, arroz com jambu, macaxeira frita e açaí, com brigadeiro no creme de cupuaçu, como sobremesa.

A rainha é patronesse do PNUMA, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Em 2024, visitou o Brasil pela primeira vez como rainha e visitou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. Durante a passagem por Brasília, foi à Embrapa e relatou ter ficado "impressionada" com a vegetação do Cerrado. Na mesma ocasião, também viajou a Manaus (AM) e esteve no Museu da Amazônia e no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Conheceu um restaurante indígena e jantou no Teatro Amazonas.

Nascida na Tasmânia, parte da Austrália, Mary Elizabeth Donaldson, de 52 anos, se tornou rainha consorte da Dinamarca em janeiro de 2024, quando o rei Frederik X da Dinamarca assumiu. Ele sucedeu a mãe, a rainha Margrethe II, que abdicou após 52 anos como monarca. Atualmente, Mary possui apenas a nacionalidade dinamarquesa, e não mais a australiana ela sempre gostou de enfatizar que era "tasmaniana".

Iniciativas na COP30

A Dinamarca foi um dos 53 países que apoiaram Fundo Florestas Tropicais Para Sempre, TFFF, no lançamento, mas não injetou recursos o processo de aprovação seria demorado, segundo fontes diplomáticas. A iniciativa quer remunerar países que preservam suas florestas tropicais. No ano passado, o país formalizou sua primeira doação ao Fundo Amazônia (R\$127 milhões).

Durante a COP30, o país anuncia mais recursos para "cobrir lacunas de financiamento". A Dinamarca vai tornar permanente um instrumento de garantia estatal e ampliar o limite para US\$ 1,8 bilhão até 2030. O governo espera, assim, mobilizar US\$ 4,1 bilhões em capital privado para investimentos verdes em países em desenvolvimento.

A Dinamarca emitirá US\$100 milhões em uma nova garantia estatal para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a fim de mobilizar US\$ 400 milhões em novos empréstimos concessionais para países da região, visando acelerar a transição energética nas áreas amazônicas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 MINISTRA CELEBRA INCLUSÃO DA PAUTA INDÍGENA NA COP30, MAS COBRA “DECISÕES CONCRETAS”

Sônia Guajajara defende o reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas como uma das soluções para a mitigação climática Hermes Caruzo/COP30

Da Agência Brasil



A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, disse nesta quinta-feira (13) que a 30ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP30) colocou a pauta indígena como centro do debate global.

A ministra Sônia Guajajara (à esq.) destacou a importância de ter 900 indígenas de todo o mundo credenciados na COP30, 360 deles do Brasil

Segundo ela, entre os legados a serem deixados pela conferência está o reconhecimento de que tanto territórios indígenas como quilombolas e demais comunidades tradicionais fazem parte das soluções a serem adotadas para a mitigação climática.

Nesse sendo, é fundamental que se consolide a posse de terra para essas comunidades, defendeu a ministra durante o programa Bom Dia, Ministra, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

“É lógico que o que se espera é que tenha de fato decisões concretas para garantir o financiamento climático do tamanho que é a emergência, e para que a gente possa enfrentar com ações nos territórios”, disse a ministra.

“Que, aqui, se reconheça os territórios indígenas de comunidades tradicionais e quilombolas como medidas de mitigação climática, garantindo a consolidação da posse da terra”, acrescentou, referindo-se a “todos que vivem da terra”, que estão “protagonizando a participação (na COP30) para garantir não só que sejamos beneficiados, mas que sejamos, de fato, protegidos”.

Na avaliação da ministra, esta será considerada a COP da democracia, uma vez que garantiu a participação da diversidade de povos, territórios e culturas do Brasil, bem como de mulheres e da juventude.

Centro do debate global

“Temos 900 indígenas credenciados de todo o mundo (para a área azul, destinada às discussões envolvendo autoridades). Só do Brasil, são 360, em meio a 3,4 mil indígenas já confirmados na aldeia COP”, destacou a ministra ao afirmar que há povos indígenas “em todos os espaços” do evento, acompanhando de forma organizada as negociações.

“A gente entende que esta COP não é somente uma presença física. Estamos conseguindo trazer a pauta indígena para o centro do debate global”, concluiu.

TFFF

Uma outra aposta de legado da Conferência citada pela ministra é o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). A expectativa é de que esse fundo garanta repasses para povos indígenas e comunidades locais dos países com florestas tropicais, a partir de um novo modelo de financiamento climático.

“Países que preservam as florestas tropicais serão recompensados financeiramente por meio de um fundo de investimento global. Uma das regras previstas é que 20% do valor repassado a cada nação a partir da rentabilidade do fundo seja encaminhado a populações indígenas e comunidades locais”, disse a ministra.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 PROTEÇÃO AMBIENTAL E LUTA INDÍGENA SÃO INDISSOCIÁVEIS, DIZ MINISTRO DO STF, EDSON FACHIN

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, afirmou nesta quinta-feira (13) que o esforço de proteção ambiental no Brasil é indissociável da luta dos povos indígenas. “Eis que a resistência e a existência dos povos indígenas em nosso território não podem ser dissociadas da proteção ambiental”, enfatizou Fachin.

A fala do ministro ocorreu em discurso na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém. Fachin mencionou a luta indígena ao enumerar decisões do Supremo em prol da proteção ao meio ambiente. Ele incluiu na lista a decisão para desobstrução e desintrusão de terras indígenas demarcadas, tomada em 2019 pelo plenário.

Atualmente, o Supremo conduz um processo de conciliação contestado pelos principais representantes dos grupos indígenas, com o objetivo de resolver o impasse em torno do marco temporal das terras indígenas. A teoria prega que os povos originários só teriam direito a permanecer em terras que efetivamente ocupassem no momento da promulgação da Constituição, em 1988.

O plenário do Supremo já julgou a ideia como inconstitucional, mas logo em seguida o Congresso aprovou lei para instituir o marco temporal no país. No lugar de novamente decidir sobre o assunto, o relator, ministro Gilmar Mendes, optou pela conciliação, da qual participam dezenas de representantes de órgãos dos três poderes.

Não há estimativa clara de quando o processo deverá ser concluído nem quais serão os resultados, já que as principais entidades representativas dos povos indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) se retiraram das discussões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

PESQUISA REVELA QUE 60% DOS QUILOMBOS SOFREM INVASÕES E GARIMPO

As invasões e o garimpo ilegal ocorrem em quase 60% das comunidades quilombolas brasileiras, segundo pesquisa inédita do Instituto Sumaúma, organização da sociedade civil sem fins lucrativos. O estudo foi lançado nesta quinta-feira (13), durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30).

Intitulado Corpos-territórios quilombolas e o fio conectado da ancestralidade: entre as agendas de justiça climática e as práticas culturais e comunicacionais, o estudo alerta para a sobreposição entre crises climáticas e violações de direitos humanos, que ameaçam os territórios e os modos de vida dessas comunidades. Mais da metade (54,7%) desses territórios já reporta secas extremas e 43,4% sofrem com a perda de suas plantações.

A pesquisa também mostra que 64,2% das lideranças quilombolas enfrentam barreiras para captar recursos devido ao racismo estrutural. A agenda de sobrevivência e direitos básicos é ainda mais urgente: o racismo (87%), a demanda por políticas públicas (85%) e educação (77,4%) foram os temas mais citados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 BRASIL RECEBE DOAÇÃO DE US\$ 300 MILHÕES PARA PLANO DE SAÚDE CLIMÁTICA

A iniciativa busca adaptar os sistemas de saúde aos impactos causados pelo aquecimento do planeta.

Da Agência Brasil



O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, explicou que os recursos serão empregados de forma prioritária às populações mais vulneráveis

Instituições filantrópicas globais anunciaram nesta quinta-feira (13) a doação de US\$ 300 milhões para o Plano de Ação de Belém para a Saúde, lançado pelo governo brasileiro durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém.

A iniciativa busca adaptar os sistemas de saúde aos impactos causados pelo aquecimento do planeta. “Estou

muito feliz que hoje pudemos anunciar, comprometendo US\$ 300 milhões para ações integradas para combater as causas das mudanças climáticas e suas consequências para a saúde. Essa iniciativa é chamada de Coalizão para o Clima e o Bem-Estar da Saúde. Ela inclui 35 milhões de pessoas no mundo”, disse o diretor de Clima e Saúde da Wellcome Trust, Alan Dangour.

NÓS CONSIDERAMOS HOJE A MUDANÇA CLIMÁTICA COMO UM DOS PRINCIPAIS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. UTILIZAREMOS A PARCERIA DO BRICS PARA MOBILIZAR MAIS PAÍSES NESSE PLANO. E COMO MISSÃO, O BRASIL ASSUME A SUA RESPONSABILIDADE REGIONAL NO CONTINENTE AMERICANO”

ALEXANDRE PADILHA
ministro da Saúde

A instituição beneficiante inglesa é uma das integrantes da Coalizão para o Clima e o Bem-Estar da Saúde que realizou a doação.

Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o plano é uma estratégia global a ser adotada em todos os países que tenham interesse em se tornar signatários na forma de um compromisso de adaptar os seus sistemas de saúde. Atualmente, a proposta já recebeu a adesão de 40 países e outras 40 instituições e organizações sociais interessadas em participar.

“Nós temos países de todos os continentes, países que têm sistemas nacionais públicos de saúde importantes, tradicionais, como o Brasil. O país do Reino Unido, por exemplo, tem um sistema nacional público universal mais tradicional, países de várias dimensões”, disse o ministro.

De acordo com Padilha, entre os países que já aderiram estão o Reino Unido, que preside o G20, grupo das 20 maiores economias globais e que apoiará o Brasil na busca por mais assinaturas ao plano.

“Nós consideramos hoje a mudança climática como um dos principais determinantes sociais da saúde. Utilizaremos a parceria do Brics para mobilizar mais países nesse plano. E como missão, o Brasil assume a sua responsabilidade regional no continente americano”, disse o ministro.

Adesão

Segundo ele, países de todo o continente americano estão aderido, como Canadá e México, na América do Norte, além de vários países da América do Sul como Colômbia e Uruguai.

No Brasil, o Plano de Ação de Belém para a Saúde será implantado na infraestrutura de todo o sistema de saúde, adaptando as construções de acordo com a realidade de cada região, seja na construção das infraestruturas de saúde ou na forma de transportar insumos e de coletar dados.

“O que nós estamos dizendo é que as mudanças climáticas não afetam todas as populações da mesma forma”, reforça Padilha.

O ministro destaca que os recursos serão empregados de forma prioritária às populações mais vulneráveis, seja pela região em que vivem ou pelo grupo social que estão inseridas.

“Vulnerabilidades sociais, como acesso aos serviços de saúde, vulnerabilidades que são marcas da desigualdade no Brasil, como o racismo às populações negra, indígena, a desigualdade de gênero, em relação às mulheres, então um dos eixos do plano é exatamente priorizar os recursos para cuidar dessas populações”, diz.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/11/2025*

COP30 MINISTÉRIO LANÇA GUIA COM ORIENTAÇÕES SOBRE CUIDADOS RELACIONADOS A EVENTOS EXTREMOS

Do Estadão Conteúdo

O Ministério da Saúde lançou na quarta-feira, 12, durante a Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP-30), o Guia de Mudanças Climáticas e Saúde. Voltado para profissionais de saúde e para a população em geral, o documento reúne orientações sobre prevenção, cuidado e vigilância em situações relacionadas a eventos climáticos extremos, como inundações e secas.

O material, disponibilizado no site do ministério e no aplicativo Meu SUS Digital, também apresenta os principais agravos relacionados ao clima e recomendações voltadas a grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e populações indígenas e ribeirinhas.

No subtema calor, por exemplo, é possível encontrar informações sobre os efeitos das altas temperaturas nos sistemas cardiovascular, respiratório, gastrointestinal, neurológico, endócrino e renal, alterações oftalmológicas e impactos na saúde mental, e recomendações de medidas para proteger a saúde.

O lançamento, segundo a pasta, integra ações para preparar o Sistema Único de Saúde (SUS) diante dos impactos da crise climática e fortalecer políticas de saúde e sustentabilidade.

Crianças em risco

Recentemente, o movimento Médicos pelo Clima e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) também lançaram uma cartilha voltada a mães, pais e cuidadores com orientações sobre como reconhecer e prevenir os riscos climáticos.

Segundo o Children's Climate Risk Index, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o País possui um risco médio-alto, com mais de 40 milhões de crianças e adolescentes expostos a dois ou mais riscos.

"Mais de 8,6 milhões de meninas e meninos brasileiros estão expostos ao risco de falta de água; e mais de 7,3 milhões estão expostos aos riscos decorrentes de enchentes de rios", reporta o órgão no documento Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil, de 2022.

As ondas de calor, por exemplo, podem provocar desidratação, com sintomas como boca seca, choro sem lágrimas, ausência de urina ou urina muito escura, irritabilidade e sonolência. Em crianças menores, o quadro pode deixar a moleira afundada e elevar a temperatura do corpo, ensina a cartilha.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 BE8 E MERCEDES-BENZ MOSTRAM RESULTADOS DA ROTA SUSTENTÁVEL COP30 COM BIOCOMBUSTÍVEL

Caminhões movidos a BeVant cruzaram o país sem adaptações e com queda expressiva nas emissões, reforçando alternativas para descarbonizar o setor

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Segundo dados preliminares, a operação registrou redução de até 99% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em comparação ao diesel mineral

A Be8, empresa brasileira referência em biocombustíveis, e a Mercedes-Benz do Brasil apresentaram, durante a 30ª Conferência das Partes, em Belém (PA), os resultados da Rota Sustentável COP30 — uma iniciativa em parceria

com o governo do Brasil que percorreu mais de quatro mil quilômetros de estradas pelo país com caminhões Euro 6, movidos exclusivamente pelo Be8 BeVant, biocombustível renovável desenvolvido pela Be8.



Os resultados demonstraram que o combustível é capaz de substituir integralmente o diesel fóssil sem necessidade de qualquer adaptação técnica ou investimento adicional nos veículos, mantendo o mesmo desempenho, confiabilidade e potência. Segundo dados preliminares do Instituto Mauá de Tecnologia, a operação registrou redução de até 99% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em comparação ao diesel mineral e cerca de 65% de redução no ciclo de produção do combustível até o seu uso final no veículo, consolidando o produto como uma solução imediata e eficaz para a descarbonização do transporte pesado.

Segundo o presidente da Be8, Erasmo Carlos Ba stella, o resultado comprova que a transição energética pode ocorrer agora, com tecnologias já disponíveis e economicamente viáveis. “O BeVant mostra que o Brasil tem capacidade de liderar a descarbonização global de forma sustentável, valorizando sua matriz limpa e o agronegócio responsável que produz nossa matéria-prima”.

Já o vice-presidente de Relações Institucionais da Mercedes-Benz do Brasil, Luiz Carlos Moraes, ressaltou o alinhamento da indústria automotiva às metas ambientais. “Essa parceria reforça nosso compromisso com soluções que unem inovação, eficiência e sustentabilidade, preparando o transporte para um futuro neutro em carbono”.

Acessível

O head de Relações Governamentais da Be8, Luiz Carlos Saraiva, destaca ainda que a iniciativa da empresa é inédita no Brasil. “O diesel verde (HVO) também pode substituir integralmente o diesel fóssil, mas ainda não é produzido no país e tem custo muito mais alto, enquanto o BeVant é nacional, acessível e já está pronto para uso”.

Durante a COP30, um caminhão Actros Evolution abastecido com Be8 BeVant está em exibição na Zona Verde, simbolizando o avanço do Brasil rumo à mobilidade de baixo carbono e consolidando a parceria entre Be8 e Mercedes-Benz como um marco na nova economia verde brasileira.

O Brasil é atualmente o segundo maior de biocombustíveis do mundo. Em outubro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou a vocação brasileira em liderar a transição energética pelo exemplo e reafirmou a qualidade dos biocombustíveis nacionais, em encontro com representantes das duas empresas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

COP30 MINISTRO É DEMITIDO PELO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL DURANTE A COP30; MOTIVO É UM MISTÉRIO

Imprensa sul-africana especula que demissão foi pedida pela Aliança Democrática, que tem 12 ministérios no governo

Do Estadão Conteúdo

O ministro das Florestas, da Pesca e do Meio Ambiente da África do Sul, Dion George, foi demitido pelo presidente de seu país, Cyril Ramaphosa, enquanto participava da Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP-30), em Belém. O presidente não explicou o motivo da decisão abrupta; apenas anunciou que George estava sendo substituído por Willem Aucamp, porta-voz do partido Aliança Democrática.

De acordo com a imprensa da África do Sul, a demissão teria ocorrido a pedido do Aliança Democrática, que tem 12 ministérios no governo de Ramaphosa.

George assumiu o cargo em julho do ano passado. Em outubro, ele presidiu o encontro de ministros de meio ambiente e sustentabilidade climática do G-20, que rendeu um documento final (Declarações Ministeriais de Cidade do Cabo) sobre crimes ambientais e poluição do ar.

Um dos principais desafios da África do Sul é a transição do sistema energético para fontes renováveis, como energia solar, eólica e hidrogênio verde. O país tem buscado principalmente descarbonizar a produção de aço e alumínio com combustíveis sustentáveis.

Em Belém, George estava co-presidindo os debates sobre adaptação às mudanças climáticas, um dos temas que mais avançou nesses primeiros dias da conferência. Ele chegou a discursar no último dia 7, durante a Cúpula de Líderes.

"As expectativas da África do Sul para a COP-30 são claras. O Objetivo Global de Adaptação deve gerar indicadores mensuráveis e o financiamento necessário para alcançá-los", disse na ocasião, em referência ao compromisso do Acordo de Paris para fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade à mudança climática em todo o mundo.

Impasse

Um dos principais itens na agenda da COP-30, a adaptação (políticas para diminuir o impacto das catástrofes e outros danos do aquecimento global) tem enfrentado um impasse na conferência.

Nas salas de negociação, os países discutem parâmetros para medir a adaptação à crise do clima, que compõem a Meta Global de Adaptação (GGA, na sigla em inglês). Reuniões tensas tiveram divergências quanto aos indicadores e ao prazo para definir a meta global ainda nesta COP.

As discordâncias põem no centro do tabuleiro países árabes, africanos e latino-americanos, e têm como pano de fundo o embate recorrente sobre financiamento que opõe países

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS SETOR AQUAVIÁRIO DA REGIÃO NORTE CRESCE NO TERCEIRO TRIMESTRE

Destaque da movimentação na região ficou com as operações de granel sólido e de cargas conteinerizadas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A maior alta foi de carga conteinerizada, que registrou aumento de 9,93% e alcançou 3,2 milhões de toneladas no trimestre

A movimentação portuária da Região Norte apresentou desempenho positivo no terceiro trimestre de 2025, com 43,3 milhões de toneladas movimentadas entre julho e setembro. O resultado representa um crescimento de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O aumento foi impulsionado principalmente pelas operações de granel sólido, que totalizaram 33,8 milhões de toneladas, crescimento de 2,5% na comparação com 2024. O granel líquido também apresentou alta, somando 4,4 milhões de toneladas, avanço de 3,3%, com destaque para o transporte de petróleo e derivados.

Entre os tipos de carga, o melhor desempenho foi da carga conteinerizada, que registrou aumento de 9,93% e alcançou 3,2 milhões de toneladas no trimestre. O resultado reflete a expansão da movimentação de bens industrializados e o fortalecimento dos portos da região como importantes corredores logísticos do país.

Nos terminais públicos, o destaque foi o Porto de Vila do Conde, que movimentou 5,5 milhões de toneladas, 2,9% a mais que no mesmo período de 2024. Entre os terminais privados, o Terminal

Graneleiro Hermasa apresentou crescimento expressivo de 43,9%, atingindo 3,1 milhões de toneladas.

No recorte por mercadorias, a soja se destacou com aumento de 83,5%, totalizando 5,6 milhões de toneladas movimentadas no trimestre. O petróleo e derivados, sem considerar o óleo bruto, também registraram avanço de 5,6%, somando 3,4 milhões de toneladas.

O transporte pelas vias interiores da região continua em expansão. Foram movimentadas 30,3 milhões de toneladas, representando crescimento de 1,3%. O aumento foi impulsionado tanto pelo transporte nacional, que cresceu 8,2%, quanto pelo internacional, que apresentou expressivo avanço de 282%. Esse resultado consolida o potencial da navegação interior como eixo estratégico para a integração logística da Amazônia.

O longo curso também apresentou desempenho positivo, com 17,6 milhões de toneladas movimentadas e alta de 1,03%, resultado impulsionado pelo aumento de 10,5% nas importações.

Os números reforçam a força do setor aquaviário da Região Norte e o papel dos portos públicos e privados no fortalecimento da economia, na ampliação da conectividade regional e na sustentabilidade do transporte de cargas no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

PF PRENDE EX-PRESIDENTE DO INSS. OPERAÇÃO TAMBÉM INVESTIGA PRESIDENTE DO PORTO DE SANTOS

Alessandro Stefanutto e outros nove suspeitos foram detidos na manhã dessa quinta-feira. Processo corre em segredo de Justiça

Por ALINE BECKETTY redacao.jornal@redebenews.com.br



A Polícia Federal 63 mandados de busca e apreensão, 10 mandados de prisão preventiva e outras medidas cautelares

A nova fase da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU) nesta quinta-feira (13), cumpriu 63 mandados de busca e apreensão, 10 mandados de prisão preventiva e outras medidas cautelares. Entre os investigados, está o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, que foi alvo de busca e apreensão em sua residência. E um dos detidos foi o ex-presidente do

INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) Alessandro Stefanutto.

Pomini estava de férias em Dubai, mas decidiu voltar para o Brasil após saber da operação.

A investigação não tem relação com a gestão de Pomini à frente da Autoridade Portuária de Santos ou com atividades no maior complexo marítimo do País. O presidente da APS é dono de um dos mais influentes escritórios de advocacia eleitoral do País e foi citado como um dos interlocutores do empresário Fernando Cavalcanti junto à PF. Cavalcanti é o dono da Ferrari vermelha apreendida pela PF em setembro, na fase anterior da operação policial. Ele é figura conhecida no meio corporativo e político de Brasília e, ao lado do advogado Nelson Wilians, vêm sendo apontado como uma das figuras centrais no suposto esquema criminoso que lesou aposentados via descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Em nota, Anderson Pomini afirmou que não tem ligação com o INSS e que a eventual menção ao seu nome pode decorrer de sua atuação profissional como advogado. Veja a íntegra do documento:

"Informo que não tenho qualquer relação com o INSS. Eventual menção ao meu nome poderá ser decorrente do exercício regular da advocacia, seja em favor de pessoa física ou jurídica atendida pelo nosso escritório. Por fim, esclareço ainda que não tive acesso aos autos e, por isso, desconheço integralmente o teor das investigações."

Operação

A operação realizada nesta quinta-feira (13) prendeu o ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, e outros nove suspeitos de envolvimento no esquema nacional de cobranças indevidas em aposentadorias e pensões.

No total, foram cumpridos 63 mandados de busca e apreensão, 10 mandados de prisão preventiva e outras medidas cautelares diversas de prisão. Dos estados envolvidos estão o Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO ACQUA VIAS SP VENCE LEILÃO DAS TRAVESSIAS HÍDRICAS DE SÃO PAULO

Consórcio levou a PPP com desconto de 12,60% e assumirá investimentos de R\$ 2,5 bilhões em um contrato de 20 anos

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



O governador Tarcísio de Freitas esteve presente no leilão de sistema de travessias hídricas na B3

O Consórcio Acqua Vias SP venceu o leilão do sistema de travessias hídricas do estado de São Paulo. O grupo arrematou o certame após fazer a melhor oferta de percentual de desconto sobre a contraprestação do Estado, no valor de 12,60%. A sessão pública que definiu o vencedor ocorreu nesta quinta-feira (13) na B3, em São Paulo.

O projeto, sob responsabilidade da Secretaria de Parcerias em Investimentos de SP (SPI), recebeu quatro propostas de interessados. Além do consórcio Acqua Vias SP, também ofertaram propostas a Comporte Participações S.A (oferta de desconto de 2,53%); Consórcio Travessias SP (oferta de desconto de 8,10%) e CS Infra S.A (oferta de desconto de 5,53%).

O valor de desconto de 12,60%, ofertado pelo grupo vencedor, foi maior que 20% em relação ao segundo colocado na fase de abertura de envelopes. Por essa razão, o consórcio foi declarado vencedor sem a necessidade da fase de lances em viva-voz.

O projeto de Parceria Público-Privada (PPP) das travessias do estado prevê investimentos obrigatórios estimados em R\$ 2,5 bilhões, com contrato de 20 anos. Segundo o governo estadual, o novo modelo de gestão reforça a busca por eficiência operacional e qualidade de serviço, além de impulsionar o desenvolvimento regional.

As linhas que integram o leilão transportam, juntas, cerca de 11 milhões de passageiros e 10 milhões de veículos por ano. O sistema é fiscalizado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e atende diariamente aproximadamente 40 mil pessoas. Entre as travessias contempladas estão São Sebastião–Ilhabela, Santos–Guarujá, Santos–Vicente de Carvalho, Bertioga–Guarujá, Cananeia–Continente, Cananeia–Ilha Comprida, Cananeia–Ariri, Iguape–Juréia, Bororé–Grajaú,

Taquacetuba–Bororé, João Basso–Taquacetuba, Porto Paraitinga, Porto Varginha e Porto Natividade da Serra.

De acordo com o edital, a concessionária vencedora da licitação vai receber 20% da arrecadação das tarifas. Os 80% restantes serão pagos pelo Governo de São Paulo.

O projeto

A PPP das travessias hídricas do Estado tem como principal objetivo assegurar mais conforto, segurança e eficiência ao sistema de transporte, sem aumento das tarifas atualmente praticadas e com a preservação de gratuidades e benefícios já existentes. As novas estruturas deverão ser padronizadas e acessíveis, com flutuantes ampliados, embarcações modernas e atendimento aprimorado.

O projeto contempla, ainda, a substituição gradual das embarcações movidas a diesel por mais de 40 unidades 100% elétricas, além de novos terminais e melhorias estruturais como ambientes climatizados, banheiros adaptados e áreas de alimentação.

De acordo com o governo estadual, o programa consolida um dos maiores esforços de descarbonização do transporte aquaviário no país. A estimativa é de que a troca da frota reduza em até 18 mil toneladas as emissões anuais de CO₂ apenas nas travessias litorâneas, além de diminuir ruídos e custos operacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

ANTAQ FECHA PARCERIA COM A UFF PARA ATUALIZAR ÍNDICE AMBIENTAL DOS PORTOS

Revisão do IDA incorpora clima, descarbonização, resiliência e critérios sociais; diretora diz ao BE News que agenda se conecta ao sandbox Outorga Verde

Por ALINE BECKETTY redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a celebração de Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal Fluminense (UFF) para revisar e atualizar o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) aplicado a portos públicos e terminais privados.

A modernização vai incorporar mudanças climáticas, descarbonização, resiliência e aspectos sociais, além de redistribuir pesos dos indicadores e publicar um manual revisado, com capacitações para servidores e profissionais do setor.

Em entrevista ao BE News, a diretora Flávia Takafashi explicou que a atualização se soma à agenda de ESG e dialoga com instrumentos de inovação, como o sandbox regulatório Outorga Verde.

“Essa celebração do acordo com a universidade vem consolidar o aperfeiçoamento do IDA para incorporar na regulação novos critérios. A reformulação traz parâmetros voltados à inovação, às questões sociais e de gênero, alinhados ao que o mundo portuário discute hoje”, afirmou.

Segundo ela, a Antaq já vem induzindo investimentos sustentáveis via cláusulas contratuais de arrendamentos e trabalha para criar novos indicadores de fiscalização que destaque boas práticas e impulsionem investimentos verdes. “A regulação tem de incentivar. Estamos criando mecanismos na fiscalização para realçar destaques e impulsionar investimentos sustentáveis”, disse.

A revisão do IDA tomará como base publicações recentes da agência, como o Guia de Risco Climático e Adaptação para Infraestruturas Portuárias, o Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário, estudos sobre relação portocidade e resiliência, além do diagnóstico de descarbonização e hidrogênio nos portos. Ao final do plano de trabalho, a Antaq, em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos, fará a redistribuição de pesos do índice.

Para Flávia, o caminho é claro: medir melhor para regular melhor e, quando necessário, escalar o que funciona. "Com o acompanhamento dos projetos, a Antaq vai entender o que regular e como regular para expandir o que deu certo a outros portos. É assim que o experimental vira política pública", concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

TRANSPORTES | RODOVIAS SENADO AVANÇA COM PROJETO QUE AMPLIA FINANCIAMENTO DO SEST/SENAT

PL 79 transfere contribuições de todos os modais para o sistema e pode gerar impacto fiscal de R\$ 249 milhões, segundo o relator Laércio Oliveira

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O relator Laércio Oliveira (PP) disse que a proposta promove a justiça e corrige distorções nas relações com entidades de classe do Sistema S

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou, nesta semana, o Projeto de Lei nº 79, de 2020, de autoria do senador Wellington Fagundes (PL-MT). A matéria foi encaminhada para análise do plenário da casa. Segundo a redação do projeto, o Serviço Social do Transporte, Sest, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, Senat, deixam de contar somente com recursos do setor rodoviário e de atender os rodoviários e o transportador autônomo. A proposta quer viabilizar treinamento e qualificação para trabalhadores de todos os modais.

O relator, senador Laércio Oliveira, do PP de Sergipe, disse que as alterações feitas do texto substitutivo buscaram "trazer clareza à destinação das contribuições de empresas de administração, de operação e de exploração de infraestrutura aeroportuária e de serviços auxiliares".

"As emendas buscam restabelecer a justiça e a representatividade, assegurando que as contribuições sejam direcionadas para onde os próprios setores se sentem pertencentes e melhor assistidos, que é o Sest/ Senat", considerou o relator.

Para Laércio, a proposta promove a justiça, e corrige distorções nas relações com entidades de classe do Sistema S.

"As atividades de transporte, logicamente, são atividades que estão ligadas a cada um dos S, na especificidade dessas atividades. Portanto, é uma correção que foi feita. Esse assunto é fruto de várias discussões já produzidas com as partes interessadas. Já conversamos com a Marinha, já conversamos com a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), já conversamos com todo mundo para fazer os alinhamentos necessários. Conversamos com a Confederação Nacional do Transporte. Houve uma discussão entre a CNI (Confederação Nacional da Indústria), que é a indústria, e a CNT, que é o transporte, e um alinhamento nesse sentido. Eu tive que ajustar todas essas pontas para que a gente chegasse a bom termo à análise", disse o relator, durante a leitura do voto.

Durante a sessão da CAS que deliberou sobre a proposta, o senador Laércio Oliveira explicou que o Sest/Senat presta serviços a trabalhadores de todo o setor de transportes, por isso, segundo ele, "nada mais justo que as contribuições sociais das empresas de todos os modais financiem suas atividades, e este é um detalhe importantíssimo".

"Sabe-se, entretanto, que as contribuições arrecadadas das empresas dos modais aquaviário, marítimo e portuário e aerooviário inflam os superavits do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo e do Fundo Aeroviário, sem que cumpram sua finalidade precípua, o que evidencia o desperdício dos recursos destinados à qualificação profissional em transportes", acrescentou o relator.

O PL 79 prevê que as contribuições sociais de empresas de transporte e os recursos de dois fundos públicos deixem de ir para benefícios gerais ou para o uso reservado por cada modal do setor, sendo direcionados integralmente ao Sest e ao Senat. Na justificativa do projeto, o autor, senador Wellington Fagundes, pontuou que, pela legislação, o Sest/Senat atende exclusivamente os trabalhadores do transporte rodoviário. Mas, com as crescentes demandas dos transportadores aéreos, ferroviários, aquaviário e de logística, as instituições também têm o compromisso de desenvolver e valorizar o transporte como um todo.

Impacto

Laércio Oliveira explicou que os demais modais de transporte contribuem para o Sistema Indústria, Serviço Social da Indústria (Sesi), e o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (Senai), bem como para os fundos geridos pela Agência Nacional de Aviação Civil e pela Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha. Segundo o relator, com a transferência das contribuições para o Sest/Senat, haverá um impacto de R\$ 249 milhões na redução de receitas da União, sendo R\$154 milhões do setor aéreo, e R\$ 95 milhões do setor portuário. Laércio defendeu que a proposta é justa, pois estende ao Sest/Senat um tratamento igualitário em relação a outros setores, contribuindo para uma logística de excelência e a reindustrialização do país.

"O Sest e Senat realizaram um total de 17,63 milhões de atendimentos apenas em 2024, sendo 8,11 milhões em desenvolvimento profissional e 9,52 milhões em saúde e qualidade de vida. A rede de unidades conta com 173 instalações em funcionamento no país, gerando impacto em cerca de 5 mil municípios brasileiros. Em posse de mais recursos, portanto, essas entidades poderão contribuir ainda mais para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores em transporte e para o bem-estar de seus dependentes", afirmou o relator.

Se não houver recurso para votação no plenário do Senado, o PL 79/2020 será encaminhado para a análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

PETRÓLEO E GÁS NAVIO-PLATAFORMA P-79 DEIXA ESTALEIRO DA COREIA DO SUL RUMO AO CAMPO DE BÚZIOS

Petrobras espera antecipar em dois meses o início da produção e ampliar a capacidade instalada do campo, que já supera 1 milhão de barris por dia

Da Agência Brasil



A previsão de chegada em Búzios é fevereiro do ano que vem. Essa é a oitava unidade das 12 previstas para o campo

O navio-plataforma P-79 deixou na terça-feira (11) o estaleiro Hanwha Ocean, na cidade de Geoje-Si, na Coreia do Sul, rumo ao campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. Segundo a Petrobras, a plataforma será rebocada até a locação com a tripulação a bordo, o que contribui para agilizar o início da produção. A chegada está prevista para fevereiro do ano que vem.

De acordo com a estatal, "a vinda da plataforma tripulada, a exemplo do que foi feito com a P-78, mostrou-se uma estratégia bem-sucedida para reduzir o tempo de início da produção", afirma a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi.

Ela destaca que essa é a oitava unidade das 12 previstas para o campo e que a expectativa da Petrobras é antecipar o primeiro óleo em dois meses em relação ao previsto no Planejamento



Estratégico, resultado que, segundo ela, decorre da dedicação das equipes, da negociação com fornecedores, do planejamento detalhado e da disciplina na execução das etapas previstas.

Renata esteve recentemente no estaleiro Hanwha Ocean, ao lado da diretora de Exploração e Produção, Sylvia Anjos, para a liberação da unidade com destino ao campo de Búzios.

Ainda conforme informações da Petrobras, o início de produção da plataforma está previsto para agosto de 2026 e deverá elevar em cerca de 15,6% a atual capacidade instalada do campo de Búzios, alcançando aproximadamente 1,3 milhão de barris/dia, estimativa que também considera a entrada em operação da P-78, pre-vista para dezembro deste ano.

Localização

A companhia informa que o campo de Búzios está localizado em águas ultraprofundas da Bacia de Santos (até 2.100 metros de profundidade), a 180 km da costa do Rio de Janeiro, e que já conta com seis FPSOs em operação: P-74, P-75, P-76, P77, Almirante Barroso e Almirante Tamandaré.

Em outubro, segundo a Petrobras, o campo ultrapassou a marca de 1 milhão de barris de petróleo produzidos por dia, tornando-se o maior ativo produtor da estatal.

A Petrobras detalha que o projeto da P-79 prevê 14 poços, oito produtores e seis injetores WAG (tecnologia de injeção alternada de óleo e gás). A construção do casco foi realizada no estaleiro Hanwha Ocean, na Coreia do Sul, onde também ocorreu a integração e o comissionamento dos módulos de topside, construídos na China, Brasil, Coreia do Sul e Indonésia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

PETROBRAS INFORMA QUE PLANO DE NEGÓCIOS 2026-2030 AINDA ESTÁ EM AVALIAÇÃO

A empresa negou as especulações de corte sobre o plano anterior (2025-2029); mercado espera redução nos investimentos

Do Estadão Conteúdo

A Petrobras informou nesta quinta-feira, 13, que o seu Plano de Negócios para o período 2026-2030 ainda está em análise, e que não procedem as informações que vêm sendo veiculadas com o valor do corte que será feito sobre o plano anterior, de 2025 a 2029, que somava US\$ 111 bilhões.

"A proposta do Plano será apreciada pelo Conselho de Administração, órgão competente para aprovar a matéria, em reunião agendada para 27/11/2025. Após a conclusão do processo de elaboração e aprovação, o Plano será comunicado tempestivamente ao mercado", disse em nota a estatal.

O mercado já espera redução nos investimentos da empresa, diante da queda do preço do petróleo em relação ao plano anterior, que previa a cotação da commodity em US\$ 83 o barril. Este ano, porém, os preços variaram em torno de US\$70/ US\$ 60, sendo que nos últimos meses a cotação tem operado com bastante volatilidade em torno dos US\$ 65 o barril.

Para o Citi, o corte no Plano é positivo "já que pode reforçar a resiliência da companhia num cenário de preços de petróleo mais baixos", disse em relatório nesta quinta-feira, 13, depois que a Bloomberg publicou que o valor total do Plano seria de US\$ 106 bilhões.

Segundo apurou a Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), há quem defenda nas reuniões do Conselho cortes de até US\$12 bilhões, mas a tendência, segundo fontes, é de que a queda seja menor, em torno de US\$ 5 bilhões a US\$ 8 bilhões, mas que nada foi decidido.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

REDUÇÃO DO PREÇO DA GASOLINA EM OUTUBRO CHEGA AOS POSTOS EM NOVEMBRO, MOSTRA IPTL

Na primeira quinzena do mês, o Sudeste teve o combustível mais competitivo, com média de R\$ 6,19
Do Estadão Conteúdo

A redução do preço da gasolina pela Petrobras em outubro começou a ter efeito este mês. O preço médio da gasolina nos postos brasileiros registrou um recuo de 0,47% na primeira quinzena de novembro, em relação ao mesmo período de outubro, chegando a R\$ 6,33, a menor média para o combustível registrada desde setembro segundo o Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL).

Na mesma comparação, o etanol também apresentou redução no período, de 0,45%, passando a custar R\$ 4,42 o litro na média nacional.

Nas análises regionais do mesmo período, o IPTL apontou que todas as regiões acompanharam a tendência nacional de queda para a gasolina, com destaque para o Nordeste, onde a redução foi de 0,93%, para R\$ 6,39. O Sudeste teve a gasolina mais competitiva, com média de R\$ 6,19, ou menos 0,32%. O Norte seguiu com a gasolina mais cara, comercializada, em média, a R\$ 6,82, uma queda de -0,15%.

No caso do etanol, a maioria das regiões apresentou estabilidade com exceção do Nordeste, onde o litro do biocombustível registrou queda expressiva, de 2,83%, com o preço médio em R\$ 4,80. O etanol mais em conta foi o do Sudeste, com preço médio de R\$ 4,32. O Norte teve o etanol mais caro do período, com preço médio de R\$ 5,21.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

MINERAÇÃO VÍTIMAS DE AFUNDAMENTO DE SOLO CRITICAM ACORDO ENTRE BRASKEM E ALAGOAS

Associação diz que os principais atingidos não foram ouvidos; desastre geológico afetou moradores de cinco bairros de Maceió

Da Agência Brasil



A associação de vítimas se revoltou e disse que, ao invés de justiça, está vendo a renúncia de direitos coletivos, a falta de transparência e o desrespeito ao povo local

O Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (Muvb) criticou o acordo firmado entre a petroquímica Braskem e o governo de Alagoas, que estabelece indenização de R\$ 1,2 bilhão relacionada ao desastre geológico que causou o afundamento de cinco bairros na capital alagoana, Maceió. “O Muvb manifesta profunda indignação diante do acordo”, afirma comunicado publicado nas redes sociais.

De acordo com a associação que representa ex-moradores, donos de imóveis e comerciantes dos bairros atingidos, o termo firmado entre a empresa e o governo estadual foi negociado sem a participação das vítimas.

“O resultado é um acordo construído sem as vítimas e contra elas, que transforma um desastre humano e ambiental em simples transação financeira e política”, completa o Muvb, que considerou baixo o montante da indenização.

A tragédia foi causada pela exploração do mineral sal-gema, utilizado na produção de soda cáustica e bicarbonato de sódio. “Um valor de R\$ 30 bilhões estimados pelo próprio estado passa a ser de R\$ 1,2 bilhão. Como um dano de tal magnitude se reduz, de repente, a essa cifra? Que cálculos justificam tamanha renúncia?”, questiona o Muvb.

O dano de R\$ 30 bilhões citado se refere a uma estimativa apontada pela Secretaria de Fazenda alagoana.

Para a associação de vítimas, “o que se esperava como gesto de justiça converte-se em renúncia de direitos coletivos, firmado sem debate público, sem transparência e sem respeito àqueles que carregam as consequências do crime socioambiental todos os dias”.

A Agência Brasil pediu comentários aos ministérios públicos Federal e Estadual instituições que acompanham os trâmites de reparação sobre o acordo entre Braskem e o governo de Alagoas, mas não recebeu respostas até a conclusão da reportagem.

Pagamento em 10 anos

O acordo entre Braskem e o governo de Alagoas, anunciado na última segunda-feira (10), determina que a indenização será paga ao longo de dez anos, e R\$ 139 milhões já foram desembolsados.

“O saldo deverá ser quitado em dez parcelas anuais variáveis corrigidas, principalmente após 2030, considerando a capacidade de pagamento da Companhia”, detalhou a petroquímica em comunicado.

Ainda segundo a Braskem, o acordo “representa um significativo e importante avanço para a companhia em relação aos impactos decorrentes do evento geológico em Alagoas”. O entendimento entre as partes precisa ainda de homologação judicial.

Procurado pela Agência Brasil, o governo de Alagoas não comentou a insatisfação do Muvb em relação à participação dos atingidos.

No dia seguinte ao anúncio do acordo, o governo alagoano divulgou um pacote de R\$ 5 bilhões de investimentos na região metropolitana de Maceió. Dentro desse montante, constam R\$ 2,8 bilhões que viriam da indenização.

“O Fato Relevante divulgado pela própria empresa confirma o pagamento de R\$ 1,2 bilhão ao estado, que corrigidos chegarão a R\$ 2,8 bilhões além de valores já provisionados e novas compensações em curso”, escreveu o governo para justificar o aumento da cifra.

Desastre

O acidente geológico em Maceió ganhou contornos dramáticos a partir de 2018. A exploração do mineral sal-gema causou a instabilidade no solo, fazendo com que houvesse afundamento nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol.

Milhares de imóveis tiveram a estrutura comprometida, e a estimativa é de que mais de 60 mil pessoas tenham sido impedidas de morar nas regiões, por questões de segurança. As consequências se arrastaram por anos, e, em novembro de 2023, a prefeitura da capital alagoana precisou decretar estado de emergência por risco de colapso em uma das minas de sal-gema.

A Defesa Civil de Maceió acompanhava, diariamente, a magnitude do afundamento do solo. A Polícia Federal (PF) abriu uma investigação sobre o caso e, em novembro do ano passado, 20 pessoas foram indiciadas. O inquérito foi encaminhado para a 2ª Vara Federal de Alagoas.

Reparação

Em julho de 2025, a Defensoria Pública de Alagoas pediu indenização de R\$ 4 bilhões para compensar a desvalorização de imóveis de moradores de bairros vizinhos ao evento geológico.

Dois anos antes, em julho de 2023, a prefeitura de Maceió fechou um acordo com a Braskem para realizar obras estruturantes e criar um fundo de amparo aos moradores. O entendimento garantiu à administração municipal indenização de R\$1,7 bilhão. Os termos foram homologados pela Justiça Federal.

O termo não invalidou negociações entre a empresa e os moradores. À Agência Brasil, a Braskem informou que apresentou 19,2 mil propostas aos moradores das áreas de desocupação, o que representa 99,9% dos pleitos recebidos até o fim de outubro. Do total, 19.122 (99,6%) foram aceitas e 19.105 (99,5%) indenizações já foram pagas.

“Somadas compensações e auxílios financeiros, o programa já pagou R\$ 4,23 bilhões desde que foi criado, em 2019”, pontua. A empresa mantém um site com informações sobre ações de reparação, que incluem medidas para mitigar, reparar ou compensar os efeitos do afundamento do solo.

A Braskem é uma companhia controlada pela Novonor (antiga Odebrecht) e pela Petrobras, com 47% das ações com poder de voto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA BIG TECHS RECORREM CONTRA DECISÃO QUE AS RESPONSABILIZA POR PUBLICAÇÕES DE USUÁRIOS

Google, Facebook e X, porém, adotaram estratégia cautelosa para evitar a ampliação de deveres impostos pelo STF

Do Estadão Conteúdo



Para algumas práticas criminosas nas plataformas, a retirada do conteúdo deve ser feita mediante simples notificação do usuário, sem a necessidade de ordem judicial

Plataformas de internet e entidades do setor digital apresentaram embargos de declaração ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão tomada em junho que aumentou a responsabilidade das empresas pelas publicações de usuários. As chamadas big techs querem que a Corte fixe o prazo que começa a vigorar a decisão e não pediram

esclarecimentos sobre pontos polêmicos.

ANTES DO JULGAMENTO DO STF, AS PLATAFORMAS NÃO PRECISAVAM RESPONDER POR DANOS CAUSADOS PELAS POSTAGENS. NO PLENÁRIO, FICOU DECIDIDO QUE ESSA REGRA SÓ PERMANECE EM CASO DE CRIMES CONTRA A HONRA - INJÚRIA, CALÚNIA E DIFAMAÇÃO. NESSES CASOS, AS EMPRESAS SÓ TERIAM A OBRIGAÇÃO DE REMOVER O CONTEÚDO EM CASO DE DECISÃO JUDICIAL COM ESSA DETERMINAÇÃO ESPECÍFICA.

Esse tipo de recurso não tem potencial para reverter a decisão tomada em plenário mas, ao detalhar cada ponto da tese aprovada, o tribunal pode ampliar ainda mais os deveres das plataformas. Para evitar esse efeito, o Google, o Facebook e X limitaram-se a falar sobre o prazo, sem questionar aspectos mais sensíveis da decisão para as empresas.

Antes do julgamento do Antes do julgamento do STF, as plataformas não precisavam responder por danos causados pelas postagens. No plenário, ficou decidido que essa regra só permanece em caso

de crimes contra a honra - injúria, calúnia e difamação. Nesses casos, as empresas só teriam a obrigação de remover o conteúdo em caso de decisão judicial com essa determinação específica.

Para outras práticas criminosas, a retirada do conteúdo deve ser feita mediante simples notificação. Antes do julgamento, essa regra já vigorava para casos de violação a direitos autorais e imagens de nudez não autorizada.

Nos embargos de declaração, o Google pediu para o Supremo definir o início da vigência da decisão, "de forma a evitar conclusões díspares nas instâncias inferiores e a multiplicação de recursos".

A empresa também quer a fixação de requisitos mínimos para os usuários notificarem a remoção de conteúdo criminoso como a descrição do ilícito e a legitimidade do requerente. Segundo os advogados, a medida é "essencial para que se evite uma indústria de notificações e a sobrecarga do próprio Judiciário".

Ainda no recurso, o Google pediu a correção do termo "chatbot" no texto do acórdão.

Segundo a empresa, o termo não se refere a um mecanismo de publicação automatizado ou indiscriminado.

Marco da Internet

O recurso do Facebook pede para o STF fixar o início dos efeitos da decisão no mínimo seis meses após o trânsito em julgado, ou seja, depois do julgamento dos embargos de declaração e da publicação de um novo acórdão. Portanto, para a empresa, fatos ocorridos antes desse prazo devem ser regidos pela interpretação original do Marco Civil da Internet.

O Facebook também pede que os conteúdos que devem ser retirados do ar pelas plataformas sem decisão judicial sejam descritos como "manifestamente" criminosos ou ilícitos, para que não haja responsabilização das empresas em casos de terem a ilegalidade comprovada sem o aval do Judiciário.

O Facebook pede, ainda, que o tribunal substitua, na tese, a expressão "presunção de responsabilidade" dos provedores para "presunção relativa de culpa", como forma de esclarecer que as empresas não têm a intenção de cometer crimes nos conteúdos ilegais postados por terceiros.

Complexidade

O X argumenta que as medidas necessárias para se adequar à decisão são "não apenas custosas, mas especialmente complexas, em termos jurídicos, técnicos e operacionais", e que exigem tempo "minimamente razoável" para serem aplicadas.

O processo, alega a empresa do bilionário Elon Musk, demanda alinhamento entre equipes internas, preparação de pessoal especializado (moderadores e equipe jurídica) e desenvolvimento de infraestrutura tecnológica.

"Não é razoável que não seja fixado prazo para a implementação das mudanças impostas. É impossível a implementação imediata de todas as novas obrigações previstas. A complexidade da questão é tamanha que o próprio STF levou mais de 4 meses desde a finalização do julgamento para publicar o acórdão", escreve.

O X dá exemplos de outras leis que garantiram maior tempo para as empresas se adaptarem: a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) previu 24 meses; o recente ECA Digital, seis meses; a europeia Digital Services Act (Lei de Serviços Digitais), 15; e a britânica Online Safety Act (Lei de Segurança Online) passou a vigorar 17 meses depois da aprovação.

Risco

Ainda assim, as empresas correm o risco de verem suas responsabilidades ampliadas a partir do julgamento dos recursos. Isso porque entidades do setor digital também apresentaram embargos de

declaração à decisão do Supremo, com a abordagem de tópicos que as big techs preferiam ver silenciados agora.

A Wikimedia Foundation (WMF), organização sem fins lucrativos por trás da Wikipédia, pede que o STF crie categorias de diferenciação para "provedores de aplicação de internet". O grupo quer a definição de um regime legal específico para os provedores "neutros" ou "de baixa interferência" "aqueles que não admitem postagens de conteúdo opinativo, não criam ou impulsionam conteúdo e tampouco monetizam em cima deles", explica.

Ao todo, onze entidades entraram com recursos após a publicação do acórdão de 1,3 mil páginas. O governo Lula avalia que a decisão do STF faz parte do leque de opções para regulamentar o setor e acabou por engavetar, por enquanto, o projeto que o próprio Palácio do Planalto elaborou para o tema.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - BRASIL FARÁ PRIMEIRO LANÇAMENTO COMERCIAL DE FOGUETE NO PRÓXIMO DIA 22

Operação Spaceward 2025 levará ao espaço cinco satélites e três experimentos do país juntamente com a Índia

Do Estadão Conteúdo



O foguete sul-coreano HANBIT-Nano vai partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, com satélites e experimentos, desenvolvidos por Brasil e Índia

O Brasil fará seu primeiro lançamento comercial de um veículo espacial a partir do território nacional no próximo dia 22. De acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB), o evento marca a entrada do Brasil no mercado global de lançamentos espaciais, abrindo novos caminhos para geração de renda e investimento no segmento.

Trata-se da Operação Spaceward 2025, responsável pelo lançamento do foguete sul-coreano HANBIT-Nano a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão (MA). Também estão definidas as cargas úteis que estarão embarcadas no HANBIT-Nano: são cinco satélites e três experimentos, desenvolvidos por entidades do Brasil e da Índia.

Antes restrita a órgãos públicos civis e militares, a corrida espacial tem envolvido cada vez mais a iniciativa privada. Esse movimento ("new space") ainda dá seus primeiros passos no Brasil e tem Elon Musk e Jeff Bezos entre seus nomes mais famosos. Nas últimas décadas, o Brasil foi ultrapassado por outros países emergentes, como China e Índia, na corrida espacial. Dominar esse tipo de tecnologia, dizem especialistas, ajuda o País a se desenvolver em diversas áreas, como telecomunicações, monitoramento por satélites e aviação.

O lançamento comercial de um veículo espacial no próximo dia 22 servirá para confirmar se satélites e experimentos interagem corretamente com o veículo lançador, garantindo compatibilidade e segurança para o lançamento. A integração das cargas úteis no foguete HANBIT-Nano, da Innospace, teve início na segunda-feira, 10, marcando uma das etapas decisivas antes do lançamento, durante a operação.

"Nessa fase, são realizados testes e verificações que asseguram uma conexão correta entre a carga útil satélites e experimentos e o veículo lançador, confirmado que cada equipamento está estabilizado e funcional para o momento do voo" explicou a FAB.

Alcântara

Com uma área que corresponde a 40% da cidade de São Paulo, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) é uma base militar construída para o envio de foguetes ao espaço. Em quatro décadas de história, a base soma mais de 500 lançamentos.

Por estar próximo da Linha do Equador, o CLA é considerado um dos principais locais para se lançar foguetes do mundo. A rota para o espaço fica mais curta, o que ajuda na economia de combustível e permite que o veículo carregue mais carga útil. A região também não sofre com terremotos, tornados e outros eventos climáticos extremos que podem colocar uma operação em risco. Além disso, o tráfego aéreo na localização é baixo.

Por ser uma área de lançamento de foguetes, o centro foi construído próximo à costa como forma de assegurar que eventuais destroços de veículos lançadores (nome técnico dado para foguetes) caíam na água e não em terra.

Embora a base tenha uma área de 62 mil hectares, apenas 15% do território concentram as instalações principais para o funcionamento da unidade. O restante do terreno é composto por vegetação e uma faixa litorânea ao norte da cidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

DAHUA TECHNOLOGY APRESENTA SOLUÇÕES DE CIDADE INTELIGENTE DE NOVA GERAÇÃO

Empresa levou suas inovações ao Smart City Expo World Congress (SCEWC) 2025, em Barcelona.

Do Estadão Conteúdo

A Dahua Technology, fornecedora líder mundial de soluções e serviços AIoT centrados em vídeo, apresentou suas inovações de cidade inteligente de nova geração no Smart City Expo World Congress (SCEWC) 2025, em Barcelona.

Sob o tema "Juntos por um Futuro Sustentável", a Dahua demonstrou como suas capacidades AIoT e os Modelos de IA em Larga Escala Xinghan estão possibilitando cidades mais seguras, eficientes e sustentáveis em todo o mundo.

Neste ano, a exposição da Dahua contou com soluções abrangentes em segurança urbana, mobilidade, governança municipal e proteção ecológica, mostrando como inteligência e sustentabilidade podem avançar juntas nas operações de cidades modernas.

Uma inovação de destaque foi o Modelos de IA em Larga Escala Xinghan, que integra inteligência visual, multimodal e de linguagem. Através de compreensão visual profunda e raciocínio contextual, o Xinghan permite que os sistemas urbanos percebam, analisem e respondam autonomamente a cenários urbanos complexos. Ele apoia decisões mais inteligentes em segurança pública, gestão de tráfego e monitoramento ambiental, transformando operações urbanas de vigilância passiva para governança proativa e adaptativa.

A Solução de Segurança Urbana da Dahua integra câmeras, radares e sensores IoT em um centro de operações unificado da cidade, permitindo monitoramento em tempo real e respostas rápidas a emergências. Ela ajuda as autoridades a obter uma visão completa das operações da cidade, desde segurança pública até indicadores ambientais, apoiada por insights baseados em dados para melhor governança e coordenação.

Para combater congestionamentos e melhorar a eficiência viária, a Dahua apresentou sua Solução de Gestão de Tráfego Urbano, com controle dinâmico de sinais, detecção de incidentes baseada em IA e tecnologias avançadas de fiscalização de velocidade. Seu dispositivo principal, Spotter Ultra, pode monitorar até oito faixas sem estruturas adicionais, reduzindo custos de infraestrutura e melhorando precisão e cobertura.

Na promoção da mobilidade sustentável, a Dahua introduziu sistemas inteligentes de ônibus e frotas equipados com segurança ativa, detecção de pontos cegos e monitoramento de consumo de combustível.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

INOVAÇÃO & TECNOLOGIA - OPINIÃO – INOVAÇÃO - ENTRE DADOS E DECISÕES: A ERA DA IA E O NOVO PAPEL DA LIDERANÇA NA LOGÍSTICA



RAUL LAMARCA

CEO do HUB Livre

opiniao@redebenews.com.br

Os custos logísticos no Brasil representam cerca de 18,4% do PIB nacional (ABOL, 2024) — ou seja, quase um quinto de toda a riqueza produzida no país é consumida apenas para movimentar bens e mercadorias. Esse número não é apenas um dado econômico. É um retrato da nossa dependência estrutural: uma matriz de transportes ainda altamente concentrada no modal rodoviário, com infraestrutura limitada e baixa integração entre modais.

Dadas as dimensões continentais do país e os gargalos históricos da infraestrutura de transporte, a eficiência logística deixou de ser um tema operacional e passou a ser um tema estratégico. É justamente aqui que a Inteligência Artificial (IA) se torna a principal aliada— não apenas para automatizar tarefas, mas para apoiar a tomada de decisões que ampliam eficiência, previsibilidade e rentabilidade.

Como afirmei na minha coluna anterior, a inovação deixou de ser uma escolha e passou a ser a única forma de permanecer competitivo. A IA, nesse contexto, não é um projeto de TI. É uma ferramenta de gestão sistêmica, capaz de reconfigurar cadeias de valor inteiras e redefinir o que entendemos por eficiência.

Mas, para isso, precisamos parar de tratá-la como um software e começar a encará-la como um novo sistema de liderança. O problema não está na tecnologia — está na forma como escolhemos aplicá-la.

A armadilha da eficiência: o Nível 1 da IA

Hoje, a IA na logística brasileira ainda é majoritariamente usada para automação operacional. Emissão de ordens de serviço, controle de lead times, processamento de pagamentos, rastreamento de frotas. Tudo válido, tudo necessário — mas limitado.

Chamo isso de “Nível 1” da IA: a inovação da eficiência. São ganhos incrementais, não estruturais. Usamos uma tecnologia revolucionária para fazer o trabalho antigo um pouco mais rápido.

É como usar um supercomputador para fazer conta de somar. E seguimos achando que digitalizar processos é sinônimo de transformação. Não é.

O salto cognitivo: o Nível 2 da IA

O verdadeiro salto está no que chamo de “Nível 2 da IA” — a inovação estratégica. É quando deixamos de usar algoritmos apenas para executar e passamos a usá-los para ampliar a nossa capacidade de decisão. É a transição da automação de tarefas para o apoio inteligente à decisão.

Exemplo:

- e Nível 1 (operacional): A IA monitora o GPS e informa que o caminhão está atrasado.
- e Nível 2 (estratégico): A IA cruza o atraso com o valor daquele cliente, a prioridade da carga e a disponibilidade de outras frotas, apresentando ao gestor as melhores opções de ação para que ele decida com base em dados e contexto.

O Nível 2 não substitui o discernimento humano; ele o potencializa. A IA passa a ser uma parceira de raciocínio, oferecendo análises preditivas e recomendações que fortalecem o papel do gestor.

Da automação de tarefas à automação de fluxos

As maiores oportunidades de ganho estão em automatizar fluxos logísticos complexos, não apenas tarefas isoladas. E os exemplos já começam a surgir — no Brasil e no mundo.

No setor portuário, onde atua diretamente, já existem sistemas de IA capazes de otimizar a escala de navios e a formação de filas de atracação, considerando fatores como janela climática, rentabilidade da carga e tempo médio de operação. Essas aplicações reduzem o tempo de espera, o custo de demurrage e otimizam o uso de rebocadores e berços — ganhos diretos em eficiência operacional.

Na logística aeroportuária, empresas vêm aplicando IA para planejar e balancear pátios de carga, antecipando gargalos em voos de conexão e ajustando o sequenciamento de operações de solo.

No transporte ferroviário, há projetos piloto de IA voltados à sinalização dinâmica e despacho preditivo, permitindo reagir antes do impacto dos atrasos.

Na logística rodoviária, o uso de IA em planejamento de rotas inteligentes começa a considerar pedágios dinâmicos, manutenção preventiva e janelas de entrega, otimizando custos e tempo.

E mesmo na logística dutoviária, há avanços na automação do monitoramento de pressão e vazão em tempo real, evitando interrupções e antecipando falhas.

Esses exemplos apontam um caminho: a IA não deve afastar o gestor da operação, mas liberar sua agenda das tarefas mais mecânicas para que ele possa liderar o que é realmente estratégico. Mais do que substituir atividades, trata-se de elevar o nível de análise, resposta e decisão.

O verdadeiro gargalo é a liderança

Se a tecnologia já existe, por que ainda não saímos do lugar? Porque a limitação não é técnica — é humana.

Os líderes logísticos brasileiros enfrentam três barreiras principais:

1. A aversão à “caixa-preta” — Profissionais formados em ambientes de previsibilidade ainda desconfiam de decisões apoiadas em modelos que não compreendem integralmente. Falta confiança no dado, sobra apego ao instinto.
2. A inércia dos processos e da estrutura — A IA Nível 2 não “quebra” o modelo atual de operação; ela o transforma profundamente. Isso exige revisão de rotinas, redefinição de papéis e construção de novas interfaces colaborativas entre áreas que antes operavam em silos.
3. As métricas desalinhadas — Enquanto o desempenho for medido apenas por indicadores de custo, a IA será vista como ameaça, e não como aliada. É preciso reformular incentivos e indicadores para que a eficiência local não sufoque o ganho sistêmico.

Essas barreiras explicam por que a IA na logística é um desafio de liderança, não de TI. Automatizar processos é simples. Difícil é reprogramar a mentalidade de quem decide o que deve ser automatizado.



O logístico como estrategista de dados

O futuro da logística não será construído por programadores, mas por líderes que saibam pensar como estrategistas de dados. Não é preciso entender as linhas de código — é preciso saber fazer as perguntas certas.

O papel do novo líder logístico é interpretar os insights da IA, conectar variáveis de negócio e ter coragem de agir quando os dados desafiam o senso comum.

Precisamos parar de perguntar “qual software devo comprar” e começar a perguntar “quais decisões posso automatizar sem perder controle — e, ao mesmo tempo, fortalecer minha posição atual e garantir a perenidade da minha empresa no futuro?”

Porque, no fim, a tecnologia não substitui líderes. Ela expõe quem não está aprendendo a liderar de acordo com essa nova jornada.

O caminho em que eu acredito

Na minha visão, a revolução da IA na logística brasileira precisa começar de cima para baixo. Executivos precisam assumir o comando da agenda digital, e não apenas aprová-la.

Cabe à liderança definir onde a automação gera valor, como as métricas serão revistas e como o capital humano será repositionado para atuar com análise e decisão.

A IA não é um botão de eficiência. É uma bússola estratégica. Mas ela só serve se quem segura a bússola souber para onde quer ir.

O futuro não será gentil com quem continuar tratando dados como relatórios e inteligência artificial como modismo. O futuro pertence a quem compreender que a verdadeira vantagem competitiva está em transformar informação em decisão — e decisão em resultado.

A pergunta que fica

Portanto, a questão não deveria ser sobre se a sua empresa vai adotar ou não IA — e sim sobre como ela vai utilizá-la. Essa resposta vai determinar se a IA será apenas mais uma ferramenta ou o vetor que reposicionará sua empresa na nova geografia da logística global.

Raul Lamarca escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

**A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL JÁ ESTÁ TRANSFORMANDO A LOGÍSTICA BRASILEIRA
— MAS O VERDADEIRO SALTO NÃO SERÁ TECNOLÓGICO, SERÁ HUMANO**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

POLÍTICA - TARCÍSIO CRITICA LULA E ATRIBUI QUEDA EM PESQUISA A “ESGOTAMENTO DE MODELO”

Para o governador paulista, o governo federal não apresenta soluções para segurança pública nem disciplina fiscal adequada

Do Estadão Conteúdo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta quinta-feira, 13. Para o governador, o enfraquecimento do petista na pesquisa de intenções de voto da Genial/Quaest para a Presidência da República se deve a um "esgotamento de modelo" e ausência de propostas relacionadas ao tema da segurança pública.



Em conversa com jornalistas, Tarcísio citou a situação fiscal do país como exemplo e disse que o Brasil caminha na direção errada, desperdiçando potencial e oportunidades

Embora a distância entre Lula e seus principais adversários tenha diminuído, o presidente segue numericamente à frente em todos os cenários de segundo turno testados para 2026. Na disputa contra o próprio Tarcísio, por exemplo, distância recuou de 12 para 5 pontos percentuais. O único cenário em que há empate técnico é contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por 42% a 39%, ante 46% a 36% em outubro. Bolsonaro, porém, está inelegível e em prisão domiciliar.

"A gente tem que ver o que o Lula tem para mostrar para o Brasil. A gente está há 40 anos falando de Lula, e eles estão governando o Brasil praticamente há 20 anos de forma ininterrupta", disse Tarcísio. "Quando o brasileiro se depara com uma crise profunda de segurança pública, a pergunta que tem que ser feita é acho que o brasileiro está fazendo essa pergunta é: 'Essa turma que governa o Brasil há tanto tempo fez exatamente o quê para a gente virar a mesa?'".

De acordo com o chefe do Executivo paulista, o petismo não apresentou qualquer proposta ao longo de todos os seus mandatos (desde 2002 até 2016 e a partir de 2023) e não o faria agora, porque, segundo ele, demonstra dificuldade em lidar com o tema, e com outros. Em conversa com jornalistas após evento de educação no Palácio dos Bandeirantes, Tarcísio citou a situação fiscal do País como exemplo e disse que o Brasil caminha na direção errada, desperdiçando potencial e oportunidades.

"Olha o que nós temos aí em termos de resultado primário, resultado nominal. A gente podia estar numa situação muito melhor do que está. E a grande questão é: o que eles estão oferecendo?", continuou o governador. "Será que é razoável a gente estar com um juro de 15% ao ano como a gente está hoje?", disse referindo-se ao Banco Central.

No limite

Tarcísio também relacionou a crise atual à falta de disciplina fiscal e afirmou que a situação da segurança pública "ecclodiu" porque o cidadão chegou ao limite, cansado de esperar soluções de quem, segundo ele, está no poder há anos sem oferecer alternativas. Para o governador, trata-se do esgotamento de um modelo, refletido no recado da sociedade de que "não dá mais" e de que é preciso buscar outro caminho, movimento que, na avaliação dele, explica o enfraquecimento do presidente Lula.

Todavia, o governador de São Paulo ressaltou que não está pensando em eleições quando questionado sobre eventual candidatura ao Planalto no ano que vem. "Sinceramente, a eleição está muito longe e a gente está focado no trabalho aqui em São Paulo", disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

MINISTROS EX-GOVERNADORES SÃO CONVOCADOS POR LULA PARA DISCUTIR AGENDA DE SEGURANÇA

Articulação busca convencer o relator Guilherme Derrite a ajustar o texto do PL antifacções; votação está marcada para o dia 18

Do Estadão Conteúdo

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou os ministros que são ex-governadores para ouvir percepções em relação à pauta de segurança em tramitação no Congresso. Ela afirmou, em entrevista coletiva após a reunião, que participaram do encontro ministros que já foram governadores, além dos titulares da

Justiça, da Fazenda e da própria Secretaria de Relações Institucionais, para discutir a pauta da segurança pública e a tramitação dos projetos do governo no Congresso.

Segundo Gleisi, o presidente queria ouvir a experiência dos ex-governadores em relação ao tema e à condução da agenda legislativa. Participaram da reunião Geraldo Alckmin, vice-presidente, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e ex-governador de São Paulo; Rui Costa, ministro da Casa Civil e ex-governador da Bahia; Fernando Haddad, ministro da Fazenda; Camilo Santana, ministro da Educação e ex-governador do Ceará; Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento Social e ex-governador do Piauí; Renan Filho, ministro dos Transportes e ex-governador de Alagoas; Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça; e Waldez Góes, ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional e ex-governador do Amapá.

Empenho

Gleisi disse que Lula pediu aos ministros que se empenhem junto às bancadas na Câmara para aprovar a proposta de emenda à Constituição da segurança pública e o projeto de lei de combate às facções criminosas. "O presidente queria ouvir sobre isso e pedir o empenho dos governadores também para sensibilizar o Congresso a gente aprovar isso para nos dar mais instrumentos de fazer esse enfrentamento conjunto com os estados", declarou.

A ministra afirmou que o governo vai se empenhar desta quinta até segunda-feira, 17, para convencer o relator do projeto de lei antifacções, o deputado Guilherme Derrite (PP-SP), a fazer novas alterações no texto. Gleisi disse ser preciso se adequar à pauta definida pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que decidiu que a proposta será votada na terça, 18.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

NACIONAL HUB – CURTAS - ANTT PLANEJA 15 LEILÕES DE INFRAESTRUTURA EM 2026

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AGENDA DE LEILÕES

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), após um ano recorde de leilões, planeja realizar 15 certames em 2026, sendo 12 para rodovias federais e três para ferrovias. A informação foi confirmada por Guilherme Theo Sampaio, presidente da agência. "A expectativa é realizar entre 10 e 12 leilões de rodovias. Já a questão ferroviária está retomando sua relevância, com previsão de três leilões", afirmou.

BALANÇO DO ANO

A ANTT deve fechar 2025 com dez leilões realizados, totalizando 19 nos últimos três anos — um aumento significativo em comparação com os seis certames promovidos na gestão anterior (2019 a 2022).

PARA O TCU

O presidente da ANTT anunciou que, neste mês de novembro, a agência enviará os projetos da ferrovia EFT 118 (Estrada de Ferro 118) e da Ferrogrão para o Tribunal de Contas da União (TCU). A Ferrogrão é um empreendimento aguardado desde 2020, com mais de 900 quilômetros de extensão, ligando Sinop (MT) a Itaituba (PA). Sampaio manifestou otimismo: "Esses dois projetos têm grande perspectiva de serem leiloados no primeiro semestre do ano que vem. Eles são atrativos, com interessados, e respeitam os povos originários e o meio ambiente".

FICO-FIOL

Para o segundo semestre de 2026, a previsão é realizar o leilão do Corredor Leste-Oeste (FICO-FIOL), que abrange 1.708 km de extensão, conectando trechos entre Mato Grosso, Goiás e Bahia.

LUCRO NA CODEBA

A Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) registrou um lucro apurado superior a R\$ 20 milhões no período de janeiro a setembro deste ano. O resultado reflete a eficiência portuária, que o diretor-presidente Antonio Gobbo atribui aos investimentos do Governo Federal em modernização e à adoção de práticas sustentáveis.

RESULTADOS

Gobbo destacou o crescimento da companhia, citando os resultados dos anos anteriores – R\$ 88 milhões em 2023 e R\$ 22,8 milhões em 2024 – e a projeção para o fechamento de 2025 – um lucro acima de R\$ 31 milhões. O diretor-presidente ressaltou que a Codeba é uma empresa lucrativa, que distribui dividendos aos acionistas e participação nos lucros aos empregados. E acrescentou que todos os investimentos realizados em 2024 e 2025, que ultrapassam R\$ 200 milhões, serão executados exclusivamente com recursos próprios da companhia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

FINANÇAS - DÓLAR TEM LEVE ALTA COM FLUXO E PERDAS DE DIVISAS LATINO-AMERICANAS

Moeda americana sobe 0,10% e fecha em R\$ 5,2983; movimento vai na contramão da baixa registrada no exterior

Do Estadão Conteúdo



Em novembro houve desvalorização de 1,52%, após alta de 1,08% em outubro. No ano, a moeda americana recua 14,27%

O dólar ganhou força ao longo da tarde e encerrou a sessão desta quinta-feira, 13, em leve alta, na contramão do sinal de baixa da moeda americana no exterior. Operadores afirmam que eventual saída de recursos da bolsa doméstica e temores de aumento das remessas ao exterior nas próximas semanas limitaram apostas no real, sobretudo após a taxa de câmbio ter rompido o piso de R\$ 5,30.

Outro ponto que pode ter abalado a moeda brasileira foi a perda de fôlego de divisas emergentes latino-americanas, justamente as que lideraram os ganhos recentes entre emergentes. Principal par do real, o peso mexicano também passou a cair em relação dólar ao longo da segunda etapa de negócios. Destaque negativo para o peso colombiano, com perdas na casa de 1%.

Com mínima de R\$ 5,2741 e máxima de R\$ 5,3033, o dólar à vista encerrou a sessão desta quinta-feira, 13, em alta de 0,10%, a R\$ 5,2983. A divisa ainda perde 0,70% na semana, o que leva a desvalorização em novembro a 1,52%, após alta de 1,08% em outubro. No ano, amoeda americana recua 14,27% em relação ao real.

O gestor de portfólio Marcelo Bacelar, da Azimut Brazil Wealth Management, ressalta que o rali recente do real se deu em meio a um movimento global de rotação global de carteiras, com migração de recursos de países desenvolvidos para

moedas e bolsas emergentes. "Foi um movimento basicamente externo. O tom mais duro da comunicação do Copom também contribuiu um pouco para esse processo de queda do dólar", afirma o gestor, ressaltando que a taxa Selic elevada estimula operações de carry trade e torna muito custoso o carregamento de posições em dólar.

Índice DXY



A dinâmica de rotação de portfólios que favoreceu divisas emergentes parece ter perdido força nesta quinta, com o dólar apresentando queda mais expressiva em relação a moedas fortes, como o euro, o franco suíço e a libra. O índice DXY chegou a furar o piso dos 99,000 pontos, com mínima aos 98,991 pontos. No fim do dia, rondava os 99,155 pontos, em queda de cerca de 99 160 pontos.

Na noite de quarta, a Câmara dos Representantes dos EUA aprovou projeto que encerrou um shutdown de 43 dias da máquina pública americana. A paralisação do governo promoveu um "apagão de dados" que privou o Federal Reserve de indicadores-chave para a condução da política monetária, em especial os referentes ao mercado de trabalho.

Falas divergentes de dirigentes do BC americano, após o chairman Jerome Powell ter ressaltado que um corte de juros em dezembro não está garantido, lançam dúvidas sobre a continuidade do afrouxamento monetário. Ferramenta de monitoramento do CME Group mostra que as chances de manutenção da taxa básica americana em dezembro superaram hoje 50%.

Freepik

Para Bacelar, da Azimut Brazil, a fraqueza global do dólar tem levado a uma apreciação do real, apesar de um ambiente marcado por deterioração das contas externas e incertezas fiscais. A perspectiva de aumento das remessas ao exterior até o fim do ano pode limitar o fôlego da moeda brasileira nas próximas semanas, observa o gestor. "Tem essa questão da tributação de 10% dos dividendos que pode provocar uma saída maior de recursos. Mas pode ser que o ambiente externo siga favorável e se sobreponha a essas questões", afirma o gestor.

Taxação

De fato, há dúvidas entre analistas sobre como as empresas vão lidar com a taxação de 10% de lucros enviados ao exterior, estabelecida no projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR). Isso apesar de o projeto isentar dividendos apurados em 2025 mesmo que sejam distribuídos em 2026 2027 e 2028.

A leitura majoritária, por ora, é a de que o BC vai irrigar o mercado com linhas com compromisso de recompra com o aumento de remessas no fim do ano. É possível até que haja venda de dólar à vista, mas em operações pontuais e em tamanho bem inferior ao observado em dezembro do ano passado, quando foram injetados US\$21,575 bilhões no segmento spot.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

IBOVESPA MANTÉM LEVE CORREÇÃO PELO 2º DIA, EM BAIXA DE 0,3%, A 157,1 MIL PONTOS

Após ter praticamente refugado na quarta-feira, o Ibovespa trocou a relativa estabilidade vista ao longo de boa parte da sessão desta quinta-feira, 13, ao acentuar perdas à tarde em linha com o observado em Nova York e encerrar em baixa, ainda que moderada na reta final a 0,30%, aos 157.162,43 pontos.

Na mínima da sessão, mostrava no meio da tarde perda de 0,71%, aos 156.509,44 pontos, saindo de a b e r t u r a a o s 157.632,99 e tocando máxima do dia a 158.319,14 pontos. O giro financeiro foi a R\$ 29,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa sobe 2,01% e, no mês, acumula ganho de 5,10%. No ano, avança 30,66%.

"O Ibovespa acompanhou o cenário internacional, com bolsas americanas em queda firme apesar do fim do shutdown a interrupção por 43 dias de atividades públicas essenciais dos EUA, como a divulgação de dados econômicos oficiais. Os negócios com ações em Nova York seguem pressionados, também, pelo segmento de tecnologia, em correção ante a percepção de que os valuations precificações observados no setor estão esticados", diz Bruno Perri, estrategista, economista-chefe e sócio-fundador da Forum Investimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

JUSTIÇA - POR UNANIMIDADE, PRIMEIRA TURMA DO STF TORNA EX-ASSESSOR DE MORAES RÉU POR VAZAR MENSAGENS

O perito computacional Eduardo Tagliaferro responderá por violação do sigilo funcional na época em que trabalhou com Moraes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Do Estadão Conteúdo



Eduardo Tagliaferro (no telão, em depoimento por vídeo à CCJ da Câmara dos Deputados) era da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação no TSE

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, tornar réu o perito computacional Eduardo Tagliaferro por violação do sigilo funcional, coação no curso do processo e obstrução de Justiça. A decisão foi tomada no plenário

virtual do STF com os votos de Alexandre de Moraes (relator), Cristiano Zanin, Cármem Lúcia e Flávio Dino.

Com a decisão, o perito vai responder a um processo criminal e pode ser condenado a até 14 anos de pena. Ele foi assessor de Moraes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação. Ele é acusado de vazar mensagens com outros auxiliares do ministro.

A Polícia Federal concluiu que foi Tagliaferro quem vazou os diálogos. Em seu relatório final, a PF crava que "as informações divulgadas vão além da violação de sigilo funcional, eis que têm o condão de desacreditar a mais alta corte do Poder Judiciário". Ele foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em agosto.

A divulgação das mensagens irritou Alexandre de Moraes. Foi o próprio ministro quem determinou a abertura de uma investigação para apurar a origem do vazamento.

Moraes já pediu ao Ministério da Justiça a extradição do ex-assessor, que está na Itália, de onde vem fazendo uma campanha contra o STF e o ministro. A extradição pode ser solicitada tanto para assegurar o cumprimento de pena, em caso de condenação, quanto para garantir a instrução de um processo.

Tagliaferro foi detido na Itália no início de outubro para a aplicação de medidas cautelares de proibição de deixar a região onde está vivendo, na comuna de Cosenza, na Calábria.

Celular apreendido

Em maio de 2023, Eduardo Tagliaferro foi preso em flagrante, sob acusação de violência doméstica, o que levou à sua exoneração do cargo no TSE. Na ocasião, o celular dele foi apreendido pela Polícia Civil de São Paulo.

Consta no boletim de ocorrência que o aparelho foi lacrado, ou seja, teria ficado indevassável. O celular passou seis dias na Delegacia Seccional de Franco da Rocha, na Grande São Paulo, e foi destruído e descartado pelo perito após recebê-lo de volta.

Tagliaferro sempre negou veementemente ter divulgado as mensagens. Em entrevista ao Estadão, afirmou que não tem "relação alguma" com o vazamento. Ele atribuiu o compartilhamento das



conversas à Polícia Civil de São Paulo. Em seu relatório final, a Polícia Federal afirma que o perito "tentou baralhar a investigação, ao projetar a responsabilidade dos atos ilícitos por ele praticados, sobre servidores do órgão de segurança pública do estado de São Paulo".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

MINISTRO AUTORIZA VISITA DE TARCÍSIO, CAIADO, CASTRO E DERRITE A JAIR BOLSONARO

O pedido da defesa do ex-presidente ocorre na fase final do julgamento do Núcleo 1 da trama golpista, no qual ele foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão

Do Estadão Conteúdo

Visitas autorizadas por Moraes a Jair Bolsonaro (entre 9h e 18h):

- 24 de novembro: Adolfo Sachsida, ex-ministro de Minas e Energia
- 25 de novembro: Bruno Scheid, vice-presidente do PL em Rondônia
- 26 de novembro: Cláudio Castro, governador do Rio de Janeiro
- 27 de novembro: Cleidimar da Silva Moreira, padre
- 28 de novembro: Evair de Melo, deputado federal
- 1º de dezembro: Guilherme Derrite, deputado federal
- 2 de dezembro: José Medeiros, deputado federal
- 3 de dezembro: Odelmo Leão, ex-deputado
- 4 de dezembro: Pablo Henrique de Faria, padre
- 5 de dezembro: Paulo M. Silva
- 9 de dezembro: Ronaldo Caiado, governador de Goiás
- 10 de dezembro: Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo
- 11 de dezembro: Sanderson, deputado federal

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, autorizou nesta quinta-feira, 13, que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), visitem o ex-presidente Jair Bolsonaro. Os encontros foram agendados para os dias 26 de novembro (no caso de Castro) e 10 de dezembro (Tarcísio).

As autorizações foram concedidas após a defesa de Bolsonaro solicitar visitas na "data mais breve possível". O pedido ocorre na fase final do julgamento do "Núcleo 1" da trama golpista, no qual o ex-presidente foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão.

No requerimento, a defesa de Jair Bolsonaro afirmou que a visita de Tarcísio e Castro tinha a finalidade de "permitir encontro pessoal específico, a ser realizado em data oportunamente ajustada, preferencialmente

na data mais breve possível, em razão da necessidade de diálogo direto", modelo que difere da habitual que usa "data oportunamente ajustada" como justificativa para os encontros.

No mesmo despacho, Moraes também autorizou visitas do deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP), secretário temporariamente afastado da Segurança Pública de São Paulo, e do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), previstas para 1º e 9 de dezembro.

O nome de Derrite, que recentemente deixou o comando da Segurança Pública de São Paulo para reassumir o mandato de deputado federal, ganhou destaque por ser escolhido para relatar o Projeto Antifacção, apresentado pelo governo federal.

Nesta semana, o parlamentar propôs mudanças no texto, o que gerou divergências e críticas. Todos os visitantes autorizados mantêm postura crítica ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025

INTERNACIONAL - BRASIL AGUARDA RESPOSTA DOS EUA PARA AVANÇAR EM NEGOCIAÇÃO SOBRE TARIFAS

Chanceler Mauro Vieira disse que os EUA devem dar retorno nos próximos dias ao plano brasileiro para guiar as negociações sobre as tarifas adicionais

Da Agência Brasil



O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira se reuniu com o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, em Washington, após dois encontros durante o G7, no Canadá

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou na quinta-feira (13) que o Brasil espera, para os próximos dias, a resposta dos Estados Unidos a uma proposta de “mapa do caminho” que deve orientar as negociações destinadas a solucionar pendências comerciais entre os dois países. Vieira se reuniu com o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, em Washington, após dois encontros durante o G7, no Canadá.

Segundo o chanceler, Rubio demonstrou interesse em avançar rapidamente nas tratativas e afirmou que o presidente Donald Trump reiterou o desejo de construir uma “boa relação com o Brasil”.

Vieira disse que o governo brasileiro apresentou suas propostas e agora aguarda o retorno de Washington. “Apresentamos nossas propostas para a solução das questões. Agora estamos esperando que eles nos respondam”, afirmou. Ele acrescentou que, segundo Rubio, Trump manifestou intenção de resolver rapidamente o tarifaço imposto aos produtos brasileiros, posição reforçada após a reunião entre Trump e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Malásia, que teria sido bem recebida pelo norte-americano.

A reunião desta quinta-feira também contou com a presença de técnicos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), ampliando o escopo técnico das discussões. Questionado sobre os temas específicos abordados, Vieira disse que ambos os países endossaram a construção de um acordo “provisório” que estabeleça um caminho para chegar a um consenso sobre as tarifas. De acordo com ele, esse mapa provisório pode ser concluído já na próxima semana.

O encontro em Washington ocorreu após o primeiro compromisso entre Lula e Trump, em 26 de outubro, quando os dois governos se comprometeram a realizar negociações técnicas para reverter o tarifaço de 50% aplicado pelos EUA a diversos produtos brasileiros.

Em 4 de novembro, Brasil e Estados Unidos realizaram uma reunião virtual de alto nível, na qual o governo brasileiro apresentou resposta detalhada à lista de temas enviada por Washington em outubro. Rubio teria sinalizado que a análise norteamericana deve ser concluída ainda esta semana ou no início da próxima.

Acordo provisório

O chanceler afirmou que os dois países buscam concluir, até o fim deste mês, um acordo provisório que estabeleça o roteiro das negociações pelos próximos um ou dois anos. A reunião em Washington incluiu uma rodada ampliada de trabalho com a participação de negociadores e diplomatas dos dois países. Representaram o Brasil: Maria Luiza Ribeiro Vio, embaixadora do Brasil em Washington; Joel Sampaio, chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social; Ricardo Monteiro, chefe de gabinete e embaixador; Philip Fox-Drummond Gough, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty; e Fernando Sena, ministro-conselheiro da embaixada brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025



BBC PEDE DESCULPAS A TRUMP POR EDIÇÃO DE DISCURSO, MAS DIZ QUE NÃO HOUVE DIFAMAÇÃO

Empresa reconheceu que "deu a impressão equivocada de que o presidente havia feito um apelo direto à violência" sobre o episódio da invasão ao Capitólio

Do Estadão Conteúdo

A BBC pediu desculpas nesta quinta-feira, 13, ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por uma edição enganosa de seu discurso de 6 de janeiro de 2021, mas afirmou que não houve difamação, rejeitando os argumentos de sua ameaça de processo de US\$ 1 bilhão.

A BBC informou que o presidente Samir Shah enviou uma carta pessoal à Casa Branca dizendo que ele e a emissora lamentavam a edição do discurso proferido por Trump antes de alguns de seus apoiadores invadirem o Capitólio dos EUA, enquanto o Congresso se preparava para certificar os resultados da vitória do presidente eleito Joe Biden nas eleições de 2020.

A BBC afirmou que não há planos de retransmitir o documentário, que juntou trechos do discurso proferidos com quase uma hora de intervalo.

"Reconhecemos que nossa edição, involuntariamente, criou a impressão de que estávamos exibindo uma única seção contínua do discurso, em vez de trechos de diferentes pontos, e que isso deu a impressão equivocada de que o presidente Trump havia feito um apelo direto à violência", escreveu a BBC em uma retratação.

O advogado de Trump enviou uma carta à BBC exigindo um pedido de desculpas e ameaçando entrar com um processo de US\$ 1 bilhão pelos danos causados pelo documentário. Ele havia estabelecido um prazo até sexta-feira, 14, para que a BBC respondesse.

A disputa foi desencadeada por uma edição do principal programa jornalístico da BBC, "Panorama", intitulada "Trump: Uma Segunda Chance?", exibida dias antes da eleição presidencial americana de 2024.

A edição

A produtora terceirizada que fez o filme juntou três citações de duas seções do discurso de 2021, proferidas com quase uma hora de intervalo, no que parecia ser uma única citação

na qual Trump incitava seus apoiadores a marcharem com ele e "lutarem com todas as suas forças". Entre as partes cortadas estava uma seção em que Trump dizia querer que seus apoiadores se manifestassem pacificamente.

O diretor-geral, Tim Davie, e a chefe de jornalismo, Deborah Turness, renunciaram no domingo, 9, alegando que o escândalo estava prejudicando a BBC e que "como CEO da BBC News and Current Affairs, a responsabilidade final é minha".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/11/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO LULA VÊ COMO POSITIVA, MAS INSUFICIENTE, REDUÇÃO DE 10% SOBRE COMMODITIES ANUNCIADA POR TRUMP

Taxação de itens como carne, café, banana e açaí cai de 50% para 40%

Por Ivan Martínez-Vargas — Brasília



Foto de Lula e Trump teve 65 milhões de visualizações nas redes sociais — Foto: Ricardo Stuckert

Membros da equipe econômica do governo Lula veem como positiva, mas insuficiente, a decisão do presidente americano Donald Trump de suspender as tarifas sobre commodities agrícolas como café, carne bovina, banana e açaí. Técnicos afirmam que a tarifa será reduzida em 10 pontos percentuais aos produtos brasileiros, caindo de 50% para 40%.

A reversão, anunciada também nesta sexta pela Casa Branca, não é direcionada ao Brasil, mas beneficia itens importantes na pauta após meses de pressão do governo brasileiro e de produtores afetados pelo chamado tarifaço, que havia elevado em até 50% a taxação sobre itens de forte peso na pauta de exportações brasileiras aos Estados Unidos.

Trump emitiu uma ordem executiva reduzindo tarifas sobre carne bovina, tomates, café e bananas, em uma medida em meio à pressão inflacionária crescente sobre alimentos nos EUA — fator considerado por empresários brasileiros e por membros do governo Lula como o principal desencadeador da guinada de Trump.

Embora café e carne estejam entre os produtos mais relevantes embarcados pelo Brasil aos Estados Unidos, a Casa Branca anunciou a suspensão das tarifas para todos os países fornecedores, e não apenas para o Brasil.

As isenções são voltadas a commodities, que, segundo a Casa Branca, não podem ser produzidas em quantidade suficiente nos EUA para atender à demanda interna. Centenas de produtos alimentícios — incluindo cocos, nozes, abacates e abacaxis — foram listados pela administração para isenção tarifária. As reduções tarifárias já estão em vigor porque a medida tem efeito retroativo a partir de 13 de novembro.

O anúncio ocorre ainda um dia após o encontro do chanceler brasileiro Mauro Vieira com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio. Vieira já havia dito que os americanos sinalizaram que dariam uma resposta "muito em breve" à primeira proposta brasileira de um acordo provisório, formalizada no início de novembro em uma reunião virtual de alto nível de integrantes do governo brasileiro e o representante comercial da Casa Branca, Jamieson Greer.

O relaxamento parcial do tarifaço não atende totalmente ao pleito do Brasil, que pleiteia uma suspensão temporária, até o fim das negociações entre os dois países, do tarifaço de 50% imposto por Trump sobre exportações brasileiras em agosto, além do fim de sanções diplomáticas a autoridades brasileiras e seus familiares.

Apesar disso, é uma medida relevante para setores que historicamente estão entre os que mais exportam para os Estados Unidos. O café, por exemplo, foi o terceiro principal produto exportado aos EUA em 2024, em valores, com US\$ 1,89 bilhão. A carne bovina foi a nona categoria de produtos mais exportados, com US\$ 885 milhões.

A medida anunciada pela Casa Branca nesta sexta vem na esteira de uma sequência de contatos entre Lula e Trump nos últimos meses, inclusive um encontro pessoal em Kuala Lumpur, durante a cúpula da ASEAN em outubro, quando Lula insistiu que as tarifas estavam afetando não apenas grandes grupos exportadores, mas também cadeias produtivas integradas entre o Brasil e os Estados Unidos.

Antes disso, ambos haviam mantido conversas telefônicas e trocado emissários — entre eles o chanceler Mauro Vieira e representantes do Departamento de Estado — para tentar destravar a escalada tarifária que marcou o início do novo mandato republicano.

A decisão também reflete a pressão interna sobre Trump, que vinha sendo cobrado por varejistas, frigoríficos americanos e importadores de café, entre os quais os representados pela National Coffee Association, que enfrentam aumento de custos e dificuldades de abastecimento desde o tarifaço.

Fonte: *O Globo RJ*

Data: 14/11/2025

EXPORTADORES BRASILEIROS AVALIAM COM CAUTELA REDUÇÃO DE TARIFAS DOS EUA

Por Ana Carolina Diniz



Presidente dos EUA, Donald Trump — Foto: Brendan SMIALOWSKI / AFP

A redução das tarifas para produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos foi recebida com cautela pelo setor produtivo e exportador. O presidente Donald Trump emitiu uma ordem executiva nesta sexta-feira que reduz as tarifas sobre carne bovina, tomate, café, banana e outros produtos alimentícios.

Em nota, a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) afirmou que o novo ato publicado pelo governo norte-americano altera o escopo da Tarifa Recíproca (a sobretaxa de 10% criada em abril de 2025), mas não modifica a tarifa adicional de 40%, aplicada exclusivamente ao Brasil com base em outro instrumento legal.

“O ato de hoje trata apenas da tarifa recíproca global, e não da tarifa adicional direcionada ao Brasil. A ABIC continua acompanhando de perto todos os desdobramentos regulatórios e tarifários que envolvem o mercado norte-americano, e seguirá trabalhando para garantir segurança jurídica, competitividade e previsibilidade à indústria brasileira de café”, afirma Pavel Cardoso, presidente da ABIC.

A Abrafrutas informou que ainda vai analisar os impactos da medida no setor. A entidade destaca que manga e uva são as principais frutas exportadas e lembra que, mesmo com tarifas, os Estados Unidos seguem como o terceiro maior destino em volume. Para a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), a flexibilização tarifária devolve previsibilidade ao setor e estabelece condições mais adequadas ao bom funcionamento do comércio.

Antônio de Salvo, presidente do Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg/Senar), considera a decisão “oportuna” e afirma que chega em um momento importante para o agro brasileiro.

- Estamos entrando no fim da entressafra da pecuária, sobretudo da bovina, e concluindo a colheita do café, mas com boas perspectivas para a safra 2026/2027. No caso das frutas, a banana mantém bom desempenho nas exportações, e o açaí segue se consolidando como um produto tradicional brasileiro, com demanda crescente no exterior - disse.

Fonte: *O Globo RJ*

Data: 14/11/2025

ASSOCIAÇÃO DAS EXPORTADORAS DE CARNES: REDUÇÃO DAS TARIFAS DEVOLVE PREVISIBILIDADE AO SETOR

Por Ana Carolina Diniz

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) divulgou nota em que considera "muito positiva" a decisão dos Estados Unidos de reduzir as tarifas aplicadas à carne bovina brasileira. Nesta sexta, Trump assinou uma ordem executiva reduzindo tarifas de carne, tomates, café e bananas. As reduções tarifárias têm efeito retroativo, passando a valer a partir de 00h01 (horário de Nova York) de 13 de novembro.



Mesmo com desafios globais, exportação de pequenos negócios cresce. — Foto: Freepik

- A medida reforça a confiança no diálogo técnico entre os dois países e reconhece a importância da carne do Brasil, marcada pela qualidade, pela regularidade e pela contribuição para a segurança alimentar mundial. A redução tarifária devolve previsibilidade ao setor e cria condições mais adequadas para o bom funcionamento do comércio.

O texto lembra que os Estados Unidos são o segundo maior mercado da carne bovina do Brasil, com peso relevante para todo o fluxo de exportações.

- A decisão norte-americana fortalece essa relação e abre espaço para uma retomada mais equilibrada e estável das vendas. A indústria brasileira seguirá trabalhando em cooperação com autoridades brasileiras e americanas para ampliar oportunidades e consolidar o Brasil como parceiro confiável e competitivo no cenário internacional.

Fonte: O Globo RJ

Data: 14/11/2025

OSX: JUIZ DESABAFA, DÁ SERMÃO E AFASTA ADMINISTRADOR JUDICIAL POR 'TOTAL ESVAZIAMENTO DA CONFIANÇA'

Por Rennan Setti



OSX — Foto: Divulgação

O juiz responsável pela recuperação judicial da OSX — empresa de construção naval fundada (e afundada) por Eike Batista — está frustrado com os últimos movimentos da companhia. Em decisão da semana passada à qual a coluna teve acesso, o magistrado afastou a administradora judicial Licks Associados elencando uma série de atitudes que, para ele, configuram "total esvaziamento da confiança que o juízo depositou" na Licks.

A gota d'água para que o juiz Leonardo de Castro Gomes, da 3ª Vara Empresarial do Rio, jogasse a toalha foi a assembleia geral de credores que, em outubro, elegeu a própria Licks como "gestora judicial". Essa figura fica responsável por gerir a companhia, cujos executivos foram afastados pela Justiça em novembro de 2024 por causa de denúncias de credores. A gestora judicial é fiscalizada pela administradora judicial, mas, no caso da OSX, a função seria ocupada pela mesma empresa: a Licks.

"Surpreendentemente, a própria AJ (administradora judicial) foi eleita como gestora judicial da recuperanda, apesar de este juízo já ter sinalizado em diversas decisões a excepcionalidade e brevidade que a lei impõe para a acumulação das funções de administrador e gestor. Com efeito, é

inadmissível que uma mesma pessoa seja designada para ser fiscal de si mesma", escreveu o magistrado na sentença. "Não por menos, há impugnações visando justamente à invalidação de tal deliberação."

Na sequência, o juiz elenca as razões para ter perdido a confiança na Licks. Um dos pontos foi a demora da AJ para promover a assembleia de escolha da gestora judicial: a Justiça determinou que as providências fossem tomadas ainda em dezembro de 2024, mas a assembleia só aconteceu no mês passado. Desde então, a própria Licks vinha acumulando a função provisoriamente, o que "estendeu de sobremaneira aquela cumulação de funções cuja brevidade a lei impõe", segundo o juiz.

Auditória

O juiz também não gostou da forma como a Licks conduziu a escolha da auditoria externa independente para preparar as demonstrações financeiras da OSX. A Licks disse que o contrato com a antiga auditoria, a RSM, se encerrou em março de 2025 e avaliou propostas de três empresas: Grant Thornton (R\$ 448 mil), Baker Tilly (R\$ 400 mil) e Clifton Larson Allen (R\$ 365 mil). Esta última foi selecionada por apresentar o menor custo.

"Estranhando este magistrado que não tenha sido feita cotação com a empresa de auditoria anterior e preocupado com o fato de o pedido vir em autos com acesso restrito, bem como pela recuperanda não contar com um conselho fiscal, determinei que as propostas fossem encaminhadas aos autos principais da recuperação, dando-se vista aos interessados, bem como que o gestor ou outro interessado informasse, comprovadamente, acerca dos valores praticados na auditoria passada pela empresa RSM. Pois bem, diante daquele despacho, acabou a AJ/gestor contratando a empresa de auditoria anterior, RSM, pelo valor de R\$ 205 mil, bastante inferior à sugestão inicial", relatou o magistrado.

A Licks foi substituída pela Pansieri Advogados, mas o juiz decidiu homologar a decisão dos credores de manter a Licks como gestora judicial. Hoje, os credores de maior peso da OSX são o BTG Pactual e a Caixa Econômica. O banco de André Esteves, que já tinha uma fiança dada para a empresa da ordem de meio bilhão, também comprou créditos da OSX detidos por companhias como a Reag, aumentando sua influência na recuperação judicial, apurou a coluna.

Fonte: *O Globo RJ*

Data: 14/11/2025

CORREIOS: EMPRÉSTIMO DE R\$ 10 BI PLEITEADO É MAIS QUE O DOBRO DO MAIOR VALOR JÁ CONTRATADO POR ESTATAL COM AVAL DO TESOURO

Maior operação foi um empréstimo de R\$ 4 bilhões do Banco do Brasil para Eletrobrás em 2014
Por Bernardo Lima — Brasília



Provas do concurso dos Correios foram aplicadas em dezembro — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O empréstimo de R\$ 10 bilhões que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva negocia para socorrer os Correios supera o maior valor já contratado por uma estatal federal com aval do Tesouro Nacional. Segundo dados do Tesouro Nacional, a maior operação com esse tipo de garantia até hoje foi um crédito de R\$ 4 bilhões do Banco do Brasil para a Eletrobrás, em agosto de 2014. No mesmo mês, a empresa obteve mais R\$ 2,5 bilhões, da Caixa Econômica Federal.

A exemplo dos Correios, a Eletrobrás enfrentava dificuldade para obter financiamento junto a bancos privados. Um ano antes, em 2013, o BNDES também havia concedido à estatal um empréstimo de R\$ 2,5 bilhões.

No total, os R\$ 9 bilhões recebidos serviram para reforçar o capital de giro e viabilizar o plano de investimentos da companhia à época. A Eletrobrás acabou privatizada em 2022 e passou a se chamar Axia Energia.

Imersos em uma crise financeira, os Correios tentam levantar ao menos R\$ 10 bilhões no mercado até o fim do ano para equilibrar as contas de 2025, segundo interlocutores da empresa. Dirigentes afirmam que, sem esse reforço até dezembro, não haveria condições de arcar com salários e dívidas acumuladas com fornecedores. Procurada, a companhia não se manifestou.

A estatal, contudo, não deve atender aos requisitos de capacidade de pagamento exigidos para operações com aval do Tesouro, que pode, ainda assim, abrir uma exceção para a companhia.

Prejuízo e reestruturação

A negociação pelo empréstimo de R\$ 10 bilhões surge diante de um prejuízo acumulado de R\$ 4,3 bilhões em 2025. Inicialmente, a pedida era de R\$ 20 bilhões, mas diminuiu pela metade, conforme adiantado pelo GLOBO. Só no segundo trimestre, entre abril e junho, o resultado negativo atingiu R\$ 2,6 bilhões, quase cinco vezes superior ao do período equivalente do ano anterior, de R\$ 553,1 milhões.

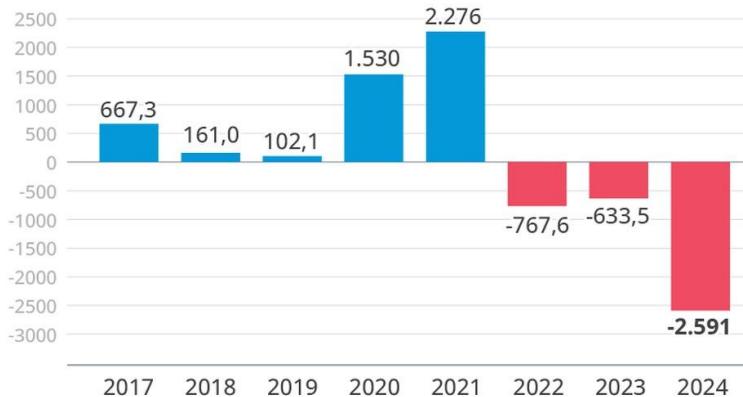
Situação dos Correios

Dados de junho de 2025



RESULTADO LÍQUIDO DE 2017 A 2024

Em R\$ milhões



Dados sobre a crise financeira dos Correios — Foto: Editoria de Arte

Na tentativa de recuperar fôlego há uma discussão em andamento sobre um plano de reestruturação com o fechamento de cerca de 700 agências e unidades logísticas e programa de desligamento voluntário (PDV). A meta estabelecida pela atual direção é de chegar à 10 mil desligamentos. A ideia é convencer esses trabalhadores de que será vantajoso deixar a empresa com o PDV. A meta é reduzir a folha salarial em R\$ 2 bilhões por ano.

Outra aposta do plano de reestruturação da companhia é a formação de um fundo imobiliário, desenhado pela Caixa, com os ativos que a empresa possui — são 2.366 imóveis avaliados em R\$ 5,4 bilhões. A ideia é vender imóveis, receber os recursos e depois alugá-los. A direção dos Correios não descarta incluir até mesmo o prédio que hoje abriga a sede da estatal, em Brasília.

O plano de melhorias operacionais é um dos pilares da estratégia do governo para recuperar os Correios sem a necessidade de fazer aporte de recursos públicos. A estratégia está em fase final de elaboração e é tratada pela gestão federal como condicionante para que a União possa dar garantias para um empréstimo pleiteado pela estatal junto a instituições financeiras.

Eletrouclear

Com dificuldades de caixa, a Eletronuclear também pediu um socorro de R\$ 1,4 bilhão ao governo federal para fechar as contas até o fim do ano. A empresa foi responsável pelo segundo maior empréstimo de uma estatal federal com aval da União — um crédito de R\$ 3,8 bilhões concedido pela Caixa em 2013, destinado à construção da usina nuclear Angra 3, nunca concluída.

Finep

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), acumulou quatro empréstimos do BNDES que somaram R\$ 8 bilhões entre 2011 e 2014.

Os recursos foram aplicados em projetos de inovação tecnológica e no Plano Inova Empresa, lançado em 2013.

Fonte: O Globo RJ

Data: 14/11/2025

BNDES DESEMBOLSA R\$ 101,9 BI DE JANEIRO A SETEMBRO, 17% ACIMA DE 2024

Banco de fomento divulgou dados do desempenho operacional e do resultado financeiro nesta sexta-feira

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro

Os desembolsos do BNDES para financiamentos em vigor somaram R\$ 101,9 bilhões no período de janeiro a setembro, alta nominal (sem descontar a inflação) de 17% frente a igual período de 2024, informou o banco de fomento nesta sexta-feira.

As aprovações de novos financiamentos somaram R\$ 139,2 bilhões no período de julho a setembro, variação nominal “estável” ante um ano antes, ou seja, descontada a inflação, houve uma queda.

As aprovações sinalizam para o ritmo futuro dos desembolsos, já que boa parte dos financiamentos do BNDES é de longo prazo, liberando os recursos ao longo de anos.

Segundo Alexandre Abreu, diretor Financeiro e de Mercado de Capitais do BNDES, a expectativa é de que as aprovações retomem a trajetória de alta neste quarto trimestre, por fatores “sazonais”.

Haverá em breve, na semana que vem, o anúncio da aprovação de um grande financiamento para um projeto de infraestrutura, disse o presidente do banco de fomento, Aloizio Mercadante, sem dar detalhes.

Tarifaço eleva incerteza

Além disso, segundo Mercadante, as aprovações do terceiro trimestre foram prejudicadas por causa de incertezas relacionadas ao tarifaço adicional imposto pelos Estados Unidos sobre as exportações brasileiras, que entrou em vigor a partir do início de agosto.

– Um fator fundamental foi o impacto do tarifaço, que deu certa insegurança – afirmou Mercadante.



Mercadante (esquerda) e o diretor Abreu, durante apresentação dos resultados do terceiro trimestre do BNDES, na sede do banco, no Rio — Foto: Vinicius Neder

Nesse caso, o efeito sobre as aprovações tem a ver com as expectativas. As empresas que têm processo de pedido de financiamento junto ao BNDES sendo analisado adiam o fechamento da operação por causa das incertezas econômicas associadas ao comércio com os Estados Unidos.

Por outro lado, ponderou Mercadante, os empréstimos do Brasil Soberano, o programa de apoio para as empresas mais atingidas pelas sobretaxas anunciadas por Washington, “amenizaram um pouco” essa insegurança. O BNDES é o operador financeiro do programa.

Brasil Soberano já aprovou R\$ 7,6 bi

Até quinta-feira, foram aprovados no Brasil Soberano somaram R\$ 7,6 bilhões, informou o presidente do banco nesta sexta-feira. Desde o início das operações do programa no BNDES, em 18 de setembro, já foram aprovados 535 empréstimos.

No total, o Brasil Soberano oferecerá R\$ 30 bilhões em crédito subsidiado para apoiar empresas que exportam para os EUA e foram atingidas pelas sobretaxas. O BNDES anunciou mais R\$ 10 bilhões, com recursos próprios, para complementar o apoio.

Segundo Mercadante, a demanda total desde o lançamento do programa soma R\$ 9,7 bilhões. Ou seja, o BNDES está debruçado sobre R\$ 2,1 bilhões em pedidos que estão sendo analisados.

O presidente do BNDES lembrou ainda que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na quinta-feira uma flexibilização do Brasil Soberano, que agora estará disponível para os fornecedores de empresas exportadoras.

A inclusão das novas empresas elegíveis ao Brasil Soberano ainda depende do envio de informações, pela Receita Federal, do rol de firmas que cumprem as condições requeridas. Segundo Mercadante, a expectativa é de que as informações cheguem até o próximo dia 24.

Lucro recorrente sobe

Diante dos resultados operacionais, o banco de fomento registrou lucro líquido “recorrente” de R\$ 11,2 bilhões nos nove primeiros meses do ano, alta de 14,2% na comparação com igual período de 2024.

A carteira de crédito expandida alcançou saldo de R\$ 616 bilhões em 30 de setembro (5,3% acima de dezembro de 2024), “maior valor nos últimos nove anos”, informou o BNDES.

Fonte: O Globo RJ

Data: 14/11/2025

ECONOMIA DA CHINA CAMBALEIA APÓS QUEDA SEM PRECEDENTES NOS INVESTIMENTOS

Crescimento mais lento da produção industrial aprofundou o impacto do consumo fraco na segunda maior economia do mundo. País sofre ainda com freio nas exportações em meio ao tarifaço de Trump

Por Bloomberg — Pequim



Atividade econômica da China esfriou mais do que o esperado no início do quarto trimestre — Foto: Bloomberg

A atividade econômica da China esfriou mais do que o esperado no início do quarto trimestre, com uma queda sem precedentes no investimento e um crescimento mais lento da produção industrial, aprofundando o impacto do consumo fraco.

O investimento em ativos fixos encolheu 1,7% nos primeiros 10 meses do ano, uma queda recorde para o período, segundo dados divulgados pelo Escritório Nacional de Estatísticas (NBS, na sigla em inglês) nesta sexta-feira. A Bloomberg Economics estima que o investimento tenha caído até 12% em outubro, estendendo a sequência de recuos para o quinto mês consecutivo.

Já a produção industrial subiu 4,9% no mês passado em relação ao ano anterior, o menor avanço desde o início deste ano. A mediana das previsões dos economistas em uma pesquisa da Bloomberg apontava para um aumento de 5,5%.

A segunda maior economia do mundo entrou no trimestre final do ano em uma trajetória de enfraquecimento, após uma moderação na expansão ao longo dos seis meses anteriores. A China está mais vulnerável após uma contração inesperada nas exportações que, se sustentada, a deixaria mais exposta a uma desaceleração na demanda interna.

— O ímpeto de crescimento claramente se dissipou em outubro. Os esforços do governo para lidar com o excesso de capacidade e a concorrência excessiva afetaram o pipeline de investimentos — disse Raymond Yeung, economista-chefe para a Grande China no Australia & New Zealand Banking Group.

O mercado teve uma reação discreta aos dados decepcionantes, com o yuan e os títulos do governo registrando pouca variação. O índice CSI 300 de ações fechou com queda de 0,24%, após uma alta de 1,2% na quinta-feira.

Os gastos de capital em infraestrutura mal aumentaram e o crescimento dos desembolsos em manufatura desacelerou, enquanto o investimento imobiliário recuou ainda mais.

As vendas no varejo avançaram 2,9%, desacelerando pelo quinto mês consecutivo, na mais longa sequência desse tipo desde 2021. A taxa de desemprego urbano medida por pesquisa caiu levemente para 5,1%.

“A economia enfrenta vários desafios, dada a multiplicidade de fatores instáveis e incertos no ambiente externo e a pressão considerável sobre a reestruturação econômica dentro do país”, disse o NBS em comunicado que acompanhou a divulgação dos dados.

A entidade acrescentou que as autoridades “facilitariam ativamente a implementação” das políticas existentes, o que provavelmente indica que Pequim ainda não tem pressa em oferecer mais estímulos à economia.

“Os dados de outubro da China mostraram uma perda de ímpeto na entrada do quarto trimestre — mas não o suficiente para motivar novos estímulos por enquanto. Por um lado, distorções relacionadas aos feriados provavelmente exageraram a desaceleração”, afirmaram Eric Zhu, Chang Shu e David Qu, analistas da Bloomberg Economics, que acrescentaram:

“O forte recuo na produção e nas exportações provavelmente refletiu um ajuste após as fábricas terem antecipado pedidos para setembro antes do feriado. O crescimento médio da produção em setembro e outubro ainda foi mais rápido do que em agosto”.

As tensões comerciais com os EUA aumentaram no mês passado, antes de um acordo alcançado no fim de outubro pelos presidentes Donald Trump e Xi Jinping durante conversas na Coreia do Sul. Tarifas mais baixas oferecem a perspectiva de impulsionar o comércio entre as superpotências rivais nos próximos meses.

Demanda doméstica mais fraca

A demanda doméstica vem enfraquecendo de forma generalizada, com o investimento em retração agravando o impacto da confiança moderada do consumidor. Isso torna mais difícil responder às preocupações dos parceiros comerciais sobre o influxo de exportações chinesas que pressiona as indústrias locais.

Sob pressão da fraca confiança de consumidores e empresas, a demanda por empréstimos não conseguiu se recuperar, com novos financiamentos e o crescimento do crédito ficando abaixo das previsões em outubro. Mesmo a implementação do financiamento oferecido pelo novo instrumento de política da China, no valor de 500 bilhões de yuans, aparentemente teve pouco impacto em impulsionar os investimentos por enquanto.

— As medidas de estímulo do governo têm demorado a chegar à economia — disse Michelle Lam, economista para a Grande China no Societe Generale, referindo-se aos fracos números de crédito.

Com a distribuição dos 500 bilhões em financiamento, “acredito que devemos ver um impulso melhor nos próximos meses”, completou.

Embora uma base de comparação elevada e um dia útil a menos ajudem a explicar a desaceleração em outubro, a prolongada perda de ritmo nas vendas no varejo mostra a importância de reforçar o apoio às famílias.

Alguns economistas esperam que o governo amplie seu programa de subsídios para bens de consumo, incluindo alguns serviços. Mas são necessárias medidas mais sustentáveis, como reformas de longo prazo na distribuição de renda e no sistema de segurança social da China, enquanto o país se prepara para lançar seu próximo plano de desenvolvimento quinquenal em 2026.

Na ausência de uma iniciativa mais ampla para impulsionar o consumo, as autoridades agiram rapidamente para conter a queda nos investimentos.

Um total de um trilhão de yuans em estímulos foi aprovado desde o fim de setembro para impulsionar os gastos de capital e reforçar os cofres locais, com os efeitos devendo se tornar mais evidentes nas próximas semanas.

A perspectiva de novos afrouxamentos monetários, porém, diminuiu depois que o banco central chinês sugeriu nesta semana que não estava preocupado com o crescimento mais lento dos empréstimos.

Mais importante, a meta de crescimento econômico de Pequim, de cerca de 5% em 2025, ainda parece alcançável, especialmente se as perspectivas para as exportações melhorarem após a trégua comercial com os EUA. A previsão consensual atual entre analistas projeta uma expansão de 4,9% para este ano.

— Parece que a meta de crescimento para 2025 será atingida sem muita intervenção — disse Lynn Song, economista-chefe para a Grande China no ING Bank NV, que acrescentou que, assim, Pequim “provavelmente vai guardar munição para o ano que vem”.

Fonte: *O Globo RJ*

Data: 14/11/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO SP

CASA BRANCA RETIRA TARIFA-BASE DE 10% SOBRE CAFÉ, CARNE E FRUTAS; BRASIL AINDA NEGOCIA A TAXA DE 40%

A entrada em vigor da modificação das tarifas tem efeito retroativo para 13 de novembro, segundo documento publicado pela Casa Branca nesta sexta-feira, 14

Por Isabella Pugliese Vellani

O presidente Donald Trump assinou nesta sexta-feira, 14, um decreto que retira a tarifa básica de 10% dos Estados Unidos sobre importações de produtos agropecuários como carne bovina, banana, café e tomate, em um momento em que o governo está sob pressão para reduzir o custo de vida dos americanos. Para o Brasil, o alívio é incompleto, porque o País segue sujeito à sobretaxa de 40%, o chamado tarifaço, imposto por motivação política.

Essa dúvida, que se seguiu às primeiras horas após a divulgação da ordem executiva da Casa Branca, foi desfeita pelo governo americano por volta das 20h40.

Antes, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), havia divulgado em nota que a questão requeria uma análise para entender o alcance da decisão. “O Cecafé está em contato com seus pares americanos, neste momento, para analisar, cuidadosamente, a situação e termos noção do real cenário que se apresenta”, informou no comunicado, na noite desta sexta-feira.



Ordem executiva foi assinada por Trump nesta sexta-feira, 14 Foto: AP Photo/Luis M. Alvarez)

A entrada em vigor da modificação das tarifas, com a retirada da sobretaxa de 10%, tem efeito retroativo para 13 de novembro, segundo documento publicado pela Casa Branca nesta sexta-feira. De acordo com a publicação, carne bovina de alta qualidade e café estão entre as isenções das tarifas básicas.

O documento ainda mostra que a medida abrange as exportações de castanhas-do-pará, caju, coco, laranja, tomate, banana e outras frutas tropicais.

Trump havia assinado em 2 de abril uma ordem executiva que modificava substancialmente a política comercial americana, ao impor uma tarifa mínima de 10%, já que o déficit comercial constituía, em sua opinião, “uma ameaça incomum e extraordinária para a segurança nacional e a economia dos Estados Unidos”, lembra o comunicado da Casa Branca. A essa tarifa mínima foram adicionados suplementos, dependendo dos países e produtos.

O Tesouro americano começou a arrecadar receitas mensais substanciais, mas a inflação foi afetada ao mesmo tempo por esses direitos aduaneiros. Após uma primeira revisão em 5 de setembro, Trump considera agora que “a demanda interna atual por certos produtos e a capacidade interna para produzir certos produtos” obriga a reduzir novamente as tarifas. O custo de vida é citado pelos americanos como uma de suas principais preocupações em pesquisas públicas.

Pressão dos consumidores americanos contribuiu

A medida faz parte de uma resposta à pressão dos consumidores que reclamam dos preços muito altos.

A ação ocorre depois que eleitores em eleições fora do período eleitoral, no início deste mês, citaram preocupações econômicas como sua principal questão, resultando em grandes vitórias para os democratas em disputas na Virgínia e em Nova Jersey.

Trump assinou a ordem executiva após anunciar que os EUA haviam chegado a acordos com Equador, Guatemala, El Salvador e Argentina, destinados a reduzir as tarifas de importação sobre produtos agrícolas produzidos nesses países. Trump sugeriu no início desta semana que reduziria as tarifas sobre o café para ajudar a aumentar sua importação.

Os preços recordes da carne bovina têm sido uma preocupação particular, e Trump afirmou que pretendia tomar medidas para tentar reduzi-los. As tarifas de Trump sobre o Brasil, um dos principais exportadores de carne bovina, têm sido um fator.

Como fica a negociação dos 40% sobre o Brasil?

Na quinta-feira, 13, após se reunir com o secretário de Estado dos EUA para discutir as tarifas a produtos brasileiros, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que "Marco Rubio e os EUA demonstraram interesse em boa relação com o Brasil".

No encontro, em Washington, o terceiro entre ambos em meio à guerra comercial, Rubio prometeu uma resposta à proposta do Brasil entre "amanhã (sexta-feira, 14) e semana que vem". O Brasil solicitou aos americanos uma pausa temporária nas tarifas em um acordo provisório para que, então, seja iniciada uma discussão específica em cada setor. /Com Leandro Silveira, AFP e AP

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 14/11/2025

OPINIÃO - HADDAD DÁ SINAIS DE QUE DEIXARÁ O CARGO, E REEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS FICARÁ PARA SUCESSOR

Ministro da Fazenda evitou crise de confiança na economia, mas gradualismo do ajuste fiscal deixou tarefa incompleta

Por Alvaro Gribel

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deu vários sinais de que deixará a pasta em abril do ano que vem. Isso ficou telegrafado na entrevista concedida ao Estadão nesta quinta-feira. Haddad está mais à vontade nesta reta final no cargo, a ponto de dizer que já entregou a Lula tudo que ele encomendou, trocar afagos com o Partido dos Trabalhadores (PT) e cobrar elogios em ata do Banco Central sobre a sua política fiscal.

O futuro do ministro, contudo, permanece em aberto. Haddad poderia cumprir a missão de Lula de concorrer a uma vaga no Senado ou ao governo de São Paulo. Teria um papel estratégico do ponto de vista nacional, fortalecendo o palanque do presidente no maior colégio eleitoral no País, mas estaria sob o risco de sofrer uma nova derrota nas urnas, depois de já ter sido derrotado nos pleitos de 2018 (para a Presidência) e 2022 (para o governo do Estado).



De um lado, Haddad reconhece que a política fiscal ainda precisa de ajustes. Mas, de outro, não consegue dar um indicativo de como resolver o problema, Foto: Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda

Haddad também poderia coordenar a campanha de Lula ou o programa de governo, como já sugeriu o próprio ministro. O seu caminho pessoal preferido seria um tempo de respiro da política, voltando ao meio acadêmico em alguma universidade fora do Brasil. Mas esse é o cenário menos provável, porque implicaria recusar um convite de Lula. E

Lula tem em Haddad um de seus quadros mais próximos, a ponto de poder indicá-lo sucessor em caso de vitória no ano que vem.

Na Fazenda, o caminho mais natural seria a efetivação do secretário executivo do ministério, Dario Durigan - uma pessoa não só de confiança de Haddad, mas que evitaria uma guinada brusca de direção no que seria um mandato “tampão” até dezembro. Haddad também poderia continuar exercendo influência sobre a política econômica, mesmo que longe do ministério.

A grande incógnita - e o maior risco - é o que seria a política econômica de um eventual governo Lula 4. Difícil imaginar um cenário em que Durigan seja efetivado no cargo, a menos que Haddad ganhe um posto como a Casa Civil e, na prática, acumule funções, já pensando nas eleições de 2030.

De um lado, Haddad reconhece que a política fiscal ainda precisa de ajustes. Mas, de outro, não consegue dar um indicativo de como resolver o problema, já que todas as saídas implicam forte desgaste político e vão de encontro ao que pensam Lula e o Partido dos Trabalhadores.

Como vem mostrando a série de entrevistas do Estadão sobre as contas públicas em 2027, é consenso entre analistas - mais à direita e mais à esquerda - que o arcabouço fiscal irá implodir no próximo mandato se o ajuste fiscal não ganhar velocidade.

Haddad evitou uma crise de desconfiança em um governo do PT na economia e pode ter entregado a Lula tudo o que lhe foi encomendado. Mas deixará para o sucessor a tarefa de reequilibrar as contas públicas.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 14/11/2025

BANCOS E NOVONOR JÁ TÊM CONSENSO PARA FECHAR ACORDO POR CONTROLE DA BRASKEM

Antiga Odebrecht deverá manter um fatia de 4% no capital total da petroquímica

Por Cynthia Decloedt (Broadcast) e Talita Nascimento (Broadcast)



Cinco anos de tentativas de venda acabaram pesando na Braskem Foto: Joa Souza/Adobe Stock

A Novonor, antiga Odebrecht, e seus bancos credores já chegaram a um consenso em pontos relevantes para selar um acordo que resultará na entrega do controle da Braskem para a gestora IG4 Capital. A formalização textual do acordo deve ser feita até a próxima semana, apurou a Coluna. A gestora foi contratada por Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para alocar as ações de controle da Braskem

em um fundo e ser responsável, ao lado da Petrobras, pela gestão da petroquímica.

Entre os pontos de consenso está uma fatia de cerca de 4% que a Novonor manterá no capital total da Braskem ao final da transação. Fontes disseram que ainda há questões pendentes, entre as quais relacionadas à estrutura jurídica de transferência das ações para a IG4. No entanto, a Novonor já concordou com as questões principais.

Ambos os lados discutem desde agosto a transferência das ações da Braskem para os cinco bancos, que têm a participação de controle como garantia de empréstimos tomados pela então Odebrecht, antes de a empresa entrar em recuperação judicial em 2020. Os bancos credores, que ao longo desses cinco anos tiveram uma participação passiva nas várias tentativas de venda da fatia de

50,1% das ações ordinárias e 38,3% do capital total da Braskem pela Novonor, decidiram este ano assumir a dianteira do processo.

Dívidas dos credores somam R\$ 19 bilhões

As instituições vinham indicando que se não houvesse uma transferência “amigável” dessa garantia, iriam executá-la como têm direito. As ações da Braskem garantem dívidas que já somam R\$ 19 bilhões, considerando juros que foram sendo acumulados.

Esses últimos cinco anos de tentativas de venda acabaram pesando na própria Braskem, que na expectativa de um novo controlador fez poucos investimentos transformacionais. Além disso, vem lidando com alta alavancagem financeira e incertezas em relação ao incidente geológico em suas operações de sal-gema, em Maceió, além de uma crise global sem precedentes nos preços dos petroquímicos.

O evento de Maceió, central na avaliação de interessados na fatia da Novonor na empresa petroquímica, sempre foi visto como um fator de grande incerteza para as contas da companhia e, portanto, ajudou a desmobilizar potenciais compradores. Nesta semana, um acordo com o Estado de Alagoas acrescentou previsibilidade para o assunto, com pagamento mais a longo prazo. Isso, na visão de uma fonte ligada à companhia, ajudou o desenrolar da conversa entre a Novonor e seus bancos credores.

Companhia contratou consultorias

Em setembro, a Braskem contratou o Lazard como assessor financeiro e os escritórios E.Munhoz e o Cleary Gottlieb, como jurídicos, para encontrar alternativas à empresa. O inesperado movimento chamou a atenção e já colocou o mercado em alerta e à espera de uma reestruturação. A dívida líquida ajustada da companhia somava, no segundo trimestre de 2025, US\$ 6,8 bilhões, com alavancagem de 10,59 vezes (dívida líquida/Ebitda recorrente).

A companhia sacou recentemente uma linha de crédito rotativo internacional no valor de US\$ 1 bilhão e que tem prazo de 1 ano. Segundo fontes, tais assessores serão mantidos e trabalharão ao lado da IG4.

Fonte: *O Estado de São Paulo SP*

Data: 14/11/2025

COM R\$ 15 MILHÕES DE INVESTIMENTOS PARA 2025 E 2026, OCYAN AVANÇA SOB NOVA GESTÃO

Aportes serão realizados na área de Manutenção e Serviços Offshore, criada há 25 anos

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)



Novonor, antiga Odebrecht, saiu do controle da Ocyan; empresa foi comprada pelo fundo EIG e pela Lake Capital Foto: Divulgação/Odebrecht Óleo e Gás

No cargo de CEO da Ocyan, antiga Odebrecht Óleo e Gás, há pouco mais de sete meses, Rodrigo Lemos comemora o cumprimento de metas de curto prazo: ganho de eficiência, ampliação do mix de receitas e sinergias. Com R\$ 15 milhões de investimentos destravados entre o fim de 2025 e ao longo de 2026 para a área de Manutenção e Serviços Offshore (MSO), o

berço da companhia permanece estratégico, mas há oportunidades além a serem capturadas, diz o executivo.

Em abril, a Ocyan substituiu Luiz Reis por Rodrigo Lemos, na época vice-presidente executivo de Subsea e Produção Offshore. A mudança se deu após reestruturações significativas: o spin-off da perfuração, criando a Foresea, e a transição para um novo controlador em 2024, após a saída da Novonor, o que demandou ajustes na empresa. “Readequamos a estrutura, principalmente a área corporativa, ao novo porte”, explica Lemos em entrevista à Coluna.

Lemos aponta ao menos três áreas de oportunidades para a prestadora de serviços para o setor de petróleo e gás natural: investimento contínuo em campos do pré-sal, manutenção dos campos maduros e adaptação à nova malha de gás. Elevar a produtividade da área de MSO, criada há 25 anos, para serviços de recuperação de instalações, era um dos objetivos imediatos do gestor. “Existe demanda e nem todas as empresas estão preparadas. Em Macaé (RJ), estamos produzindo manifolds e treinando pessoal”, diz Lemos, que ali iniciou a carreira, tal como o pai, técnico na mesma instalação.

O setor concentra a maior parte (70%) dos 2.900 funcionários. A empresa tem em seu histórico a fabricação e montagem de 12 mil toneladas montadas a bordo.

Redução de dependência da Petrobras

Outro objetivo era reduzir a dependência de contratos com a Petrobras. Após um 2024 em que a empresa encerrou acordos complexos, inclusive com a estatal, a MSO obteve novos contratos com Valaris e Seadrill. A Ocyan também firmou consórcio com a Mota-Engil e joint venture com a Altera, além de fechar um aditivo no contrato com a SBM Offshore.

“A MSO é um desafio, com margens limitadas e intensiva em mão de obra. Os novos contratos são cruciais para diversificarmos as receitas”, diz Lemos. Ele comenta que a governança da empresa combina uma visão de longo prazo com crescimento disciplinado. “Não adianta crescer sem entregar os resultados acordados com os acionistas. Somos bastante cautelosos”, afirma.

Dentro desse conceito, na produção offshore, a transição do FPSO Cidade de Itajaí, localizado no campo de Baúna, na Bacia de Santos, adquirido pela Karoon, tem sido satisfatória. O desafio de manter as equipes alinhadas se soma à necessidade da manutenção da operação no campo de Papa-Terra, na Bacia de Campos, além da eficiência do FPSO Pioneiro de Libra, maior ativo e fonte de receita, com contrato válido até 2029.

Já no setor subsea, o foco foi alcançar os marcos da revitalização da malha de gás da Bacia de Campos, via o consórcio Ocyan & Mota-Engil, e preparar a instalação dos equipamentos offshore, prevista para 2026. Esta é uma etapa crítica do projeto. Lemos destaca o progresso na segurança operacional. “Nossos números este ano estão muito melhores, mas é um esforço contínuo.”

Governança

Lemos assume a liderança da companhia 10 anos após a Operação Lava Jato, voltada ao combate à corrupção no setor. Mesmo sem envolvimento direto, a antiga Odebrecht Óleo e Gás também sofreu os efeitos. Um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostrou que de 2014 a 2017 o segmento de extração de petróleo e gás, incluindo os setores de apoio, perderam R\$ 29,2 bilhões em receitas.

O episódio impulsionou questões de conformidade, observa Lemos. “Espero que esses controles persistam. Para nós, é a única forma de operar”, afirma.

Em 2023, o fundo EIG e a Lake Capital adquiriram 100% da Ocyan da Novonor. “O negócio confirma que nossa tese de serviços em óleo e gás era sólida. Fora da Novonor, nosso acesso a financiamento melhorou”, analisa.

Futuro

A Ocyan apostava no descomissionamento submarino, projetando demanda das petroleiras independentes, além da expectativa de a Petrobras ter ao menos dois projetos de EPRD (Engenharia, Preparação, Remoção e Disposição) por ano.

Na inovação, o uso de hidrogênio em motores de navios, com ganhos de eficiência e redução de emissões, avança para a segunda fase em parceria com Protium Dynamics e Shell. O projeto, viabilizado pela cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), já despertou o interesse da Petrobras e tem um Memorando de Entendimento (MoU) com a Sidrill para testes, segundo Lemos.

Paralelamente, avança o projeto ROBIN, robô de intervenção leve em poços, em parceria com o Senai Cimatec. A segunda etapa terá 20 meses de duração e envolve R\$ 22 milhões de investimentos da Petrobras. "Estes projetos, junto à Nexio, nossa plataforma de soluções integradas que completou um ano, reforçam a busca por maior eficiência e inovação no setor."

Fonte: *O Estado de São Paulo SP*

Data: 14/11/2025

PORTO DO AÇU: PRUMO LOGÍSTICA VENDE PARTICIPAÇÃO EM TERMINAL

Empresa informou nesta sexta-feira, 14, a venda de sua participação societária na FP NewCo, detentora indireta de 50% da Ferroport (joint venture com a Anglo American)

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)

A Prumo Logística informou, por meio de nota, nesta sexta-feira, 14, a venda de sua participação societária na FP NewCo, detentora indireta de 50% da Ferroport (joint venture com a Anglo American), responsável pela operação do terminal de minério de ferro no Porto do Açu.



Empresa diz que a venda está em linha com a estratégia de simplificar a estrutura societária Foto: Leonardo Berenger/Divulgação

"Para esta operação, fomos informados que a 3Point2, plataforma privada de investimentos, obteve apoio financeiro junto ao banco BTG Pactual. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes", diz a empresa por meio de nota, em que não destrina o valor da transação.

A empresa diz ainda que a operação está em linha com a estratégia da Prumo de simplificar a sua estrutura societária, otimizar sua estrutura de capital e trazer "players (operadores) estratégicos" para o desenvolvimento de negócios no Porto do Açu.

Fonte: *O Estado de São Paulo SP*

Data: 14/11/2025

MEGATERMINAL DE CONTÊINERES: LICITAÇÃO DO TECON SANTOS 10 VAI AO CRIVO DO COLEGIADO DO TCU NO DIA 18

Novo terminal em Santos, com investimento previsto de R\$ 6 bi, atrai interesse estrangeiro; Antaq defende modelagem de leilão em duas etapas contestada por grupos que já operam no porto

Por Ivo Ribeiro

A poucos dias da aprovação do parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a modelagem de licitação do megaterminal de contêineres Tecon Santos 10, previsto para ser construído em uma

área do Porto de Santos, cresce o número de interessados em operar o empreendimento. O grupo alemão Eurogate acaba de informar ao governo interesse em disputar a concessão, cujo edital com os critérios do leilão deve ser lançado dentro de um mês.

A data do leilão do novo terminal, que será o maior da América Latina, é aguardada para até meados de janeiro, segundo pessoas que acompanham o assunto no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

O TCU pautou reunião extraordinária para discutir e definir o modelo de venda do Tecon Santos 10 para a próxima terça-feira, dia 18, na parte da tarde. A Corte, presidida atualmente por Vital do Rego, nomeado um ano atrás, é formada por nove ministros. O parecer final do TCU deverá ser seguido pelo MPor, segundo uma pessoa próxima do ministro Silvio Costa.

O CEO do Grupo Eurogate, Tom Eckelmann, esteve nesta semana em Brasília, onde se reuniu na quarta-feira, 12, com Silvio Costa, ministro do MPor, e no dia seguinte com Geraldo Alckmin, vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para reafirmar o interesse na licitação do Tecon Santos 10, de acordo com informações de interlocutores do MPor entrevistados pelo Estadão. Eckelmann estava acompanhado do empresário Guilherme Quintella, da EDLP, e, durante sua estadia no País, sobrevoou o porto santista.



Vista do canal do Porto de Santos, onde será instalado na marginal direita o megaterminal de contêineres Santos Tecon 10 Foto: Felipe Rau/Estadão

O Eurogate já é sócio há 12 anos do banco BTG Pactual e da EDLP na empresa Contrail, uma das maiores movimentadoras de contêineres do País, operando principalmente na rota São Paulo-Santos. O grupo é o maior operador portuário independente (não ligado a um armador) de contêineres da Europa, movimentando 12 milhões de unidades por ano.

A título de comparação, toda a movimentação de contêineres no Brasil soma anualmente 10 milhões de TEUs. E os três terminais que já operam no Porto de Santos respondem por cerca da metade desse volume. Sediado em Hamburgo, na Alemanha, o Eurogate tem mais de 150 anos de existência, controlado pela mesma família, e opera em outros países, como Itália e Egito.

O interesse do Eurogate vem se juntar ao de outros grupos desse negócio, que cresce ao ritmo de dois dígitos por no País. É o caso das gigantes A.P. Moller-Maersk (dinamarquesa), MSC (italiano), CMA-CMG (francês), DPW World (de Dubai), ICTSI (filipino), PSA, de Singapura e Cosco Group (chinês), entre outros estrangeiros. Do Brasil, há o JBS Terminais (com operação em Itajaí-SC), controlado pela produtora de proteína animal JBS, que pertence ao grupo da família Batista.

Divergências sobre a modelagem

A expectativa é de que a disputa gere uma outorga da ordem de R\$ 5 bilhões para os cofres da União. Segundo especialistas na área de infraestrutura, o valor vai depender da modelagem e do acirramento da competição.

Pelas regras defendidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), de licitação em duas etapas, os atuais operadores no porto ficariam de fora do primeiro leilão, o que, para esses grupos e especialistas, poderia enfraquecer o ímpeto das ofertas no certame.

Os atuais grupos que operam no porto santista são Maersk e MSC — que têm uma joint venture no Brasil Terminal Portuário (BTP) —, CMA CGM, que comprou no ano passado o Santos Brasil, e o DPW, que tem perfil multipropósito: além de contêiner, opera uma área para embarques de celulose.



Local selecionado para construção do novo terminal portuário em Santos, litoral de São Paulo, com 622 mil metros quadrados Foto: Fábio Vieira/Estadão

A Maersk foi à Justiça contestar a modelagem proposta pela Antaq, em que poderia participar somente na segunda etapa, caso não houvesse interessado na primeira fase em razão das regras do edital. A primeira contestação do maior grupo armador do mundo se deu em julho com um mandado de segurança cível contra a Antaq, questionando as regras propostas da agência. Sem sucesso. De lá para cá fez novas tentativas judiciais.

A Antaq alega que visa promover e ampliar a concorrência no complexo portuário de Santos, definindo restrições à participação no leilão dos atuais incumbentes. Diz que concentrações de mercado devem ser evitadas.

Caso não haja propostas válidas na primeira fase do certame, afirma, operadores já atuantes no mercado de contêineres em Santos poderão participar, mas com o compromisso de saírem das participações atuais.

Investimento de até R\$ 6 bilhões

O novo terminal, cujo projeto de construção se arrasta há quase uma década, será instalado na área conhecida como Saboó, na margem direita do canal do Porto de Santos, e tem investimento previsto na faixa de R\$ 6 bilhões, além de uma outorga à União, estimada de R\$ 5 bilhões.

Com capacidade desenhada para movimentar 3,5 milhões de TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés), o terminal tem cais previsto de 1,5 mil metros de extensão, podendo receber quatro grandes embarcações ao mesmo tempo. A área destinada ao projeto é de 622 mil metros quadrados.

São previstas quatro fases de instalação do terminal, até atingir a plena capacidade em 2034. A primeira estaria pronta já em 2027, aproveitando instalações já existentes, com 300 mil TEUs. O prazo da concessão é de 25 anos, podendo ser renovado até duas vezes, conforme proposta da Antaq, que conduz o processo de licitação.

É a segunda tentativa de leilão do Tecon Santos 10, antes conhecido como STS-10, cujo arrendamento foi alvo de diversos questionamentos desde que começou a ser desenvolvido em 2019. Em 2023, o terminal teve o leilão suspenso pelo atual governo federal, que decidiu estabelecer novos critérios de licitação para a obra.

“O novo terminal é um projeto relevante, de grande importância para o porto de Santos, que já está extremamente ocupado e operando acima de 90% da sua capacidade de movimentação de contêineres”, afirmou, em entrevista recente ao Estadão, o sócio da A&M Infra e especialista em transporte, portos e aeroportos, Alfonso Galhardo. “Para o curto e o médio prazos, não há outra solução que gere respiro na oferta e demanda de contêineres no País. Esse terminal já deveria estar pronto e em operação”, destacou.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 14/11/2025

Valor ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

COSAN REVERTE LUCRO E SOMA PREJUÍZO DE R\$ 1,18 BI NO TERCEIRO TRIMESTRE

Essa piora é explicada pela menor contribuição de equivalência patrimonial, referente ao desempenho dos negócios, além do impacto negativo do resultado financeiro da companhia

Por Victor Meneses, Valor — São Paulo



Cosa — Foto: Divulgação

A Cosan, holding da Rumo, Compass, Raízen e Moove, apresentou um prejuízo líquido de R\$ 1,18 bilhão no terceiro trimestre, revertendo o lucro de R\$ 292,9 milhões apresentado um ano antes. Essa piora é explicada pela menor contribuição de equivalência patrimonial, referente ao desempenho dos negócios, além do impacto negativo do resultado financeiro da companhia.

A Cosan Corporativo apresentou, no terceiro trimestre de 2025, equivalência patrimonial negativa de R\$ 482 milhões. A redução de R\$ 1,4 bilhão,

quando comparado com o mesmo período de 2024, é explicada principalmente, pela menor contribuição do segmento EAB (etanol, açúcar e bioenergia) na Raízen, devido à redução dos volumes vendidos de etanol e açúcar, além do efeito do impairment (baixa contábil) dos ativos que foram reclassificados para disponíveis para venda e efeito da saída da participação acionária da Vale, explica a companhia em comunicado que acompanhou o balanço.

No consolidado, o resultado de equivalência patrimonial ficou negativo em R\$ 965 milhões, revertendo o resultado positivo de R\$ 506,9 milhões um ano antes.

O resultado financeiro líquido consolidado da Cosan representou uma despesa de R\$ 2,18 bilhões, piora anual de 54%. Já considerando apenas a Cosan Corporativo, as despesas financeiras líquidas foram de R\$ 858 milhões, R\$ 337 milhões superior ao reportado no terceiro trimestre de 2024, refletindo a queda do dólar e a elevação da curva futura de juros, impactando a marcação a mercado nos derivativos, além do menor efeito de juros dos bonds.

Entre julho e setembro, a receita líquida consolidada da companhia totalizou R\$ 10,66 bilhões, queda de 8% em um ano. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) sob gestão da Cosan foi de R\$ 7,44 bilhões no trimestre, redução de 11% na base anual.

Ao final de setembro, dívida líquida da Cosan Corporativo chegou a R\$ 18,2 bilhões, piora de 4% frente a dívida do final de junho.

Fonte: *Valor Econômico SP*

Data: 14/11/2025

TECON SANTOS 10: ESPECIALISTAS DEFENDEM LEILÃO EM DUAS FASES PARA AUMENTAR COMPETITIVIDADE DO MAIOR PORTO DA AMÉRICA LATINA

Com restrições para incumbentes na primeira etapa, proposta tem como objetivo reduzir concentração operacional e melhorar eficiência de fretes e cadeias logísticas

Por ICTSI



Leilão bifásico é visto como uma solução estrutural para manter o Brasil aberto a novas rotas globais de maneira competitiva, evitando o controle de grupos específicos sobre a cadeia logística — Foto: Getty Images

Um dos principais marcos do cenário brasileiro de infraestrutura, o leilão do megaterminal de contêineres Tecon Santos 10 tem levantado importantes discussões sobre os modelos de outorga aplicados no país. Com mais de R\$ 6 bilhões de investimentos previstos em sua fase inicial, o projeto deverá ampliar a capacidade do maior porto da América Latina em até 50% nos próximos anos.

A concretização desse potencial depende, contudo, de um modelo regulatório que privilegie a competitividade e a eficiência de longo prazo. De acordo com um levantamento elaborado pela LCA Consultoria Econômica, a realização do certame em fase única resultaria no aumento de capacity share de 40% para 58% entre os dois maiores grupos econômicos atuantes no Porto de Santos.

Para mitigar os riscos de concentração, órgãos como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) defendem a licitação em duas etapas, restringindo, na primeira fase, a participação dos incumbentes, que atualmente controlam mais de 75% das movimentações no Porto de Santos e 60% do mercado nacional de terminais de contêineres.

O formato proposto está alinhado à política de desenvolvimento definida pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), que estabelece a prestação de serviços públicos e a contribuição para o crescimento econômico como diretrizes prioritárias de iniciativas de concessão, facilitando a atuação de entrantes no setor a partir de um panorama homogêneo de oportunidades.

“Os critérios de leilões devem ser norteados por decisões técnicas e que visem ao fortalecimento de grandes cadeias de negócio. Sob a perspectiva do interesse público, faz mais sentido trabalhar com valores de outorga menores do que arcar com possíveis riscos de condutas coordenadas resultantes da concentração de mercado”, afirma Gesner Oliveira, professor da FGV e ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Apoiado por análises e pareceres de alguns dos mais respeitados juristas, pesquisadores e consultores do país, o posicionamento da ANTAQ também é defendido por organizações como a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Com 29 federações e 191 mil empresas associadas, a entidade protocolou recentemente uma manifestação no Tribunal de Contas da União (TCU) reforçando o apoio integral à realização do leilão em duas fases.

Além de equalizar a concorrência no setor, o incentivo a novos entrantes tende a resultar na melhoria de tarifas e serviços, como explica Augusto Wagner Padilha Martins, consultor em planejamento estratégico e logística portuária. “A formação de cenários oligopolistas gera inúmeras barreiras para combater ineficiências e negociar valores de fretes. Limitar a operação do maior porto do país a um pequeno grupo de controladores certamente resultará na redução do poder de barganha e, consequentemente, no aumento do Custo Brasil”, diz.

Diante desse contexto, o modelo bifásico surge como uma solução estrutural para manter o Brasil aberto a novas rotas globais e fortalecer a integração do país às cadeias internacionais de valor. Um posicionamento, que, na visão de Oliveira, é parte fundamental da construção de uma política assertiva de desenvolvimento da economia nacional.

“A realização de leilões como o do Tecon Santos 10 faz parte de um planejamento de infraestrutura orientado pela captação de investimentos aplicados à eficiência de prestação dos serviços. Em vez

de apoiar empresas a comprarem poder de mercado, o foco deve estar na geração de valor para a economia e para a população brasileira”, conclui.

Fonte: Valor Econômico SP

Data: 14/11/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

P-79 DEIXA ESTALEIRO SUL-COREANO RUMO AO BRASIL

Da Redação Indústria naval 14/11/2025 - 20:44



O navio-plataforma P-79, que tem capacidade para produzir por dia 180 mil barris de óleo e comprimir 7,2 milhões de metros cúbicos de gás, está sendo rebocando em direção ao Brasil para ser incorporado à estrutura de exploração da empresa no Campo de Búzios, na Bacia de Campos, onde chegará em fevereiro de 2026. Ele foi finalizado no estaleiro Hanwha Ocean, na cidade de Geoje-Si na Coreia do Sul, de onde saiu na terça-feira (11).

Ele está sendo trazido com a tripulação a bordo, o que contribui para agilizar o início da produção. A diretora de

Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi, explicou que foi a estratégia usada com a P-78 e que se mostrou bem-sucedida ao reduzir o tempo de início da produção. “Nossa expectativa é que consigamos antecipar o primeiro óleo em dois meses”, informou.

O início de produção da plataforma está previsto para agosto e elevará em cerca de 15,6% a atual capacidade instalada do campo de Búzios, para aproximadamente 1,3 milhão de barris/dia. Ela vai operar em águas ultraprofundas, de até 2.100 metros de profundidade, em 14 poços, sendo oito produtores e seis injetores WAG (tecnologia de injeção alternada de óleo e gás).

A construção do casco aconteceu na Hanwha Ocean, em Geoje-Si, Coréia do Sul,. No mesmo estaleiro, foram feitos a integração e o comissionamento dos módulos de topside, construídos na China, no Brasil, na Coréia do Sul e na Indonésia.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 14/11/2025

DELEGAÇÃO CHINESA VISITA INSTALAÇÕES E CENTRO DE CONTROLE DO PORTO DO RIO

Da Redação Portos e logística 14/11/2025 - 20:31



O Porto do Rio de Janeiro recebeu, na última segunda-feira (10), uma delegação de representantes da cidade chinesa de Wuhan, capital da província de Hubei, responsáveis pela operação do Porto de Yangtze, que fica na mais extensa hidrovia da China e desempenha papel fundamental no transporte de cargas do país. A visita teve como objetivo apresentar aos chineses a infraestrutura do terminal carioca e informar sobre as rotas logísticas de comércio exterior e o modelo de gestão operacional adotado pela PortosRio, que administra o terminal carioca.

Os membros da comitiva percorreram áreas do porto e foram ao Centro de Controle Operacional (CCO), onde conheceram os sistemas e as tecnologias usados para o monitoramento e controle do

tráfego aquaviário. A PortosRio explicou que a visita abriu perspectivas de cooperação técnica e comercial com o porto chinês e de compartilhamento de boas práticas. A autoridade portuária lembrou que a China é o maior parceiro comercial do Brasil e um dos principais fornecedores de equipamentos portuários ao mercado nacional.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 14/11/2025

IDA VAI AVALIAR PRÁTICAS AMBIENTAIS DE EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Da Redação Navegação 14/11/2025 - 20:08



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Infra S.A. lançaram, na última quarta-feira (12), em Belém (PA), durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30), o Índice de Desempenho Ambiental da Navegação (IDA-Navegação). O objetivo é avaliar desempenhos e incentivar boas práticas por empresas e embarcações que atuam na navegação interior e costeira.

O índice foi desenvolvido pelo MPor, com apoio técnico da Infra, e visa medir o nível de sustentabilidade do setor para adotar medidas que levem a mais eficiência energética, redução de emissões e proteção dos ecossistemas aquáticos. Ele gera diagnósticos que serão bases para políticas públicas e para programas de inovação e de uso de tecnologias limpas, reafirmando compromissos climáticos nacionais e internacionais e com a transparência e a padronização de práticas ESG na navegação.

Segundo o ministério, o índice integra parâmetros técnicos, operacionais e ambientais à gestão sustentável e alinha o Brasil às metas de redução de emissões estabelecidos pela Organização Marítima Internacional (IMO). A diretora de sustentabilidade do MPor, Larissa Amorim, explicou que o objetivo é ampliar o potencial sustentável da logística aquaviária brasileira.

O IDA-Navegação utilizará 39 indicadores, distribuídos em quatro dimensões principais, com peso específico e formas de comprovação, permitindo a avaliação técnica das empresas de navegação. Cada companhia receberá pontuação que a classificará em faixas de desempenho, e os resultados serão registrados e publicados, servindo como parâmetros de transparência e de padronização de práticas ESG.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 14/11/2025

PORTOS PÚBLICOS DO NORDESTE MOVIMENTARAM 65 MILHÕES DE TONELADAS EM 9 MESES

Da Redação Portos e logística 14/11/2025 - 20:09



Os portos públicos da região Nordeste movimentaram 65,1 milhões de toneladas de janeiro a setembro de 2025, segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O resultado foi puxado pelo aumento de 3,6% no movimento de granéis sólidos e de 2,3% das cargas em contêineres, em comparação com o mesmo período do ano passado.

No caso específico da soja, com 13,9 milhões de toneladas, a alta em relação a 2024 foi de 11%. O produto foi o mais movimentado da região e contribuiu para o desempenho do Porto de Itaqui, no Maranhão,

que movimentou em nove meses 28,3 milhões de toneladas, cresceu 8,73% e foi o de maior movimentação do Nordeste.

No período, o complexo de Suape (PE) registrou queda do volume total movimentado, por causa da redução no granel líquido. Mas o terminal pernambucano manteve a liderança na região na movimentação de contêineres, atingindo 5,5 milhões de toneladas. Já os portos de Salvador e Aratu, na Bahia, e Fortaleza, no Ceará, registraram, respectivamente, volumes de 4,6 milhões de toneladas, 4,5 milhões de toneladas e 3,6 milhões de toneladas de cargas movimentadas.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 14/11/2025

TECON SANTOS MOVIMENTA MAIS DE 243 MIL TEUS EM OUTUBRO

Da Redação Portos e logística 14/11/2025 - 17:17



A Santos Brasil, empresa que opera o terminal de contêineres Tecon Santos no complexo portuário de Santos, informou nesta sexta-feira (14) que registrou em outubro sua maior movimentação: 243.860 TEUs. A empresa prevê encerrar o ano de 2025 com capacidade de movimentar 2,7 milhões de TEUs e ampliá-la para três milhões de TEUs no ano que vem.

Segundo a companhia, a ampliação da capacidade de movimentação é resultado do programa de investimentos iniciado em 2019 e que prevê aportes de R\$ 2,6 bilhões até 2031. Do total, informou a Santos Brasil, mais de R\$ 1,6 bilhão já foi investido em obras de modernização do terminal.

O diretor de operações de terminais portuários da companhia, Bruno Stupello, disse que ela aposta na estratégia de ampliação da oferta de capacidade e de modernização para aumento da produtividade, investindo em equipamentos e na otimização dos fluxos operacionais. Além disso, explicou que emprega tecnologias de descarbonização para atingir a meta definida em seu Plano de Transição Climática, que é ser 'net zero' até 2040.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 14/11/2025

NORCOAST TRANSFERE OPERAÇÕES EM SANTOS PARA TERMINAL DA DP WORLD

Por Danilo Oliveira Portos e logística 14/11/2025 - 16:18



Empresa, que completou dois anos de operação em outubro, avalia que expectativas depositadas na cabotagem vêm se cumprindo e acredita que modal continuará crescendo no Brasil nos próximos anos

A Norcoast informou que, a partir desta sexta-feira (14), está operando no Porto de Santos a partir do terminal da DP World. A primeira embarcação da empresa a aportar nas instalações foi o NC BReda. A empresa de cabotagem, joint venture entre a Norsul e a alemã Hapag-Lloyd, justificou o uso do terminal privado dizendo que ele faz parte de estratégia de longo prazo

em busca de ganho de eficiência. Anteriormente, a companhia utilizava o Tecon Santos, operado pela Santos Brasil.

O diretor de operações da Norcoast, Stephano Galvão, disse que a mudança não afetará as operações domésticas da companhia e trará ganhos logísticos em toda a cadeia de transporte de

mercadorias, com serviços de porta a porta. "Esperamos mais economia e maior eficiência no transporte terrestre", afirmou em nota. Além de Santos, a empresa atua em outros cinco portos da costa brasileira: Paranaguá (PR), Itajaí (SC), Suape (PE), Pecém (CE) e Manaus (AM).

A empresa de navegação explicou que o terminal da DP World atende tanto a carga doméstica quanto armadores estrangeiros com demanda para outros portos. A partir dele, a meta é ampliar a carteira de clientes ao expandir as opções de conexão para cargas de cabotagem e feeder. A Norcoast ressaltou que a empresa portuária renovou contrato com a Hapag-Lloyd, armadora de longo curso, que estabelece a continuidade das operações de movimentação de contêineres pelos próximos 10 anos.

Otimismo

A Norcoast acredita que a cabotagem continuará crescendo no Brasil nos próximos anos. A empresa enxerga, além do mercado doméstico, o crescimento dos serviços feeder a taxas bastante agressivas nos últimos anos. A empresa, que completou dois anos de operação em outubro, avalia que as expectativas depositadas na atividade vêm se cumprindo. Nesse período, somando cargas do mercado doméstico e do feeder, a empresa superou a marca de 200.000 TEUs movimentados.

"Nossa companhia vem se mostrando alternativa viável e competitiva para nossos clientes. A carteira da Norcoast deve beirar os 500 clientes correntes, cerca de 450 nos acompanham desde o início da operação", destacou o CEO da Norcoast, Fabiano Lorenzi, à Portos e Navios. A frota atualmente é composta por quatro navios similares, com capacidade de transporte de 3.500 TEUs cada.

O executivo destacou à reportagem que a empresa está em período de aceleração, calcado no planejamento de longo prazo. Lorenzi considera que a Norcoast encarou o desafio de se estabelecer num mercado bastante competitivo, mas crescente, o que ocorreu num momento adequado para o início das operações.

Ele avalia que o setor vem passando por avanços regulatórios que dão mais segurança para investimentos, ao passo que o país ainda carece de infraestrutura portuária de maior capacidade, o que pode em breve se tornar um gargalo para a expansão do modal. "Não adianta aumentar em grandes proporções a quantidade de navios rodando na costa brasileira se não houver capacidade de carregar ou descarregar esses navios nos portos brasileiros. E, hoje, eles já estão praticamente no limite da sua capacidade", comentou Lorenzi.

Ele observa que a cabotagem hoje atende um universo de 4.000 clientes, entre embarcadores e recebedores, passando por diferentes segmentos da indústria. O CEO da Norcoast também percebe um crescimento orgânico, de novos clientes e novos produtos, a partir do aumento de oferta de capacidade de transporte. "Na medida em que trazemos capacidade adicional, é natural que clientes que já usam a cabotagem acabem aumentando seus volumes conosco", analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 14/11/2025

LOG-IN ESPERA CRESCIMENTO DE 5% A 6% NA CABOTAGEM EM 2026

Por Danilo Oliveira Portos e logística 14/11/2025 - 13:54



No 3º trimestre, empresa de navegação e logística integrada registrou receita de R\$ 794 milhões, crescimento de 12%

A Log-In Logística Integrada projeta para 2026 um crescimento de suas atividades de cabotagem em torno de 5 a 6%. No 3º trimestre, a área de navegação costeira da companhia totalizou R\$ 533,4 milhões de receita operacional líquida (ROL), alta de 19,1% na comparação com o mesmo período do ano passado. O segmento atingiu recorde histórico de volume na

cabotagem, com 71.600 TEUs, o que representa um crescimento superior a 37% em comparação ao período de julho a setembro de 2024. Em contrapartida, o volume do Feeder reduziu 12,7%, dado o encerramento do Serviço Shuttle Navegantes (SSN), em abril de 2025. Tal queda de volume foi parcialmente compensada pela crescente demanda de Feeder com origem e destino em Manaus (AM).

O Ebitda ajustado da navegação foi de R\$ 105 milhões, sustentado pelo melhor aproveitamento da frota, pela reorganização das rotas no eixo Norte-Sul e pela regularidade operacional das linhas do Mercosul. A empresa acredita que a maior ocupação dos navios e a eficiência na gestão de viagens contribuíram para o aumento de produtividade e para a ampliação das margens operacionais.

O vice-presidente de navegação da Log-In, Marcus Voloch, explicou que o crescimento acima de 10% surpreendeu positivamente, apesar do último ano não ter sido de resultados tão expressivos. "Penso que esse crescimento forte é porque o ano passado foi um pouco fraco. Então, preferimos ser mais conservadores: 5% a 6% para 2026 é um número que consideramos factível, dado o endividamento da população e um certo arrefecimento da economia interna", comentou durante teleconferência com analistas sobre os resultados da empresa.

"Se por um lado a economia está mais fraca, por outro lado, sempre que as empresas precisam, a logística é sempre uma área muito rápida para cortar custos. E a cabotagem acaba vindo como uma forma natural de economia. Mesmo que a economia vá mal, esperamos esse crescimento", acrescentou o VP de navegação do grupo. Voloch, destacou que os resultados do trimestre demonstram a força do modelo de operação da companhia, que alia volume, eficiência e confiabilidade. "Mantivemos alta utilização da frota, cumprimos as rotas com regularidade e seguimos comprometidos com a expansão sustentável do transporte marítimo nacional e regional", afirmou.

A Log-In Logística Integrada encerrou o 3º trimestre com receita operacional líquida de R\$ 794,4 milhões, crescimento de 12,3% em relação ao mesmo período de 2024. O Ebitda ajustado atingiu R\$ 155,2 milhões, com margem de 19,5%, enquanto o lucro líquido somou R\$ 19,4 milhões, representando o 4º trimestre consecutivo de resultado positivo. De acordo com a empresa, o desempenho reflete a evolução consistente dos principais segmentos do grupo, com destaque para a navegação costeira, que alcançou recorde de volume, e para o Terminal Portuário de Vila Velha (TVV), que manteve o avanço em produtividade após o retrofit concluído em 2024.

O Terminal Portuário de Vila Velha (TVV) registrou R\$ 95 milhões de ROL, com baixa de 1,2% em relação ao mesmo período de 2024, enquanto o Ebitda ajustado somou R\$ 39 milhões. O terminal apresentou ganho de 33,5% em produtividade frente ao 3º trimestre do ano passado, o que a Log-In atribui ao reflexo da consolidação das melhorias implementadas com o retrofit concluído no último ano.

O diretor de terminais da Log-In, Gustavo Paixão, avalia que a operação do terminal atingiu novo patamar de desempenho. "Os ganhos de eficiência registrados nos últimos trimestres comprovam a robustez do projeto de modernização. O TVV está operando com níveis elevados de produtividade, oferecendo mais agilidade e previsibilidade às cadeias logísticas que dependem do terminal", analisou.

As áreas de transporte rodoviário de cargas, operada pela subsidiária Tecmar Transporte & Logística, e de soluções integradas também apresentaram progresso no processo de integração com as demais operações do grupo. O diretor executivo da Tecmar, Maurício Alvarenga, disse que a unidade atravessa uma fase de ajustes estratégicos importantes. "Estamos aprimorando processos, otimizando rotas e ampliando a integração entre o transporte rodoviário e a cabotagem. Essa reorganização é fundamental para capturar sinergias, reduzir custos e fortalecer a eficiência do negócio no médio prazo", destacou.

No acumulado dos nove primeiros meses de 2025, a Log-In atingiu recorde, com ROL de R\$ 2,2 bilhões, crescimento de 10,3% em relação ao mesmo período de 2024. O Ebitda ajustado totalizou R\$ 489,5 milhões, avanço de 7,1%, enquanto o lucro alcançou R\$ 70,9 milhões. A companhia

considera que o desempenho acumulado reflete a continuidade do crescimento dos principais áreas do grupo, sustentado por ganhos de eficiência, regularidade operacional e integração das cadeias logísticas.

O vice-presidente financeiro e de relações com investidores da Log-In, Pascoal Gomes, afirmou que o trimestre consolida o ritmo sustentável de crescimento e a solidez do modelo de negócios. "A Log-In mantém uma trajetória de expansão com rentabilidade e disciplina financeira, o que tem garantido a consistência dos resultados e a geração de caixa. O trimestre reflete um avanço operacional relevante, com ganhos de eficiência e integração entre as torres, o que reforça a execução bem-sucedida da nossa estratégia de longo prazo", resumiu o executivo.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 14/11/2025

NA COP 30, 36 EMPRESAS RECEBEM 'SELO DE SUSTENTABILIDADE' DO MPOR

Por Nelson Moreira Portos e logística 14/11/2025 - 11:20



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) entregou, na última quarta-feira (12), em Belém, no Pará, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30), o Selo de Sustentabilidade 2025 a 36 empresas e entidades do setor marítimo e portuário que se destacam com projetos sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Governança.

No evento, o ministro Silvio Costa Filho, disse que a COP 30 marca é realizada em momento que representa novo capítulo para o setor de transportes,

com políticas públicas cada vez mais alinhadas à agenda ESG. Segundo ele, a entrega do selo reconhece o trabalho de empresas que adotam práticas responsáveis em portos, aeroportos e hidrovias. "A sustentabilidade, nas políticas do ministério, significa promover desenvolvimento com equilíbrio ambiental, social e econômico", afirmou.

Para concorrer ao selo, os 63 inscritos apresentaram planos de ação baseados nos eixos: Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Governança, que foram avaliados tecnicamente pelo MPor e agraciados de acordo com o desempenho obtido. O prêmio foi dividido em quatro categorias Bronze, Prata, Ouro ou Diamante.

De acordo com o ministério a entrega do Selo de Sustentabilidade marcou a consolidação do Pacto pela Sustentabilidade. A iniciativa reconhece e estimula organizações do setor a adotarem boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas operações.

A diretora de sustentabilidade do ministério, Larissa Amorim, explicou o selo é um incentivo para que as empresas aprofundem seus compromissos com o desenvolvimento sustentável. "Mais do que uma certificação, ele simboliza uma mudança de cultura em que práticas ambientais, sociais e de governança passam a fazer parte da estratégia de gestão e das operações do setor", destacou.

Procurado pela Portos e Navios, o ministério confirmou que não houve empresa premiada na categoria Ouro. "Após a análise das empresas participantes, diante dos critérios da premiação, chegou-se à conclusão de que as agraciadas cumpriam os requisitos para as categorias bronze, prata e diamante", esclareceu a pasta, por meio de sua assessoria.

Empresas premiadas

Categoria Diamante: Brasil Terminal Portuário (BTP); Cargill; Cattalini; Eldorado; Ferroport; Maersk; Porto do Açu; Porto Itapoá; Porto Sudeste; Portonave; Santos Brasil; Super Terminais; Tesc – Terminal Santa Catarina; Transpetro; Ultracargo; Vast Infraestrutura; Viracopos; VLI; VPorts; Wilson Sons; Suape.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 178/2025
Página 77 de 77
Data: 14/11/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Categoria Prata: Emap; Intermarítima; Log-In; Portos do Paraná; Tecon Suape.

Categoria Bronze: Autoridade Portuária de Santos (APS); Bunker One; CLI; Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais Copersucar; Complexo do Pecém; Infraero; Inframerica; SPE Novo Norte NOA; TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá; Motiva.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 14/11/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 14/11/2025